



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

JOSÉ MILTON FERREIRA DA SILVA

**Educar para a Liberdade em EMRC:
Desafios e Perspetivas a partir das Perceções dos Alunos**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Professor Doutor António Manuel Branco Oliveira**

2024

AGRADECIMENTOS

Chegar ao término de mais um percurso acadêmico que nos preenche de imensas aprendizagens é reconhecer que tudo só foi possível graças aos desafios que nos impulsionam para a superação dos próprios limites. Assim, concluo mais esta etapa da minha vida, muito grato pelos desafios, mas principalmente por todos que me ajudaram a tornar possível um sonho coletivo que iniciou em meu lar familiar.

Meu primeiro agradecimento é direcionado a Deus, no seio da minha família, que me inspirou o discernimento e o desejo de lecionar a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Às minhas «irmãs», as Doutoradas Sara e Ana Poças, ao amigo e companheiro de profissão Doutor Pedro Mendes, pelo incentivo e apoio permanente em toda a trajetória do meu curso.

À Sua Excelência Reverendíssima, Senhor D. José Cordeiro, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, ao Senhor Diretor do Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC), Professor Fernando Moita, ao Reverendo Diretor do Departamento Arquidiocesano para a Presença da Igreja no Ensino, representado na pessoa do Padre Miguel Rodrigues, ao Secretariado de EMRC da Arquidiocese de Braga, representado na pessoa do Professor Paulo Gomes e equipe, minha imensa gratidão e reconhecimento por vossa generosa contribuição e financiamento, sem as quais não me seria possível iniciar e concluir essa profissionalização.

Ao Docente Supervisor que orientou este trabalho, o Professor Doutor António Manuel Branco Oliveira, aos professores que coordenaram a Prática de Ensino Supervisionada (PES) e todos os docentes que deram base sólida para ultrapassar cada etapa do mestrado, meu muito obrigado por todo contributo que acrescentou imensamente na minha formação acadêmica.

Ao Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado, Freguesia de Joane, representado na pessoa Ilustre do Sr. Diretor, Professor José Moreira, aos professores cooperantes da PES, Professora Cristina Castro e Professor Sérgio Rocha, toda a comunidade educativa, especialmente os alunos do oitavo ano, turma «H» (2023-2024), meus primeiros alunos de EMRC, gratidão imensa pela acolhida e contribuição no meu aprendizado inicial como docente em Portugal.

Ao Agrupamento de Escolas de Montelongo, Freguesia de Fafe, onde efetuei minha primeira contratação de escolas, à pessoa do Ilustre Sr. Diretor, Professor Jaime Sousa, e demais colegas docentes, muito obrigado pela calorosa acolhida, incentivo e oportunidade para eu desenvolver minhas habilidades junto à comunidade educativa.

Aos colegas do curso com quem fiz toda a trajetória do mestrado e com quem compartilhei as lutas, os obstáculos e as vitórias.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Pedro Ferreira da Silva e Maria Lindinalva da Silva (em memória), meus irmãos e irmãs, onde sempre tive o apoio e inspiração para seguir adiante nos meus sonhos. Minha eterna gratidão por despertarem em mim o meu melhor em tudo o que sou e vivo, por acreditarem em mim, no meu potencial provindo de vocês e da nossa família «Capoeira Compasso», que sempre me ensinaram a liberdade responsável que me prepara para as grandes lutas da vida, na grande «Roda» do mundo.

À minha esposa, Renata Tostes Siqueira Ferreira, e ao nosso primogênito, José Pedro Siqueira Ferreira, com especial menção, dedico o melhor de todos os agradecimentos, por serem minhas maiores inspirações em cada respiro. Gratidão por serem meu porto seguro, minhas melhores companhias; por realizarmos juntos este nosso sonho comum. Obrigado pela compreensão das tantas ausências, pelo conforto, pela mão estendida em todos os instantes e por sacramentarem a presença amorosa de Deus que me abraça através de vocês.

ÍNDICE

RESUMO.....	7
SIGLAS E ABREVIATURAS	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – DA COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE LIBERDADE À SUA LECIONAÇÃO NO CONTEXTO DA DISCIPLINA DE EMRC.....	13
1. O conceito de Liberdade(s).....	13
1.1. Livre-arbítrio, Liberdade e escolha do Bem	21
1.2. Liberdade, Responsabilidade e Felicidade	23
1.3. Condicionamentos e influências na Liberdade	26
2. Liberdade no Magistério da Igreja e na Sagrada Escritura.....	28
2.1. Liberdade e o Amor	28
2.2. Análise Teológica dos Papas João Paulo II e Francisco.....	33
2.3. A Igreja e a Liberdade no contexto da disciplina de EMRC	39
2.4. EMRC na escola pública portuguesa: oferta obrigatória e escolha facultativa	42
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO .45	
1. Caracterização do meio (comunidade).....	46
2. Caracterização da escola	48
3. Caracterização da turma.....	51
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE TEMÁTICA E COMPREENSIVA DA UL3 DO 8º ANO: “A LIBERDADE”	53
1. As Aprendizagens Essenciais e os Conteúdos da Unidade Letiva (UL) 3, do 8º ano: “A Liberdade”	53
2. Análise dos conteúdos e a lecionação da UL 3	56
2.1. Páscoa e o itinerário de Libertação.....	57
2.2. Amor de Deus e a liberdade humana.....	60
2.3. Liberdade e Dignidade Humana	63
3. Gestão Curricular.....	66
4. Planificações de Aula da UL	69
5. Procedimentos de Avaliação Pedagógica	83
CAPÍTULO 4 – A LIBERDADE NO CONTEXTO DA DISCIPLINA DE EMRC: UMA PROPOSTA A PARTIR DO QUE NOS DIZEM OS ALUNOS.....	90
1. Metodologia de investigação e estratégia de intervenção	90
2. Apresentação, análise e discussão dos resultados da intervenção	92

2.1. Resultados da aplicação do Inquérito sobre a Liberdade dos alunos em EMRC .	93
2.2. Reflexão (discussão e projeção) sobre a pertinência de EMRC para a vivência da liberdade dos alunos	108
CONCLUSÃO.....	114
BIBLIOGRAFIA	117
1. Fontes e Documentos	117
2. Estudos e Ensaios.....	119
ANEXOS.....	125

ÍNDICE DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Planificação Global da UL 3 - A Liberdade</i>	67
<i>Tabela 2 - Calendarização das aulas: UL 3 - A Liberdade</i>	67
<i>Tabela 3 - Avaliação Pedagógica da UL 3 - A Liberdade</i>	68

ÍNDICE DOS GRÁFICOS – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

<i>Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos.</i>	93
<i>Gráfico 2 - Religião do aluno.</i>	94
<i>Gráfico 3 – Frequência dos alunos nos ritos religiosos.</i>	95
<i>Gráfico 4 – Atividade do aluno ligada à Igreja.</i>	96
<i>Gráfico 5 - Da religião e participação dos pais nos ritos.</i>	97
<i>Gráfico 6 - Da religião e participação das mães nos ritos.</i>	98
<i>Gráfico 7 - Sobre a liberdade de escolha ao fazer a matrícula em EMRC</i>	99
<i>Gráfico 8 - Preferências em substituição a EMRC.</i>	100
<i>Gráfico 9 - Sobre o conceito de liberdade.</i>	101
<i>Gráfico 10 - Sentimento de liberdade.</i>	102
<i>Gráfico 11 - Frequência na Escola: ato livre ou obrigatório?</i>	103
<i>Gráfico 12 - Houve mudança na perceção do conceito liberdade?</i>	104
<i>Gráfico 13 - O que é liberdade?</i>	105
<i>Gráfico 14 - Sou livre?</i>	106
<i>Gráfico 15 - Pertinência do tema liberdade em EMRC.</i>	107

RESUMO

O relatório final apresentado neste trabalho refere-se à conclusão do Mestrado em Ciências Religiosas, da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. A proposta segue o programa de pós-graduação e a Prática de Ensino Supervisionada. Apresentando uma vasta reflexão que entrelaça várias ideias e autores da filosofia, da ciência da educação, da teologia, entre outros, o conceito referencial de liberdade no relatório final segue o pensamento de Santo Agostinho. Fundamentada nas ideias do livre-arbítrio, do fazer o bem, da responsabilidade e da felicidade, a pesquisa investiga como a lecionação da Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) pode ajudar os alunos na perceção e vivência da liberdade. Em outras palavras, pretende perceber o que os alunos entendem por liberdade e se a escolha de frequentar EMRC é voluntária ou condicionada. Para buscar uma resposta plausível ao objetivo principal do trabalho, o relatório utilizou inquéritos e observações, que serão analisados e comentados de maneira a argumentar a pertinência do tema nos conteúdos de EMRC, sobretudo como sugestão para motivar os alunos a melhorar a participação social dentro e fora da sala de aula.

Palavras-Chave: Liberdade; Autonomia; Responsabilidade; Santo Agostinho; EMRC.

ABSTRACT

The final report presented in this work refers to the completion of the Master's degree in Religious Sciences at the Faculty of Theology of the Catholic University of Portugal. The proposal follows the postgraduate programme and the Supervised Teaching Practice. Presenting a vast reflection that intertwines various ideas and authors from philosophy, educational science, theology, among others, the referential concept of freedom in the final report follows the thought of Saint Augustine. Based on the ideas of free will, doing good, responsibility, and happiness, the research investigates how the teaching of Catholic Moral and Religious Education (CMRE) can help students in the perception and experience of freedom. In other words, it aims to understand what students perceive as freedom and whether the choice to attend CMRE is voluntary or conditioned. To seek a plausible answer to the main objective of the work, the report utilised surveys and observations, which will be analysed and commented on to argue the relevance of the theme within the CMRE content, especially as a suggestion to motivate students to improve social participation inside and outside the classroom.

Keywords: Freedom; Autonomy; Responsibility; Saint Augustine; CMRE.

SIGLAS E ABREVIATURAS

SAGRADA ESCRITURA

1 Jo	1 João	Hb	Hebreus
1 Pe	1 Pedro	Jo	João
1 Tm	1 Timóteo	Jr	Jeremias
1Cor	1 Coríntios	Lc	Lucas
Dt	Deuterónimo	Mc	Marcos
Ex	Êxodo	Mt	Mateus
Fl	Filipenses	Rm	Romanos
Gl	Gálatas	Sir	Sirácida (Ben Sira, Eclesiástico)
Gn	Génesis		

DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO

AG	Decreto <i>Ad Gentes</i> sobre a atividade missionária da Igreja
CIC	Catecismo da Igreja Católica
DC	Diretório para a Catequese
DCE	Carta Encíclica <i>Deus caritas est</i> sobre o amor cristão
DH	Declaração <i>Dignitatis Humanae</i> sobre a Liberdade Religiosa
DSI	Doutrina Social da Igreja
DV	Constituição Dogmática <i>Dei Verbum</i> sobre a Revelação Divina
EG	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i> sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual
FT	Carta Encíclica <i>Fratelli Tutti</i> sobre a Fraternidade e a Amizade Social
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i> sobre a Igreja no Mundo Atual
GEC	Congregação para a Educação Católica: A Identidade da Escola Católica para uma Cultura do Diálogo
LS	Carta Encíclica <i>Laudato Si'</i> sobre o cuidado da casa comum
NA	Declaração <i>Nostra Aetate</i> sobre a Igreja e as Religiões não-cristãs

OUTRAS ABREVIATURAS

AE	Aprendizagens Essenciais
AEPBS	Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado
ASE	Ação Social Escolar
CCH	Cursos Científico-Humanísticos
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa
CP	Cursos Profissionais
DGE	Direção-Geral da Educação
DS	Docente Supervisor
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ed.	Edição
Ed.	Editora
EFA	Educação e Formação de Adultos
EMRC	Educação Moral e Religiosa Católica
ES	Ensino Secundário
FSNEC	Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã
FTEO	Faculdade de Teologia
Introd.	Introdução
MCR	Mestrado em Ciências Religiosas
NEE	Necessidades Educativas Especiais
Org.	Organização
OC	Orientadora Cooperante
PASEO	Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória
PES	Prática de Ensino Supervisionada
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SNEC	Secretariado Nacional da Educação Cristã
Trad.	Traduzido por
UC	Unidade Curricular
UCP	Universidade Católica Portuguesa
UL	Unidade Letiva
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação

INTRODUÇÃO

Em ressonância aos objetivos do Relatório Final, este trabalho é resultado da tentativa de refletir e ilustrar o tema da liberdade dentro da sala de aula na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC). Embora estejamos a falar de um contexto educacional estabelecido em Portugal, reflete o contributo da cultura e religiosidade cristã católica em seu aspeto universal. A propósito, é salutar afirmar que esta pesquisa não é um ensaio catequético. Ao contrário, é uma reflexão ampla sobre a liberdade e pretende investigar o impacto deste conceito na vida dos alunos de EMRC, sobretudo no sentir-se livre e autónomo na escolha por frequentar o ensino religioso nas escolas.

Por falar de escolha, é justamente na fundamentação da liberdade que propomos esta abordagem para a formação ética e moral dos alunos, objeto principal deste relatório. É verdade que esta perceção dos alunos acerca do conceito de liberdade é algo que veremos apenas no último capítulo do trabalho. Os capítulos anteriores darão espaço a outras reflexões que, de modo geral, se caracterizam pelo enquadramento curricular da pesquisa, o terreno e o contexto de onde extraímos os elementos de análise, por via da intervenção.

Dito isso, convém enfatizar, primeiramente, que o conteúdo do trabalho está elaborado com vista especial aos discentes do oitavo ano do Agrupamento de Escola Padre Benjamim Salgado (AEPBS). Neste conjunto de alunos destaca-se a turma “H”, onde foi realizada a Prática de Ensino Supervisionada (PES) e de onde originou a proposta desta temática que abordamos.

Pode ser que o leitor tenha a leve impressão de que o estudo tenha algumas características religiosas e então possa pensar que não se tratar de uma abordagem científica, embora teologia também seja ciência. A constante referência em Santo Agostinho e diversos documentos eclesiais não é outra coisa senão uma maneira de contextualizar o importante contributo da Igreja no entendimento do conceito de liberdade. Mas é claro que para chegar a este entendimento, percorremos muitos outros autores que se empenharam em responder o que é liberdade.

Antes de especificar a estrutura do trabalho, é importante que toda a leitura do mesmo tenha em vista algumas perguntas específicas, tais como: Qual a perceção dos alunos sobre o conceito de liberdade? Esta perceção estará alinhada com o conceito de liberdade sugerido no manual do oitavo ano de EMRC? Os alunos sentem-se livres ou condicionados a frequentar as aulas de EMRC? Como o pensamento bíblico, a partir da Páscoa, pode contribuir na motivação dos alunos dentro e fora da sala de aula de EMRC?

Impulsionados pelas interrogações colocadas acima, a estrutura do trabalho esta composta por quatro capítulos que, de maneira sucinta, procura alinhar as ideias principais que vão dar base para a última parte da pesquisa. A primeira secção do primeiro capítulo é uma revisão da literatura que procura dialogar com vários pensamentos e conceitos sobre a liberdade. Como resultado, poderemos visualizar muitos outros conceitos que estão relacionados com a liberdade. Dentre os conceitos, maior destaque ao entendimento do que é o livre-arbítrio, a escolha do Bem, responsabilidade, felicidade, condicionamentos e influências que tocam a liberdade. A segunda secção procura introduzir a visão da Igreja sobre a liberdade. O principal motivo desta reflexão é enquadrar o tema da liberdade na perspetiva do amor identificado na pessoa de Jesus Cristo e na mensagem cristã bíblica que reconhece Deus na nomenclatura do Amor. Além disso, esta secção faz uma breve reflexão sobre como entender a liberdade religiosa que protagoniza a concordata entre Portugal e Santa Sé e que enquadra o ensino religioso nas escolas portuguesas.

De maneira breve, mas não menos importante, o segundo capítulo ilustra o terreno e o contexto onde será aplicada a metodologia da pesquisa. A descrição do meio e da comunidade ajudará o leitor a entender realidade da freguesia de Joane, local onde está instalado o AEPBS. Nesse cenário histórico e cultural estão agregadas muitas escolas que compõem o agrupamento escolar e de onde se oferta diversas formações profissionais além dos cursos científico-humanísticos. Os alunos dos oitavos anos, identificados por género, faixa etária e situação socioeconómica, são apresentados nesse trabalho como objetos da pesquisa e refletem as características do contexto onde estão inseridos.

A parte seguinte da estrutura do trabalho, identificada como “Análise temática e compreensiva da Unidade Letiva (UL) 3 do 8º ano: A Liberdade”, nota-se uma reflexão que analisa as Aprendizagens Essenciais (AE) e os conteúdos da UL 3. Neste capítulo apresentamos o ser humano como espaço onde se exerce e vivencia a liberdade. Nota-se também que a liberdade, a partir das AE e dos conteúdos do manual do oitavo ano, UL 3, está intimamente ligada com o fazer o bem e com a recusa de todas as manipulações que condicionam a consciência humana, impedindo que se viva a liberdade que conduz à felicidade.

Na segunda secção do terceiro capítulo abordamos a mensagem bíblica sobre a liberdade. A Páscoa, o Amor de Deus e a Dignidade Humana ganham destaque nesta reflexão, ressaltando que a liberdade é escolha contrária a todo o tipo de escravidão e que só se alcança no ato misericordioso do perdão que promove a libertação pessoal e social. Ainda no mesmo capítulo,

temos uma secção apresenta o planeamento global da UL 3, a calendarização e os conteúdos abordados na lecionação sobre o tema liberdade. Não obstante, a última parte deste capítulo se ocupa em apresentar os procedimentos aplicados no âmbito da avaliação pedagógica.

O último capítulo, intitulado por «A liberdade no contexto da disciplina de EMRC: uma proposta a partir do que nos dizem os alunos», faz menção à metodologia de investigação e a estratégia de intervenção. Esse capítulo vai de encontro ao objetivo da pesquisa e tenta responder as interrogações apresentadas acima. Sabendo que o conceito de liberdade é muito amplo e complexo, esta última abordagem se delimita na investigação sobre o que os alunos entendem por liberdade. Além disso, a primeira parte desse capítulo pretende entender se a inscrição na disciplina de EMRC foi uma escolha voluntária ou influenciada por fatores externos. Na busca por uma resposta objetiva, veremos a apresentação do método aplicado, identificado em dois questionários e na observação etnográfica em sala de aula. Disso resulta a ilustração dos resultados obtidos, uma reflexão e breve discussão que desencadeia algumas sugestões que poderão ser aderidas e consideradas para futuras pesquisas sobre o tema liberdade no âmbito da disciplina de EMRC. Daqui em diante, resta-nos avançar com o conteúdo que apresentamos na sequência.

CAPÍTULO 1 – DA COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE LIBERDADE À SUA LECIONAÇÃO NO CONTEXTO DA DISCIPLINA DE EMRC

1. O conceito de Liberdade(s)

A abordagem sobre o conceito liberdade não é algo inusitado na história da humanidade. Muitas ciências já se debruçaram sobre o tema da liberdade para refletir e aprofundar o seu significado. Aliás, o que parece ser óbvio não é tão simples de ser compreendido. A complexidade do termo liberdade pode nos pôr à prova quando nos colocamos a nós mesmos algumas questões, tais como: Eu sou livre? Eu tenho liberdade? Eu posso ter liberdade e não ser livre? Eu posso ser livre e não ter liberdade? Liberdade está relacionada com as escolhas que fazemos ou é algo inato à existência humana? Há quem escolha não ter liberdade? O que as correntes filosóficas dizem sobre a liberdade? A liberdade pode ser pensada na esfera teológica? Deus é o autor da liberdade? Quem inventou este conceito?

É claro que o objetivo deste trabalho não é abordar ou dar respostas objetivas a todas as interrogações provindas da reflexão sobre liberdade. Em todo o caso, não nos podemos limitar exclusivamente a um único modo de entender este conceito, pelo que a nossa reflexão partirá de três significados fundamentais, a saber: liberdade como autodeterminação ou autocausalidade; liberdade como necessidade e Liberdade como possibilidade ou escolha.

Tomando a filosofia como referência, desde a Antiguidade, veremos muitas correntes filosóficas que entenderam a liberdade como **autodeterminação ou autocausalidade**. No plano de fundo deste pensamento está a ideia de que a liberdade tem seu princípio na própria pessoa (sem influência externa, uma *causa sui* = causa de si mesmo), sendo o indivíduo o principal responsável por suas ações ou não ações. Este conceito tem sua base argumentativa em Aristóteles, um dos maiores pensadores que influenciou a filosofia ocidental. Desta forma, ao se referir à liberdade, podemos afirmar que «a virtude e o vício dependem de nós (...) Nas coisas em que a ação depende de nós a não-ação também depende; e nas coisas em que podemos dizer não também podemos dizer sim. De tal forma que, se realizar uma boa ação depende de nós, também dependerá de nós não realizar má ação.»¹ Sem querer limitar o conceito, é lógico intuir que liberdade, nesta linha de raciocínio, está intrinsecamente relacionada à existência humana e às suas necessidades. A liberdade existe, portanto, à medida que o homem tem capacidade de escolha.

¹ Nicola Abbagnano, «Liberdade», em *Dicionário de Filosofia*, 5ª ed. (São Paulo: Martins Fontes, 2007), 606.

Na contramão do pensamento aristotélico, poderíamos intuir algumas proposições que abrem um leque de possibilidades (verdadeiras ou falsas), mas que exigem de nós uma análise mais criteriosa para perceber sua veracidade. Da ideia de aut causalidade ou autodeterminação (*causa sui*), ou mesmo das necessidades e escolhas, seria lícito dizer que uma pessoa com limitações mentais (cognitivas), legalmente incapaz, possui liberdade em si própria, enquanto ser existente, mas não poder gozar da liberdade? O facto de a pessoa não possuir discernimentos mínimos para decidir e atuar na sociedade significa que ela não dispõe de liberdade?

Junto a estas questões acima, podemos agregar outra ideia como, por exemplo, a liberdade que se esbarra com o conhecimento das coisas. Se as escolhas provêm do uso da razão, a ausência de informação ou conhecimento pode ser um fator determinante contra a liberdade. A falta de conhecimento cria obstáculos à razão, prejudicando o entendimento das consequências das escolhas livres. Mas mesmo as escolhas livres, sob o juízo da razão, não podem determinar suas causas, nem muito menos as consequências das ações escolhidas. A liberdade não é um determinismo. A vontade, relacionada à necessidade, e a razão do homem podem estar no princípio de toda decisão humana, determinando as escolhas como aut causalidade, mas isto não significa que haja um determinismo que defina as ações e atos humanos. É possível escolher o bem e fazer o mal, para parafrasear o apóstolo Paulo, em sua carta à comunidade romana (cf. Rm 7, 19-20).

Citando o filósofo e poeta Lucrécio, do século I a.C., percebe-se que a vontade é o princípio de todos os atos e é através dela que todo ato se expande.² O ser humano move-se inspirado pela vontade, como se esta fosse uma lei incondicional para que a liberdade existisse. Nesta mesma linha de raciocínio estão muitos autores da Idade Média, sobretudo no pensamento cristão de Orígenes, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. Assim, nas palavras de Santo Tomás, «o livre-arbítrio é a causa do movimento porque pelo livre-arbítrio o homem determina-se a agir [...] Para existir a liberdade não é necessário que o homem seja a *primeira* causa de si mesmo, como de fato não é, pois, a primeira causa é Deus. Mas a Primeira Causa não impede a aut causalidade do homem.»³

Por se falar das causas que configuram a liberdade, sobretudo aquela que tem Deus como causa de si próprio, destacamos aqui outra expressão relacionada à liberdade e que tem como autor o filósofo Immanuel Kant. O pensador do período moderno considerou e admitiu a liberdade num caráter numérico em oposição ao fenómeno das coisas. Assim, «se tivermos de

² Cf. Tito Lucrécio, *La Naturaleza*, trad. Francisco Socas (Madrid: Editorial Gredos, S.A., 2003), 187.

³ Abbagnano, «Liberdade», 606.

admitir a Liberdade como propriedade de certas causas dos fenómenos, ela deve, em relação aos fenómenos como eventos, ter a faculdade de *iniciar por si isponete* a série de seus efeitos, sem que a atividade da causa precise ter início e sem que seja necessária outra causa que determine tal início (Prol, § 53).»⁴ Noutras palavras, Kant está a dizer que existe uma realidade em si mesma e esta é independente da nossa perceção sensorial. Ele considera esta realidade em si como algo numénico ou transcendental, que está além daquela perceção sensorial que temos nos fenômenos. Ao categorizar a liberdade como algo numénico, Kant está afirmando que não podemos conhecer a liberdade a partir das coisas ou dos fenómenos percebidos. A liberdade se constitui na esfera da mente, daquilo que vem antes do ato ou da ação humana que configura os fenômenos, o que é percebido e que tem efeito na vida social.

A postura kantiana não está a ressaltar ou dar destaque ao universo religioso ou metafísico que transcende a ação humana. Neste caso específico, ao abordar o conceito da liberdade, parece-nos salutar a ideia de que o filósofo está a reafirmar os conceitos vistos até aqui. Embora com outras palavras, Kant está a dizer que a «liberdade é uma característica essencial do ser humano, mas que só podemos compreendê-la em relação ao númeno. Enquanto os fenómenos estão sujeitos às leis da natureza, o númeno está além dessas leis e nos dá a capacidade de agir de forma livre e autónoma.»⁵ Caso contrário, se as leis naturais condicionassem o agir humano, então não haveria liberdade na escolha humana. A liberdade tem, portanto, início na espontaneidade (*si isponete*) da própria vontade, livre de qualquer tipo de condicionamento ou fator externo.

A liberdade (independência) das leis da natureza é, de facto, uma *libertação* da coerção, mas também o é em relação ao *fio condutor* de todas as regras. Pois não se pode dizer que, em vez das leis da natureza, entram leis da liberdade na causalidade do curso do mundo, já que, se esta fosse determinada segundo leis, já não seria liberdade, mas ela própria natureza [...].⁶

O percurso reflexivo feito até aqui, mesmo que indiretamente, faz-nos pensar a liberdade como algo da interioridade da pessoa, como experiência profunda da existência de cada ser humano. Seja como princípio de si mesmo ou autodeterminismo, da visão aristotélica que reconhece livre somente aquelas pessoas que têm em si mesmos seus próprios princípios, seja

⁴ Abbagnano, «Liberdade», 607.

⁵ Resumos, «O que é: Númeno na Filosofia», acedido em agosto de 2024, <https://resumos.soescola.com/glossario/o-que-e-numeno-na-filosofia/>.

⁶ Immanuel Kant, *Crítica da razão pura*, trad. Fernando Costa Mattos (Petrópolis, RJ: Vozes⁴, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco [Coleção Pensamento Humano], 2015), 379.

como necessidade, vontade ou livre-arbítrio, liberdade parece exigir de cada pessoa a experiência do autoconhecimento, onde o «eu» é o motor principal e fundamental do agir livre. É somente no *eu* profundo que se conhece ou que se assume a consciência da liberdade. Por isso mesmo, liberdade tem muita relação com a responsabilidade moral onde a pessoa, conscientemente, assume a responsabilidade de suas ações.

Mas não se encerra aqui o discurso sobre liberdade! Pensar a liberdade como autocausalidade, como um princípio fundamentado na vontade humana, livre da coerção (*si isponete*), pode despertar outras discussões e polêmicas. Liberdade isenta de restrições, de normas, pode ser o contravalor da própria liberdade. Liberdade sem coerção, num modo anarquista, por exemplo, pode ser o caos da própria liberdade, uma porta para a escravidão. A liberdade, desprovida de temperança conveniente, para lembrar a República de Platão⁷, pode despertar a negligência e as facilidades que ocasionam a libertinagem que transforma homens livres em escravos. Do mesmo modo, convenhamos que alguém, sob o uso da liberdade, escolhendo fazer a justiça para si, com as melhores das intenções, poderá, involuntariamente, incorrer em alguma injustiça a outrem.⁸ Noutras palavras, é da libertinagem, liberdade sem responsabilidade moral, que nascem a tirania e a escravidão. Citando ainda a República de Platão, acerca da democracia que tem a liberdade como bem supremo, o italiano Nicola Abbagnano reforça este pensamento de que a

recusa constante de limites e restrições ‘torna os cidadãos tão suscetíveis que, tão logo se lhes proponha algo que pareça ameaçar sua liberdade, eles se melindram, rebelam-se e terminam rindo das leis escritas e não escritas, porque não querem de forma alguma submeter-se a nenhum comando’ (*Rep.*, VIII, 563 d).⁹

Dito isso, sem pretensão de dar uma resposta acabada sobre liberdade, é salutar alargar a reflexão de modo a perceber outras correntes filosóficas. Neste sentido, vejamos o que se diz sobre liberdade no âmbito das necessidades. Não será a própria necessidade o mesmo que a vontade já citada acima nas reflexões prévias? De antemão, é importante esclarecer que necessidade e vontade são dois conceitos distintos. Apesar de estarem refletidas em relação à liberdade, necessidade se opõe à vontade por estar referida às coisas essenciais de sobrevivência, da existência, enquanto a segunda, diz respeito aos desejos, interesses e paixões

⁷ Cf. Platão, «A República» (*by Civilization Republic Ideal*), Livro VIII, acedido em agosto de 2024, <https://archive.org/details/PlataoARepublica/page/n1/mode/2up>.

⁸ Cf. Platão, «A República», Livro I.

⁹ Abbagnano, «Liberdade», 608.

personais. A primeira é indispensável ao existir, como é o caso da água, do alimento, do abrigo, da proteção. Vontade, ao contrário, pode ser um passeio, a conquista de um bem que, caso não se alcance de imediato, a pessoa poderá continuar a viver sem danos à sua existência. Nestes casos específicos, por exemplo, não visitar um país nas próximas férias não é um caos e a pessoa poderá visitar noutra ocasião daqui a dez ou trinta anos. O mesmo não acontece no âmbito da necessidade, onde a falta de água pode levar a pessoa a óbito em poucos dias sem este bem essencial.

Esclarecida esta distinção entre vontade e necessidade não significa que a abordagem sobre liberdade e necessidade seja algo simples. A complexidade da reflexão, com certeza, demanda muito mais que um capítulo de uma pesquisa. A forma sistemática de investigar um tema, uma intuição qualquer, exige um diálogo aberto entre os vários saberes para ter a devida credibilidade argumentativa. Neste sentido, falar de necessidade em relação à liberdade é um apelo a refletir a existência. Apesar de muitas ciências poderem dizer algo a este respeito, é evidente que é irracional não possibilitar um diálogo com a epistemologia do sagrado, da metafísica, da transcendência ou realidades cósmicas que também dizem sobre o mais profundo da pessoa, da génese, da essência humana. Disso decorre o questionamento sobre a necessidade de a pessoa vir a existir. Foi ela própria quem desejou ou algo anterior a ela que determinou sua criação? Liberdade, por assim dizer, não está «atribuída à arte, mas ao todo: não ao indivíduo, mas à ordem cósmica ou divina, à Substância, ao Absoluto, ao Estado.»¹⁰

Desta noção de liberdade vinculada à questão da necessidade (essencial), acredita-se que existe um único ser superior, Deus, que é livre e que vive segundo a sua própria natureza. É Deus quem determina a ordem necessária do mundo e Ele próprio vive o que Ele determina. O homem, sujeito à esta ordem natural divina, diferente do Criador, precisa dar o seu próprio consentimento à ordem da natureza que o faz existir. Para tal, a liberdade está na adequação entre o consentimento humano e a ordem cósmica. Como consequência, com base em Nicola (2007), se referindo à Spinoza, o raciocínio incutido nesta tese nos faz entender que o homem só é livre à medida que assume a natureza divina e ignorando suas inclinações aos próprios desejos e paixões (vontade). Ou seja, o homem não é livre sem a influência, coerção da causalidade que tem referência em Deus, único ser puramente livre.

Na tese de Spinoza, a liberdade do homem só se alcança pela razão, quando esta se empenha em amar intelectualmente a necessidade divina, pois Deus existe necessariamente, já que nada

¹⁰ Abbagnano, «Liberdade», 609.

fora dele, causa ou razão, pode suprimir sua existência¹¹. Amando a necessidade divina, o homem é capaz de rejeitar seus afetos, contrários à natureza divina. Ou seja, «um afeto não pode ser refreado nem anulado senão por um afeto contrário e mais forte que o afeto a ser refreado [...]»¹² Liberdade, assim, é uma conquista que se alcança com a razão, com a natureza do intelecto que provém Daquele que determina toda natureza. Ninguém nasce livre, pois, segundo o pensamento de Spinoza (2009),

se os homens nascessem livres, não formariam, enquanto fossem livres, qualquer conceito do bem e do mal (...); é livre quem se conduz exclusivamente pela razão. Assim, quem nasce livre e permanece livre não tem senão ideias adequadas. E, por isso, não tem qualquer conceito do mal e tampouco, conseqüentemente, do bem.¹³

Assim, ao partir da necessidade, com base nas proposições de Spinoza, 5ª parte, a liberdade se constrói no agente que tem na potência da mente a disposição para a interioridade (necessidade divina, da natureza), mais que externidade determinada (vontades).¹⁴ «Em outros termos, o homem torna-se livre através do amor intelectual por Deus (que é exatamente o conhecimento da necessidade divina): amor que é idêntico ao amor com que Deus se ama [...]»¹⁵ De modo sinonímico, liberdade é o exercício da razão que visa a superação das dependências dos afetos, das coisas externas, das paixões e vontades contrárias à natureza divina. De modo paralelo, poderemos alargar esta a reflexão no segundo item deste mesmo capítulo, onde apontaremos alguns textos bíblicos que retratam a mesma ideia spinosiana de uma liberdade que se reserva apenas em fazer a vontade de Deus, isto é, «[...] a essência humana... é... qualquer coisa que existe em Deus e que, sem Deus, não pode nem existir nem ser concebida, ou seja [...] uma adesão [*affectio*] ou um modo (*modus*) que exprime a natureza de Deus de uma maneira certa e determinada.»¹⁶

Esta corrente de pensamento que relaciona necessidade com liberdade, sobretudo na filosofia de Spinoza que destaca o racionalismo moderno, também causou muita discussão sobre a

¹¹ Cf. Benedictus de Spinoza, *Ética*, trad. Tomaz Tadeu. (Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, 1ª parte, proposição 7 e 11.

¹² Spinoza, *Ética*, 4ª parte, proposição 69.

¹³ Spinoza, proposição 68.

¹⁴ Cf. Marilena Chauí, «A posição do agente da liberdade na *Ética V*», Universidade de São Paulo (USP), *Cadernos Espinosianos – Estudos sobre o século XVII*, nº XXII, (2010): 25. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2010.89380>.

¹⁵ Abbagnano, «Liberdade», 609.

¹⁶ Baruch Spinoza, citado em João Emiliano Fortaleza de Aquino, «Diferença e singularidade: Notas sobre a crítica de Hegel a Spinoza», *Revista Conatus - Filosofia de Spinoza (ISSN 1981-7509)* 1, n. 2, (2008): 28, <https://revistas.uece.br/index.php/conatus/article/view/1670>.

temática, principalmente no período absolutista e iluminista. Aliás, a ideia de um ser finito e singular, em referência à Deus, princípio de toda natureza, pode ter sido base para alimentar o absolutismo estatal, predominante na Europa do século XVI à XVIII, que politicamente concentrava o poder nas mãos de um único rei, alguém destacado pela natureza divina e pela qual identificava o próprio Estado, lugar por excelência onde existe a *liberdade real*, segundo a crítica de Hegel à Spinoza. Doutra maneira, Spinoza abriu precedentes para um pensamento de enobrecimento do Estado forte e capaz de domar os medos, afetos, paixões e instintos irracionais que afastam o homem da verdadeira liberdade, que não é outra coisa senão a capacidade de viver segundo a própria natureza racional que se herda da natureza divina, do ser infinito: Deus.

Esclarecendo melhor esta ideia do Estado como meio de levar o homem à experiência da liberdade, Friedrich Hegel, do final do século XVIII e início do século XIX, contrapôs Spinoza, defendendo o perigo de uma liberdade absoluta que expressa um modo romântico de intuir o sentido de liberdade como necessidade (essencial) ou exigência à natureza do homem. Assim, para ele,

[...] essa Liberdade real, realidade mesma do homem, é o Estado, que, exatamente por isso, é considerado ‘Deus real’ [...]. O Estado é a ‘realidade da Liberdade concreta. Isso significa que ele (o Estado), ‘é a realidade em que o indivíduo tem Liberdade e a usufrui, mas só quando o indivíduo é ciência, fé e vontade universal [...] No Estado, a Liberdade é realizada objetiva e positivamente [...] que significa que a vontade universal se realiza através dos cidadãos [...].¹⁷

Vejamos que o Estado aqui aparece como suporte à vivência da liberdade, alinhada à necessidade que expressa o bem comum, o bem-estar de todos. Então não basta haver um Estado se este existir para atender ou se subordinar ao poder de uma única pessoa ou grupos que caracterizam as classes sociais. A liberdade, por assim dizer, se constitui no exercício equilibrado de um poder político, estatal, que não se aparta da potência da multidão, do todo, do coletivo que evita a formação de «impérios» dentro de um «império».¹⁸

Em síntese, «a Liberdade que é limitada é o arbítrio referente ao momento particular das necessidades.»¹⁹ Necessidade, portanto, não é liberdade em si, mas pode ser o lugar no ser e no

¹⁷ Abbagnano, «Liberdade», 609.

¹⁸ Cf. Francisco Guimaraens e Maurício Rocha, «Spinoza e Clastres: Estado, democracia e Liberdade», em *Spinoza, filosofia & liberdade*, ed. Felipe Jardim Lucas *et al.* (Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020), 325.

¹⁹ Abbagnano, «Liberdade», 610.

mundo onde se usufrui e se experimenta a liberdade real, da necessidade individual em busca da necessidade universal.

Liberdade outra coisa não é senão o acréscimo de um determinismo ‘superior’ aos determinismos ‘inferiores’: é, portanto, a autodeterminação dos planos, que se acrescenta à determinação externa [...] Neste caso a Liberdade, autodeterminação, pertence à situação existencial total, cuja expressão é o eu. Continuamos no âmbito da conceção que identifica Liberdade como autocausalidade de uma totalidade metafísica (política, social, etc.), ou seja, com a necessidade com que essa totalidade se realiza.²⁰

Numa tentativa de sintetizar sem dogmatizar o que vimos até aqui, percebemos que o conceito de liberdade é muito complexo e que existem muitas correntes de pensamentos que procuram defini-la. A ideia de autocausalidade, por exemplo, nos fez perceber que a liberdade é precedida por uma causa anterior a ação humana e que está relacionada especificamente com a própria natureza racional do ser humano. Liberdade também diz respeito à autodeterminação que move a pessoa humana ao uso da sua própria razão que não deve se distanciar da natureza divina, a liberdade pura. Ser livre implica, neste sentido, decidir pela vontade divina. Ou melhor ainda, liberdade é a experiência da necessidade essencial que visa, além da satisfação pessoal, o bem coletivo e universal. Liberdade, portanto, está relacionada com um ato moral, ético e, por isso, integralmente comprometida com o exercício do bem, como responsabilidade e caminho de felicidade.

Dito isso, vejamos outros conceitos que estão relacionados com a liberdade, especificamente com algumas abordagens que aparecem no manual de Educação Moral e Religiosa e Católica (EMRC), para o oitavo ano do Ciclo Básico de Educação (CEB), cuja Unidade Letiva (UL) 3 tem por tema «A Liberdade».²¹ Para tal, elencamos abaixo alguns subitens, tomando como referência bibliográfica a obra sobre o Livre-Arbítrio, de santo Agostinho.²² O motivo pelo qual nos propomos a inserir os conceitos apresentados no manual de EMRC está justamente vinculado ao objetivo desta pesquisa que procura analisar e interpretar o conceito de liberdade com a finalidade de sondar a prática da liberdade exercida pelos alunos na escolha por

²⁰ Abbagnano, «Liberdade», 610.

²¹ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC), *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, (Lisboa: FSNEC, 2022), 76-117.

²² Cf. Agostinho, *O livre-arbítrio*, trad. Nair de Assis Oliveira (São Paulo: Paulus, 1995). (**Observação:** as citações desta obra, para facilitar a consulta, serão identificadas pelo Livro, Parte, Capítulo e número dos Diálogos, consecutivamente).

frequentar a disciplina de EMRC. Então, o que mais pode ser Liberdade? De forma breve e sistemática, sigamos adiante na reflexão sobre o conceito Liberdade(s).

1.1. Livre-arbítrio, Liberdade e escolha do Bem

Como percecionado até agora, a liberdade não é um conceito isolado, mas está relacionada a muitos outros conceitos. Diante disso e considerando as interrogações que desencadeiam o itinerário desta pesquisa, resgatamos a questão que procura analisar a percepção que os alunos de EMRC têm sobre liberdade e se este entendimento está ou não alinhado com o conceito de liberdade disposto no manual de EMRC, especificamente a UL 3. Desta forma, embora veremos em mais detalhes no capítulo 3, faremos breve explanação sobre o livre-arbítrio e a liberdade. Como referência esta abordagem terá o filósofo e teólogo santo Agostinho de Hipona (354-430) como fio condutor deste subitem. O motivo desta escolha se dá ao facto curioso da interpretação agostiniana presente na UL 3 que não cita, em nenhum momento, o autor patristico. Eis aqui, portanto, nosso desafio que é, de instante, ilustrar melhor esta conexão entre santo Agostinho e a UL 3, sobre Liberdade.

A obra de santo Agostinho, que discursa sobre o livre-arbítrio, é talvez uma das obras mais importantes para a compreensão do conceito de liberdade humana. O autor cristão é uma figura central do período Patrístico (séc. IV à VIII)²³ e se empenhou em racionalizar a fé cristã. Dentre os vários temas por ele abordado, se destaca sua refutação ao maniqueísmo que abre a discussão sobre o livre-arbítrio e a liberdade. Para contextualizar a tese de Agostinho sobre o livre-arbítrio, destacamos, à propósito, sua contraposição à teoria maniqueísta que, em resumo, acreditava haver duas divindades supremas que presidiam o universo:

[...] o princípio do Bem e o do Mal – a luz e as trevas. Como consequência moral, afirmavam ter o homem duas almas. Cada uma presidida por um desses dois princípios. Logo, o mal é metafísico e ontológico. A pessoa não é livre nem responsável pelo mal que faz. Este lhe é imposto.²⁴

Frente a esta questão, santo Agostinho vai defender a ideia de que o mal não provém de Deus, como algo ontológico. Ao contrário, o mal não é um ser, enquanto entidade independente, mas a deficiência e privação deste ser originado na bondade de Deus, o Bem único. Disso, o santo conclui que a dualidade maniqueísta é falsa e que o pecado é decorrente do mau uso da

²³ Cf. Viviane Teodoro, «Patrística», acedido em agosto de 2024, <https://escolaeducacao.com.br/patristica/>.

²⁴ Agostinho, *O livre-arbítrio*, Introdução, nº 6.

vontade frente à hierarquia de bens terrenos. O mal procede da vontade livre da pessoa que escolhe, por vezes, os bens finitos ao invés do Bem infinito e superior. E esta realidade já nos foi dita nas palavras de Evódio, no diálogo com santo Agostinho, quando ele afirma:

cada um, ao pecar, afasta-se das coisas divinas e realmente duráveis para se apegar às coisas mutáveis e incertas, ainda que estas se encontrem perfeitamente dispostas, cada uma em sua ordem, e realizem a beleza que lhes corresponde. Contudo, é próprio de uma alma pervertida e desordenada escravizar-se a elas. A razão é que, por ordem e direito divinos, foi a alma posta à frente das coisas inferiores, para as conduzir conforme o seu beneplácito.²⁵

A escolha contrária ao Bem, à lei eterna, configura a presença do pecado no mundo. O pecado então é a escolha pelo mal e a atitude de negação à vontade divina. Esta escolha livre não caracteriza o livre-arbítrio como sendo algo mal ao ser humano. Na perspectiva de santo Agostinho, o livre-arbítrio é um bem concedido por Deus. O facto do ser humano se inclinar às ações más, ao mau uso da vontade, não altera o bem precioso que é o livre-arbítrio. Melhor dizendo, nas palavras do autor, «Deus existe e que todos os bens vêm dele [...], a vontade livre deve ser contada entre os bens recebido de Deus.»²⁶

Dito isso, o livre-arbítrio é um dom, uma capacidade que o ser humano possui e que é herdado do próprio autor da liberdade, Deus. É do livre-arbítrio que a pessoa, pela vontade livre, pode escolher entre o fazer o bem e não o fazê-lo. Liberdade, nesta perspectiva, é elevar a capacidade humana à escolha pela vontade divina. Nota-se que esta concepção agostiniana, de uma liberdade, na perspectiva vertical, ressalta a dimensão espiritual ou transcendental da pessoa. A influência deste pensamento provém, necessariamente, do cristianismo que assume como credo a noção de que apenas Deus é livre plenamente. O homem nasce e assume a liberdade, graças à liberdade de Deus. Melhor dizendo: «Só um Deus livre pode dar ao homem a liberdade [...]. O exercício da liberdade representa para o homem uma espécie de cooperação com a obra divina, uma imitação da iniciativa de Deus.»²⁷

Liberdade então, não pode ser outra coisa senão a escolha do Bem, fazendo o bem em todas as circunstâncias. Na tentativa de torna-se cada vez mais imagem e semelhança de Deus (cf. Gênesis 1,27), o ser humano procura imitar a Deus que faz bem todas as coisas. A influência de santo Agostinho no pensamento acerca da liberdade humana demonstra aqui uma

²⁵ Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, III, 16, 35a.

²⁶ Agostinho, *O livre-arbítrio*, II, III, 18, 47.

²⁷ Mariana P. Sérvulo da Cunha, «Comentários sobre a Liberdade e o livre-arbítrio da vontade em Agostinho: uma reflexão sobre De Libero Arbitrio», *Veritas* (Porto Alegre), 42, n. 3 (1997): 494, <https://doi.org/10.15448/1984-6746.1997.3.35715>.

característica do homem interior, de uma luta (discernimento) pessoal que o move, ou não, para a realização do bem, continuando o plano divino para o mundo criado. Pelo livre-arbítrio, o ser humano torna-se partícipe da liberdade de Deus. Deus, que é pleno de liberdade, concede a graça divina,²⁸ às pessoas para que estas tenham a vontade livre sempre inclinada à escolha do bem, caminho da realização e felicidade humana. O abuso da liberdade, o mau uso do livre-arbítrio, a escolha contrária ao Bem, é, portanto, a causa do mal, da infelicidade humana.²⁹

Eis aqui então a transição para a nossa sequência de reflexão sobre a liberdade. Visto que santo Agostinho, nossa referência básica para interpretar o tema da liberdade na UL 3, nos apresenta um conceito vertical sobre o livre-arbítrio, em que o ser humano procura imitar Deus, o autor do bem, parece-nos pertinente pensar outros conceitos pertinentes que nos ajudam a alargar nosso entendimento sobre liberdade, a saber: a responsabilidade e a felicidade.

1.2. Liberdade, Responsabilidade e Felicidade

Assumindo as proposições anteriores de santo Agostinho sobre liberdade talvez não seja tão complexo relacionar a liberdade com a responsabilidade e a felicidade. Aliás, o livre-arbítrio, que é um bem doado por Deus ao ser humano, implica o ato de escolha das pessoas. A vontade livre configura, neste sentido, uma responsabilidade pela própria escolha. Vale então recordar que o livre-arbítrio, bem essencial doado por Deus ao Homem, segundo a tese agostiniana, identifica a espécie humana. O abuso da liberdade, o mau uso do livre-arbítrio, desperta no ser humano a consciência moral de seus próprios erros. Mas não só isso! Toda pessoa é capaz de reconhecer sua liberdade no bem que realiza. Por conseguinte, se o homem é quem faz suas escolhas, é dele também a responsabilidade sobre as consequências de seus atos.

A escolha da pessoa, movida pelo livre-arbítrio, não é ainda a liberdade, portanto. «Na compreensão do Santo Doutor (Agostinho), tanto *livre-arbítrio da vontade* (capacidade de escolha entre o bem e o mal) quanto a *liberdade* (escolha do bem) estão relacionados a uma ordem divina. Foi Deus quem deu ao homem a natureza do livre-arbítrio e este somente pode

²⁸ Entenda-se graça no sentido bíblico de um dom dado por Deus aos seres humanos para que estes tenham a capacidade de amar Deus infinitamente. Graça, neste aspecto, é como um motor que leva o homem a ser conduzido pela força de Deus que provê toda espécie de bem. Realizando a vontade de Deus, sob o domínio da graça, a assume-se como instrumento de Cristo, a graça plena de Deus que, gratuitamente, testemunha o verdadeiro amor incondicional, realizando a vontade divina no madeiro da cruz. Em síntese, a pessoa que vive da graça divina, está sempre apta a realizar o bem que germina a felicidade. “A graça soberana é sempre intencional, pois a vida sob a graça é uma vida de boas obras”. (cf. Charles F. Pfeiffer, Howard F. Vos e John Rea. «Liberdade», em *Dicionário Bíblico Wycliffe*, trad. Degmar Ribas Júnior, 2ª ed. (Rio de Janeiro: CPAD, 2007), 1154-1157.

²⁹ Cf. Agostinho, *O livre-arbítrio*, Introd., nº 3.

ser livre mediante a graça e a fé em Deus». ³⁰ Noutras palavras, a liberdade é conferida ao indivíduo à medida que este se abre à graça divina, que o move à escolha e à prática do bem. A consciência moral do ato livre enobrece a pessoa que reconhece sua responsabilidade com o bem coletivo e universal. A razão da pessoa a faz crer que seu ato, a boa vontade, foi bem feito, realizando assim a vontade divina. Como resultado, não há nada que possa provir da boa vontade senão a própria realização, a felicidade que brota da autodeterminação, a autocausalidade que tem em sua raiz o próprio autor da liberdade e da felicidade.

A responsabilidade, como a felicidade, nesta linha de raciocínio, não é em si um ato inato, mas é construção que brota do ato livre de cada pessoa. Responsabilidade e felicidade são escolhas que se unem ao bom uso do livre-arbítrio, dom de Deus doado ao homem. «Escolhendo o caminho do bem, ele será feliz; seguindo a trilha do mal, o homem não terá felicidade.» ³¹ A boa vontade é, neste entendimento da liberdade, um tesouro de grande valia para a realização e a felicidade humana. Cabe à responsabilidade humana o alcance da felicidade. É como diz o próprio Agostinho:

depende de nossa vontade gozarmos ou sermos privados de tão grande e verdadeiro bem [...] Ora, quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem mais preferível que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo. E, ao contrário, a quem não a possui, falta-lhe, sem dúvida, algo que ultrapassa em excelência todos os bens que escapam a nosso poder. ³²

A responsabilidade para com o bem é um critério fundamental para o conceito de liberdade, já que a consciência moral dos próprios atos, as escolhas livres, implica o uso racional da capacidade humana que se direciona constantemente para a felicidade, sob o jugo da própria prudência, da força, da temperança e da justiça. Consequentemente, a felicidade implica um ser melhor da própria pessoa. Por isso, é lícito que a liberdade esteja relacionada com a prudência, fazendo com que a pessoa busque conhecimento das coisas que precisam ser desejadas e evitadas. Sabendo verdadeiramente o que quer, a pessoa investe toda a força necessária para, em vista do bem maior, ser capaz de menosprezar os dissabores dos sacrifícios necessários para alcançar a verdadeira liberdade que não se confunde com o fazer o que se quer. Pelo contrário, liberdade, assim, é justamente não se tornar escravo das más vontades, dos apetites que devem

³⁰ Antonio Augusto Nogueira Matias, «O livre-arbítrio da vontade e a liberdade como ação política configuradas nas obras de Santo Agostinho e Hannah Arendt», *Sapere Aude* (Belo Horizonte) 13, n. 25 (2022): 262, <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2022v13n25p257-276>.

³¹ Matias, «O livre-arbítrio da vontade e a liberdade como ação política configuradas nas obras de Santo Agostinho e Hannah Arendt», 264.

³² Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, III, 12, 26.

ser refreados pela temperança e pelo único desejo de ser justo com a sua própria natureza que deve amar o bem a todas as pessoas, querendo tudo o de bom a todos.³³

A irresponsabilidade do mau uso do livre-arbítrio, é, sem dúvida, um caminho certo para a infelicidade. O ato livre, assumido de modo voluntário, sem coações ou condicionamentos, responsabiliza a própria pessoa por suas escolhas. É como se lê nas notas complementares acerca do livro I, onde diz: «As más ações não seriam punidas em plena justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário.»³⁴ Por assim dizer, devemos reforçar que a liberdade não isenta as pessoas das consequências de seus atos, mas responsabiliza-as por suas escolhas voluntárias. A má escolha do livre-arbítrio não pode protagonizar outro cúmplice se não a própria pessoa que usufrui da liberdade de escolha. A isso, nas palavras do autor patrístico, podemos afirmar que «não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio.»³⁵

Certo de que Deus, o ser supremo e autor da liberdade, não é injusto e que nada poderia fazer para submeter o livre-arbítrio, toda pessoa, ao nascer, protagoniza seu “novo-começo” permanente, podendo sempre discernir e escolher pela felicidade ou infelicidade. Existindo, todo Homem é chamado, vocacionado, a agir sob o uso da própria liberdade.³⁶ Contudo, na perspetiva agostiniana, o homem verdadeiramente livre, amante do bem, procura a felicidade evitando todo modo de vida infeliz que é contrária à boa vontade provinda de Deus. Liberdade, em resumo, é o ato livre, fruto do livre-arbítrio, que baliza os atos humanos. À medida que a pessoa assume sua liberdade como condição para realizar o bem, não só protagoniza sua felicidade, mas a de outrem. Ou melhor ainda: «é feliz o homem realmente amante de sua boa vontade e que despreza, por causa dela, tudo o que se estima como bem, cuja perda pode acontecer, ainda que permaneça a vontade de ser conservado.»³⁷

Por outro lado, certo de que a liberdade implica a responsabilidade do ser livre, não se pode negar que mesmo sendo bom ser feliz, realizando o bem, é possível que muitas pessoas façam escolhas más, transformando sua liberdade num itinerário que leva à escravidão, à infelicidade. Devemos considerar, portanto, que existem condicionamentos e influências que atuam na liberdade humana e que fazem pensar que a liberdade seja um prejuízo à felicidade. Por causa

³³ Cf. Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, III, 13, 27.

³⁴ Agostinho, *O livre-arbítrio*, Notas complementares, Livro I, 2.

³⁵ Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, II, 11a, 21c.

³⁶ Cf. Matias, «O livre-arbítrio da vontade e a liberdade como ação política configuradas nas obras de Santo Agostinho e Hannah Arendt», 268.

³⁷ Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, III, 13, 28.

disso, avancemos no próximo subitem para pensar estes dois novos conceitos que aparecem no manual de EMRC, como dito acima, especificamente no último parágrafo do item 1 deste capítulo.

1.3. Condicionamentos e influências na Liberdade

Mesmo convicto de que toda pessoa é amante da felicidade como fim único de sua existência,³⁸ refletimos, por outro lado, que nem sempre os atos humanos possibilitam caminhos felizes. Pelo livre-arbítrio, dádiva de Deus aos homens, muitas pessoas se deixam mover e conduzir por outros bens inferiores que estão relacionados aos prazeres pessoais. Nisto é verificável que a boa vontade, que se responsabiliza também pelo bem coletivo, não se materializa na vida dos que buscam uma vontade contrária à de Deus, o sumo Bem, o autor divino a liberdade. A liberdade, assim, materializa-se em atos, por vezes, condicionados ou influenciados por outras realidades que não a boa vontade que se herda do desejo divino.

Para melhor expressar o que se pretende neste subitem, resgatemos alguns conceitos de santo Agostinho, à luz de reflexão de Etienne Gilson, a saber:

Duas condições são exigidas para fazer o bem: um dom de Deus que é a graça e o livre-arbítrio. Sem o livre-arbítrio não haveria problemas; sem a graça, o livre-arbítrio (após o pecado original) não quererá o bem ou, se o quisesse, não conseguiria realizá-lo. A graça, portanto, não tem o efeito de suprimir a vontade, mas sim de torná-la boa, pois ela se transformara em má. Esse poder de usar bem o livre-arbítrio é precisamente a liberdade. A possibilidade de fazer o mal é inseparável do livre-arbítrio, mas o poder de não fazê-lo é a marca da liberdade. E o fato de alguém se encontrar confirmado na graça, a ponto de não poder mais fazer o mal, é o grau supremo da Liberdade. Assim, o homem que estiver mais completamente dominado pela graça de Cristo será também o mais livre.³⁹

O entendimento do que se expõe acima reforça novamente a ideia de santo Agostinho sobre a liberdade. Assim, deixa-se claro que a liberdade é a capacidade de o homem mover-se à vontade divina, usando o livre-arbítrio para se esquivar da infeliz condição dos que se escravizam no fazer o mal. Para tal, temos aqui o conceito da boa vontade que, de certa forma se relaciona com a graça divina, a capacidade que toda pessoa herda de Deus para ter a força de se abster dos infortúnios que levam à prática do mal. O mal aqui não significa a ausência de vontade em fazer o bem, de querer a felicidade, mas a falta da graça que provê a boa vontade,

³⁸ Cf. Agostinho, *O livre-arbítrio*, Notas Complementares, Livro 1, 32.

³⁹ Etienne Gilson, *Introduction à l'étude de saint Augustin* (Paris: Vrin, 1929), 202ss, citado em Agostinho, *O livre-arbítrio*, Introd., nº 9.

o ápice da liberdade. É pela graça, a boa vontade, que a pessoa alcança a vida reta, segundo o Bem maior. Liberdade sem a boa vontade não gera a felicidade, mesmo que a pessoa assuma seus atos. Mas assumindo seus atos, com responsabilidade, a boa vontade leva a pessoa ao ato livre de escolher o bem, a plenitude da felicidade.

Então, no intuito de simplificar, é lícito afirmar que muitas pessoas podem fazer o bem, querer viver a felicidade, mas somente os que utilizam bem o livre-arbítrio, podem, sob a graça da boa vontade, alcançar verdadeiramente a liberdade e a realização humana. E neste aspeto, o próprio santo Agostinho indagava estas questões, como se lê:

Com efeito, como se explica que os homens sofram voluntariamente uma vida infeliz, se de modo algum ninguém quer viver no infortúnio? E como se explica que, sendo por sua própria vontade que o homem obtém vida feliz, quando acontece que tantos são infelizes, apesar de todos quererem ser felizes? Será que isso não vem do fato de que uma coisa é querer viver bem ou mal e outra coisa muito distinta é merecer o resultado por uma boa ou má vontade? Com efeito, aqueles que são felizes – para isso é preciso que sejam também bons – não se tornaram tais só por terem querido viver vida feliz – visto que os maus também o querem. Mas sim, porque os justos o quiseram com retitude, o que os maus não o quiseram. Nada de estranhar, então, que os homens desventurados não obtenham o que querem, isto é, vida feliz. Com efeito, o essencial, o que acompanha a felicidade e sem o que ninguém é digno de obtê-la – o fato de viver retamente -, eles não o querem.⁴⁰

Do que lemos então, diagnosticamos que existe algo na liberdade das pessoas que, apesar de bem-intencionado, pode não estar revestido da boa vontade. O fato de alguém ser infeliz voluntariamente, ou seja, por consequência de seus próprios atos, não significa que a pessoa tenha mesmo vontade de ser infeliz. A pessoa deseja ser feliz, mas não se abre à vida reta e honesta que alcança com a graça, a boa vontade.

Disso refletimos então os condicionamentos que influenciam a decisão humana que, sem o discernimento da boa vontade, não leva à liberdade. Do mau uso do livre-arbítrio só se pode obter a consequência da privação de liberdade. Ou melhor dizendo: existe a liberdade (da boa vontade) que livra as pessoas das dependências e existe a liberdade (do mau uso do livre-arbítrio) que escraviza. A liberdade falsa é aquela que brota das escolhas condicionadas por coisas externas ou internas da própria pessoa. A liberdade que se vicia dos maus hábitos pode

⁴⁰ Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, III, 14, 30.

levar a própria pessoa à submissão dos próprios desejos, dos bens pessoais, das coisas, das convicções e etc.

Assim, pois, as mesmas coisas podem ser usadas diferentemente: de modo bom ou mal. E quem se serve mal é aquele que se apega a tais bens de maneira a se embaraçar com eles, amando-os demasiadamente. Com efeito, submetese àqueles mesmos bens que lhe deveriam estar submissos. Faz dessas coisas bens aos quais ele mesmo deveria ser um bem, ordenando-as e fazendo delas bom uso.⁴¹

Nota-se bem que, os condicionamentos ou influências que privam a experiência da liberdade não está nas coisas em si, mas nas paixões que os seres humanos têm por estas coisas. A grande questão que pode macular e ofuscar a liberdade é o amor excessivo às coisas contrárias à boa vontade, à graça divina. No fundo desta tese agostiniana, a liberdade é o amor incondicional à Deus, de modo que nada possa tirar a centralidade do sagrado na vida daquele que deseja felicidade na retidão das leis divinas. Noutras palavras, os condicionamentos e influências que tornam a liberdade num caminho de más ações e de escravidão são, de facto, as paixões interiores⁴² que se identificam com os pecados, o afastamento das coisas divinas, duráveis e eternas, para se apegar desordenadamente às coisas mutáveis e incertas que manipulam a vontade humana.⁴³

Por fim, de modo mais prático, veremos estes conceitos com mais clareza na abordagem que faremos acerca da análise temática e compreensiva da UL3 do 8º ano: “A Liberdade”, no capítulo 3. Dessa forma, continuemos nosso enquadramento curricular acerca da liberdade, agora fazendo um entendimento mais atual sobre a liberdade. O cenário a que nos propomos é a eclesiologia e a teologia que, de alguma forma estão presentes na última atualização do manual de EMRC, assinalada no ano de 2022.⁴⁴

2. Liberdade no Magistério da Igreja e na Sagrada Escritura

2.1. Liberdade e o Amor

Estendendo nosso enquadramento curricular acerca da liberdade, agora numa visão eclesiológica e teológica, fazemos algumas observações iniciais para destacar o real interesse desta reflexão sobre a liberdade no pensamento da Igreja. Assim, ao refletir o espaço eclesial

⁴¹ Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, III, 15,33.

⁴² Cf. Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, I, 3,8.

⁴³ Cf. Agostinho, *O livre-arbítrio*, I, III, 16, 35a.

⁴⁴ Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 152.

católico como lugar sagrado, sinal visível da ação de Deus (sacramento), queremos dizer que a Igreja também, por consequência, é promotora e defensora da liberdade que se herda de Deus. Para tal, os argumentos da Igreja para defender seus pensamentos se alicerçam em três grandes pilares, a saber: Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério.

Dialogando com as fontes da Igreja, é evidente que teremos aqui uma abordagem que engloba o pensamento e ensinamento dos Apóstolos que constituíram os livros canônicos da Sagrada Escritura (cf. CIC 120).⁴⁵ Da mesma forma, podemos entender que é também da Tradição que se constitui o episcopado, a hierarquia sucessória do Apóstolo Pedro. Nesta hierarquia, identificaremos o Magistério que se reflete na autoridade da Igreja que instrui seus fiéis, testemunhando ao mundo, com palavras e obras, a mensagem do Cristo. Ou seja, a Igreja ensina e procura viver o Evangelho para que a revelação de Jesus chegue à toda humanidade (cf. 1Tm 2,4).

Dito isso, e seguindo o itinerário feito aqui, convém ressaltar que o pensamento de Santo Agostinho reflete necessariamente a visão da Igreja que, em seu Magistério e Tradição, assume a mesma missão do Filho e do Espírito Santo (cf. AG 3-4).⁴⁶ Neste sentido, ao Magistério da Igreja compete o ministério de interpretar de forma autêntica a Palavra de Deus, conservar a integridade da Revelação contida na Tradição e na Sagrada Escritura, e de a transmitir de maneira coerente (cf. DC 24⁴⁷; DV⁴⁸ 7).

Convicto do que está explícito no parágrafo anterior, esta abordagem não tem propósito de defender e nem criticar o que a Igreja ensina. Ao contrário, nos propomos a apresentar uma síntese sobre a liberdade a partir do Magistério e da Sagrada Escritura. Não se trata de uma catequese, portanto. Não quer ser uma apologia e nem uma doutrinação. E cabe aqui enfatizar que não estamos a dizer que catequese seja uma apologia e uma doutrinação, pois sabemos que o objetivo primeiro da catequese, enquanto missão evangelizadora, é proporcionar aos fiéis uma experiência concreta de encontro verdadeiro com Jesus (cf. DC 29-30). A catequese vislumbra a dimensão do diálogo livre, gratuito, sem distinções e sempre iniciado pelo amor,

⁴⁵ Cf. Catecismo da Igreja Católica, *Edição Revisada de acordo com o texto oficial em Latim* (São Paulo: Editora Loyola, 2000).

⁴⁶ Cf. Papa Paulo VI, «Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja», acedido em setembro de 2024, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html.

⁴⁷ Cf. Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização, *Diretório para a Catequese* (Brasília: Edições CNBB, 2020), 24.

⁴⁸ Cf. Papa Paulo VI, «Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina 7», acedido em setembro de 2024, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html.

com desejo de paz universal e sem relativismos que podem ofuscar a identidade religiosa professada (cf. DC 53-4). Catequese não está relacionada necessariamente com o ensino de uma mensagem ou tema específico, mas se empenha em partilhar a alegria de vida que provém do encontro com o Senhor. Noutras palavras, a catequese procura, com o testemunho vivo da comunidade, expressar que «ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo» (DCE, 1).⁴⁹

E eis então a nossa chave de acesso ao entendimento da liberdade no Magistério: o amor. Este amor, identificado com o Bem (cf. 1Jo 4, 8), é a identidade de Deus e que, nesta condição, as criaturas humanas são chamadas a amar livremente: «Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros assim como Eu vos amei. Por isso é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros.» (Jo 13,34-5). Este ato de amor, para configurar a liberdade divina, só se pode vivenciar pela boa vontade, pela graça. É uma resposta de fé, dada pelo homem a Deus, e de modo voluntário (cf. CIC 160).

Embora a expressão «se» apareça como uma condição para que os discípulos sejam reconhecidos como seguidores de Jesus, não quer dizer que sejam obrigados a aceitarem o discipulado. O amor identifica os cristãos à medida que estes escolhem, pela graça, uma configuração radical à pessoa de Jesus, que ama os seus incondicionalmente até o fim (cf. Jo 13,1). Este amor que Jesus manifesta não é outra coisa senão a forma mais estupenda de dizer a todos que Deus os ama com misericórdia infinita (Sir 2, 18). Para tal, Jesus, enquanto ama é também o gesto mais visível de liberdade quando se rebaixa à condição humana para ser obediente ao Pai até a morte e morte de cruz (cf. Fl 2, 8).

Jesus ensina, com seu amor, que liberdade não é fazer o que lhe apetece. Sua felicidade não está numa liberdade que se deixa escravizar pelos próprios desejos. Por isso que, mesmo em meio à dor, ao sofrimento e angústia, sente o desejo de abandonar seu propósito de felicidade arraigado a vontade de Deus Pai. Prova disso são suas próprias palavras no Getsémani, pouco antes de ser preso: «E, adiantando um pouco mais, caiu com a face por terra, orando e dizendo: Meu Pai, se é possível, afaste-se de mim este cálice. No entanto, não seja como Eu quero, mas como Tu queres.» (Mt 26, 39) Jesus nasceu do Pai, desceu do céu, não para fazer sua própria vontade, mas para fazer a vontade divina de modo obediente (cf. Jo 6, 38; Hb 5, 7-8). Em

⁴⁹ Papa Bento XVI, «Carta Encíclica *Deus caritas est* sobre o amor cristão 1», acedido em setembro de 2024, https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html.

resumo, liberdade, na visão cristã, não tem haver com o querer, mas com o dever. É justo fazer o bem. É um dever moral estender a todos o mesmo bem que deseja a si próprio. Liberdade está na escolha reta e honesta de dar a cada um o que é seu. O cristão, no exercício do ser igreja, corpo místico de Cristo, e sob a exortação do apóstolo Paulo quando este escreve à Comunidade de Filipos, escolhe livremente o chamado de ter os mesmos sentimentos de Cristo (Fl 2, 5). Ou melhor, a liberdade cristã, movida pela identidade do amor, leva os cristãos a viverem de tal forma que já não sejam mais eles a viverem por si, mas o Cristo a viver neles para os outros (cf. Gl 2, 20).

A liberdade, assim, é um convite divino que não manipula, mas apela ao homem uma resposta livre. Escolhendo o Amor, a pessoa reveste-se da liberdade divina para fazer o bem em tudo e em todos. O ser humano, desta maneira, é livre à medida que ama. Mas não é um amor qualquer, como já vimos acima. Deve ser um amor configurado ao de Deus que ama de maneira livre e com amor incondicional.

Sendo a liberdade um fruto do Amor, do Cristo, por excelência, pode-se dizer que a liberdade assume algumas características na pessoa humana, como, por exemplo, a paciência, a generosidade, a humildade, a conveniência, o desapego a verdade e a misericórdia (cf. 1 Cor 13, 1-7). O Papa Francisco, neste sentido, nos afirma que «o homem livre não tem medo do tempo: deixa que Deus trabalhe [...] dá espaço para que Deus aja no tempo: o homem livre é paciente [...] a liberdade não é impaciente [...] A verdadeira liberdade tem a paciência de saber esperar, de deixar que Deus aja.»⁵⁰ Parafraseando a fala do Papa, conseguimos conectar este pensar com a tese agostiniana de que a liberdade é o bom uso da vontade que provém da graça divina. Precipitar decisões sem deixar-se mover por Deus, no tempo de Deus, pode ser um risco de fazer a liberdade um itinerário para a escravidão.

Imitar Jesus, como modelo de liberdade, é uma forma mais ampla de entender o ser livre e o ser feliz em meio às adversidades da dor e do sofrimento, por vezes. Talvez esteja aqui uma outra característica da liberdade que pode ser entendida como espiritual, onde a pessoa, sob o bom uso do livre-arbítrio, escolhe livremente cumprir a vontade divina, mesmo que esta escolha possa implicar perseguições, calúnias, sofrimento e a própria morte.

A alegria de imitar Jesus [...] Pedro sentia-se feliz, João sentia-se feliz, por terem sofrido em nome de Jesus. Talvez na mente deles, pensassem naquelas palavras de

⁵⁰ Papa Francisco, «A verdadeira liberdade (13/04/2018)», acedido em setembro de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2018/documents/papa-francesco-cotidie_20180413_verdadeira-liberdade.html.

Jesus: ‘Bem-aventurados vós, se fordes insultados, perseguidos, por causa do meu nome [...]’ É precisamente esta alegria que eles sentiam: eram livres – digamos assim – no sofrimento por seguir Jesus. É aquela atitude cristã que nos faz reconhecer: Senhor, tu concedeste-me tanto, sofreste muito por mim. O que posso fazer por ti? Toma, Senhor, a minha vida, a minha mente, o meu coração, tudo é teu.⁵¹

Liberdade cristã é, portanto, dar espaço a Deus para que Ele atue em nós estabelecendo o bem e a paz universal. As guerras e todo o tipo de mal é a ausência de amor, da liberdade que se esquivava das paixões e ambições que procuram satisfazer os prazeres que geram dependências de todo o tipo. Eis o porque da liberdade ser um caminho de felicidade, porquê, verdadeiramente, movido pela graça e a boa vontade, o homem escolhe dizer não ao pecado. Este percurso implica, necessariamente, além da liberdade espiritual, a liberdade interior onde a pessoa busca ser honesto consigo próprio, assumindo seus medos e traumas e apresentando-os abertamente a Deus, o verdadeiro alicerce para a construção da felicidade.

Liberdade no Amor não está relacionada a um egocentrismo que visa apenas as próprias necessidades. A liberdade, como o Amor, leva a pessoa a uma abertura para as relações fraternas. A liberdade cristã é um modo de expressar o amor concreto de Deus pela humanidade, pois, a liberdade provinda do Amor germina o bem e transforma as pessoas para que possam alcançar a plenitude da felicidade. Não existe liberdade cristã sem amor. Os cristãos, por vocação batismal, tornam-se livres à medida que amam e se doam ao próximo. No amor ao próximo, a pessoa se aproxima cada vez mais de Deus, superando nossas distâncias e divisões, para que Deus seja tudo e em todos.⁵² O bem realizado ao outro, direta ou indiretamente, é sempre uma tentativa de aproximação da verdadeira liberdade identificada em seu autor: Deus.

A liberdade que impulsiona a pessoa a dar o alimento ao faminto, a vestir o pobre, a cuidar do enfermo e visitar os marginalizados, é protagonizar o verdadeiro encontro com o sumo Bem que se revela em suas criaturas (cf. Mt 25, 40). Acreditar nesta verdade da Igreja é também um ato de liberdade, de fé, e ninguém pode ser constrangido, forçado, a abraçar este modo de liberdade.⁵³ Deve ser um ato voluntário, sabendo que toda escolha pelo bem autêntico é fruto do Espírito de Deus.

⁵¹ Papa Francisco, «A verdadeira liberdade».

⁵² Cf. DCE 18.

⁵³ Cf. CIC 161.

«Não há maior liberdade do que a de se deixar conduzir pelo Espírito, renunciar a calcular e controlar tudo, e permitir que Ele nos ilumine, guie, dirija e impulse para onde Ele quiser.»⁵⁴ Assim sendo, Liberdade, na ótica da Igreja, é uma escolha por Alguém, uma Pessoa, Jesus Cristo. Os cristãos são verdadeiramente livres quando se movem pela boa vontade realizando o bem. Disso conclui-se que também os não cristãos, fazendo o bem, são verdadeiramente livres pelo bom uso do livre-arbítrio. Neste sentido, o próprio Magistério vem afirmar que

... a Igreja considera mais atentamente qual a sua relação com as religiões não-cristãs. [...] Com efeito, os homens constituem todos uma só comunidade; todos têm a mesma origem, pois foi Deus quem fez habitar em toda a terra o inteiro género humano; têm também todos um só fim último, Deus, que a todos estende a sua providência, seus testemunhos de bondade e seus desígnios de salvação.⁵⁵

Em síntese, a «Igreja valoriza a ação de Deus nas outras religiões e nada rejeita do que, nessas religiões, existe de verdadeiro e santo.»⁵⁶ Por isso, mesmo sob suas convicções, a Igreja, ao afirma o que é a liberdade cristã, não cria barreiras, preconceitos, ou resistências, no diálogo com outras culturas, povos e religiões que, ao falarem de liberdade, devem ter como princípio comum a dignidade humana. De modo mais claro, «a Igreja reprova, por isso, como contrária ao Espírito de Cristo, toda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou cor, condição ou religião. Consequentemente [...] pede ardentemente aos cristãos que, observando uma boa conduta no meio dos homens (cf. 1 Pe 2, 12), se possível, tenham paz com todos os homens (cf. Rm 12, 18).»⁵⁷

2.2. Análise Teológica dos Papas João Paulo II e Francisco

Ainda em caminho de contextualização do cenário em que nos propomos refletir a temática da liberdade, no âmbito da lecionação de EMRC, dedicamos aqui alguns parágrafos para ilustrar alguns modelos de Magistério, sobretudo aquele em que se aplica o exercício da EMRC em

⁵⁴ Papa Francisco, «Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual 280», acedido em setembro de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html.

⁵⁵ Papa Paulo VI, «Declaração *Nostra Aetate* sobre a Igreja e as Religiões não-cristãs 1», acedido em setembro de 2024, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html#.

⁵⁶ Papa Francisco, Carta Encíclica *Fratelli Tutti* sobre a Fraternidade e a Amizade Social 277, acedido em setembro de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_encyclica-fratelli-tutti.html#_ftnref2; NA 2.

⁵⁷ NA 5.

território português das últimas décadas. Nota-se que o propósito não é ainda averiguar os documentos oficiais que protagonizam a liberdade da Igreja ensinar nas salas de aula das escolas portuguesas, visto que esta temática veremos adiante, no subitem 2.4, deste capítulo.

Outro ponto de esclarecimento se dá ao fato de que esta abordagem tem em vista o conteúdo da UL 3, do 8º ano do manual de EMRC. Desta forma, para não alongarmos a reflexão, fizemos a opção de priorizar a análise de dois Papas que, de modo evidente, configuram o maior período de pontificado desde a concordata entre o Estado português e a Sé Vaticana. Melhor dizendo: a figura destes dois papas, João Paulo II e Francisco, em nossa análise, estão mais presentes no pensamento da UL 3 em que analisamos a proposta letiva sobre a Liberdade. Não queremos, contudo, deixar a impressão de que estamos a ser parciais a excluir a figura do papa Bento XVI que, em momentos anteriores, já fora aqui citado. Nossa opção, neste sentido, é pedagógica e não preconceituosa.

Ainda assim, não resistimos a destacar as marcas fortes no âmbito da teologia e da doutrina do papado de Bento XVI (2005-2013). Sabia muito bem simplificar o essencial da fé em poucas linhas. «Bento XVI: um homem de palavra, sem dúvida. Um erudito na tradição dos antigos Padres da Igreja. Combateu pela reconciliação dos polos aparentemente oposto: fé e razão. Alta teologia e confiança filial em Deus [...] Luta contra o ‘relativismo’ [...]»⁵⁸ Sem dúvidas, um marco de seu pontificado foi sua primeira encíclica, *Deus Caritas est*, publicada em 2005 e seu empenho para o diálogo entre católicos, muçulmanos, judeus e protestantes. Estes últimos viam o Papa como o «mais evangélico» de todos, pois inspirado em Santo Agostinho, «referia-se à Bíblia como regra de fé e sempre recordava que o homem depende totalmente do amor e da graça de Deus.»⁵⁹

Por outro lado, teve seu pontificado marcado por crises e desventuras. Neste sentido, o Papa Bento XVI, em suas palavras, parecia sempre estar em uma defesa silenciosa ou de profunda teologia que não era perceptível à opinião pública. Numa homilia na Basílica do Vaticano, em janeiro de 2013, frente aos critérios das opiniões dominantes ele pronunciou-se dizendo:

O critério ao qual nos submetemos não é a aprovação das opiniões dominantes; o critério é o próprio Senhor. Se defendemos a Sua causa, conquistaremos incessantemente, pela graça de Deus, pessoas para o caminho do Evangelho; mas inevitavelmente também seremos flagelados por aqueles cujas vidas estão em contraste com o Evangelho.⁶⁰

⁵⁸ Vatican News, «Bento XVI e os anos do pontificado», acessado em setembro de 2024, <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-12/bento-xvi-anos-pontificado.html>.

⁵⁹ Vatican News, «Bento XVI e os anos do pontificado».

⁶⁰ Vatican News, «Bento XVI e os anos do pontificado».

Sem mais delongas, colocamos a nós mesmos um olhar ao pontificado do papa João Paulo II (1978-2005) que pastoreou a Igreja deixando um legado que ressalta seu carisma e as muitas viagens apostólicas que realizou em seus 26 anos de papado.⁶¹ «Personalidade poliédrica e carismática, afirmou-se imediatamente pela grande capacidade comunicativa e pelo estilo pastoral fora dos esquemas [...] das visitas e das viagens: no total foram 104 internacionais e 146 na Itália, com 129 países visitados nos cinco continentes.»⁶²

De João Paulo II destaca-se ainda seu grande empenho em colocar a Igreja em diálogo com a modernidade, buscando uma combinação entre o valor da liberdade humana e do bem comum. «Seu pontificado foi generoso no diálogo com as diversas tendências políticas e sociais, mas implicou um tipo de recuo eclesial a posturas de maior ‘segurança’ teológica e de mais uniformidade intraeclesial.»⁶³ Prova disso está em algumas estatísticas acerca do clero em seu pontificado. A Cúria Romana, durante seu pontificado, nomeou 232 cardeais, proclamou 1.388 beatos e canonizou 482 santos (mais que em todos os pontificados desde a criação da congregação para as Causas dos Santos em 1588).⁶⁴ A este número elevado soma-se ainda a ordenação de 321 bispos e 2.125 sacerdotes.⁶⁵

Apesar do seu zelo na manutenção de uma eclesiologia voltada para dentro, não deixou de se preocupar com o diálogo inter-religioso na tentativa de criar unidade com os líderes religiosos de outros credos.⁶⁶ Até os encontros celebrados em Assis, sob a inspiração de São Francisco, «nenhum papa havia mostrado anteriormente essa capacidade de diálogo e respeito pelas tradições religiosas.»⁶⁷ Em contrapartida, parafraseando Pikaza (2020), esta aproximação sempre foi vista com receios por alguns líderes de outras religiões, principalmente após a publicação da Declaração *Dominus Iesus*, da Congregação para a Doutrina da Fé, assinada pelo

⁶¹ Vaticano, «Sua Santidade João Paulo II: Biografia, Pontificado – Alguns dados significativos do Pontificado de João Paulo II», acessado em setembro de 2024, https://www.vatican.va/beatificazione_gp2/documents/pontificato_gp2_po.html#2003.

⁶² Vaticano, «Perfil Biográfico de João Paulo II (1920-2005)», acessado em setembro de 2024, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/biografia/documents/hf_jp-ii_spe_20190722_biografia.html.

⁶³ Xabier Pikaza, «João Paulo II: balanço de um pontificado», acessado em setembro de 2024, <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/599365-joao-paulo-ii-balanco-de-um-pontificado-artigo-de-xabier-pikaza>.

⁶⁴ Cf. Rogéria Nair, «Curiosidades sobre a vida e pontificado de João Paulo II», acessado em setembro de 2024, <https://noticias.cancaonova.com/especiais/canonizacao-joao-paulo-ii-e-joaoxxiii/curiosidades-sobre-a-vida-e-pontificado-de-joao-paulo-ii/>.

⁶⁵ Cf. Globo.com - G1, «Os números do Pontificado de João Paulo II» (28 de abril de 2011), acessado em setembro de 2024. <https://glo.bo/lvbKBBK>.

⁶⁶ Cf. João Antônio Johas Leão, «João Paulo II, um pouco de seu pontificado (Redação A12, abril de 2021)», acessado em setembro de 2024, <https://www.a12.com/redacaoa12/santo-padre/joao-paulo-ii-um-pouco-de-seu-pontificado>.

⁶⁷ Pikaza, «João Paulo II: balanço de um pontificado».

cardeal Ratzinger, futuro papa Bento XVI. A este respeito, a partir de sua teologia sistemática, João Paulo II não deixava de sublinhar sua convicção de que a felicidade universal, a plenitude, não se pode alcançar fora de Cristo.⁶⁸

A grande preocupação Woytyliana era afastar do ambiente eclesiástico a mentalidade agnóstica - resistente à transcendência - e o relativismo secular que conduz ao modo individualista que prejudica a existência coletiva. Embora sua teologia tenha uma característica mais tradicional de um magistério intraeclesial, menos atenta às novidades da modernidade,⁶⁹ o longo papado de João Paulo II apresenta uma Igreja que tenta influenciar o pensamento moderno sem impor um modelo teocrático, para recordar Philippe Portier.⁷⁰ Ainda por se tratar do modelo teológico mais voltado à doutrina da fé, não deu muito espaço para novas possibilidades de teologia como, por exemplo, a Teologia da Libertação, o acesso das mulheres aos ministérios, a quebra do celibato do clero dentre outros temas.

A semântica teológica do Papa João Paulo II, por assim dizer, deixa evidente um propósito mais voltado à manutenção da lei e da sabedoria divina, frente ao secularismo acelerado que constrói a sociedade do egoísmo, fechada ao bem comum e aos valores cristãos. Seguindo a reflexão do canonista Dr. José Adriano,⁷¹ o pensamento social de João Paulo II tem como pano de fundo a busca pelo bem comum, em que estão em causa a destinação universal dos bens e cujo tema central é a antropologia cristológica que evidencia o Homem na teologia da Criação e da Redenção.

Indo um pouco mais adiante, ressaltando alguns pontos fundamentais dos pontificados que podem nos ajudar numa melhor compreensão das AE do oitavo ano, especificamente do conteúdo sobre liberdade, tentaremos vislumbrar um pouco da linha teológica do Papa Francisco (2013 até o presente).

Assim, em referência a Alex Villas Boas,⁷² podemos ressaltar que o Papa Francisco traz em sua teologia a compreensão de um Deus cheio de bondade e pleno de misericórdia. Esta linha teológica evidencia uma postura religiosa contrária aos modelos de dominação, imposição e violência que brotam da falta de perdão mútuo. Na mesma linha de pensamento teológico,

⁶⁸ Cf. Leão, «João Paulo II, um pouco de seu pontificado (Redação A12, abril de 2021)».

⁶⁹ Cf. Pikaza, «João Paulo II: balanço de um pontificado».

⁷⁰ Cf. Philippe Portier, «Cristianismo e Modernidade no Pensamento de João Paulo II», *Numen* 12, nº 1 e 2 (2009): 59-80, <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21783>.

⁷¹ Cf. José Adriano, «As grandes linhas do pensamento social do Papa João Paulo II, segundo as encíclicas *Laborem Exercens*, *Sollicitudo Rei Socialis* e *Centésimus Annus*, no 25º ano de seu Pontificado». *Revista de Cultura Teológica* 11, nº 43 (2003): 7-22, <https://doi.org/10.19176/rct.v0i43.24955>.

⁷² Alex Villas Boas, «Francisco e a Teologia da Cultura». *Revista Pistis & Praxis* 8, nº 3 (2016): 761-788, <http://dx.doi.org/10.7213/2175-1838.08.003.DO09>.

sonha-se uma fraternidade universal que defende as alteridades de todas as culturas.⁷³ Este sonho só pode ser consolidado entre os povos reconciliados. Como uma das grandes preocupações de seu pontificado, Papa Francisco manifesta o desejo de paz e fraternidade que não se limite à sua forma cristã de refletir esta temática. Ao contrário, ele nos convida a todos para, «perante as várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras»⁷⁴ e que verdadeiramente alcance todas as pessoas de boa vontade e de todos os credos que reconhecem Deus como Pai de todos.⁷⁵

A semântica teológica do Papa Francisco, desta forma, parece elucidar um estereótipo latino americano, de uma teologia dos povos e das culturas, de uma religiosidade protagonizada pelos movimentos sociais que buscam novas formas de participação política, em defesa de uma ecologia integral que supera aqueles hegemonismos econômicos que afetam e matam os modos de vida no mundo. Noutras palavras, Papa Francisco, é um pastor incansável que exorta os fiéis à construção de uma Igreja missionária, à favor da vida e preocupada com a superação das mentalidades totalitárias.

Frente aos desafios de um mundo marcado por conflitos internacionais que derramam rios de sangue e lágrimas, ele exorta a todos à experiência de responder as guerras com «a loucura do Amor evangélico que enche ‘o coração e a vida inteira’ daqueles que encontram Jesus.»⁷⁶ Na confiança de que abraçar a Cruz significa a permissão de novas experiências e formas de fraternidade, não se pode pensar diferente da tese cristã de que a liberdade é sempre um caminho edificado no Amor e que supera as fronteiras das relações humanas. A liberdade amorosa abre nossos olhos para um cuidado mais expansivo que defende não apenas as pessoas, mas toda a Criação. Aliás, cuidar de si, reconhecendo que Deus é o autor da vida humana, implica o dever moral de reconhecer a mesma dignidade em toda Criação que brota da vontade livre do Arquiteto do mundo.

É preciso reconhecer que o nosso corpo nos põe em relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se

⁷³ Cf. FT 3.

⁷⁴ FT 6.

⁷⁵ Cf. FT 272.

⁷⁶ Isabel Piro, «Francisco, o Papa do diálogo no caminho da evangelização», acessado em setembro de 2024, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-03/papa-francisco-anniversario-pontificado-12-marco-2022.html>.

numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação. Aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana.⁷⁷

A teologia do Papa Francisco faz pensar um mundo em sua biodiversidade em que o ser humano se distingue pela sua liberdade. Contudo, esta liberdade, na visão do atual pontífice, não assume sua verdadeira natureza quando busca se esquivar da responsabilidade do cuidado que todos devemos ter com toda a criação. Vemos no Papa Francisco uma antropologia teológica-bíblica que ajuda a pensar o homem livre e responsável, como Deus o é. O modelo eclesiológico do atual bispo de Roma é de que não somos Deus, mas à imagem e semelhança do Criador, como destaca no livro do Gênesis 1, 26-27, temos a responsabilidade de cultivar e guardar toda a criação, numa relação de reciprocidade responsável que preserva a capacidade fértil e que garante a continuidade de toda a existência.⁷⁸

Dentre vários outros temas que Papa Francisco reflete na atualidade, como os temas da reforma da Igreja, a atenção aos pobres, os idosos e aos imigrantes, podemos ressaltar que a melhor chave de leitura para entender a sua semântica teológica, são a misericórdia e a reconciliação, gestos de amor e de liberdade que une os dispersos. Utilizando as mesmas palavras do Papa num evento particular em que ele, a exemplo de Jesus, beija os pés de líderes em conflito, ressoa a seguinte mensagem: «Haverá lutas entre vocês dois, sim. Que elas ocorram dentro do escritório; diante do povo, as mãos unidas. Assim, de simples cidadãos, vocês se tornarão Pais da Nação. [...] Buscai o que une, superai o que divide.»⁷⁹

Em síntese, entendemos que o livre-arbítrio é um dom divino que, sob a graça da boa vontade, torna a liberdade o eterno caminho para o bem e a felicidade de todos. A eclesiologia teológica que caracteriza distintamente o pontificado do Papa Francisco está alicerçada no modelo missionário, de uma Igreja em saída, da cultura do encontro e do diálogo marcados pela misericórdia.⁸⁰ Cristo é o modelo que deve acontecer na vida cotidiana, de uma moral cristã

⁷⁷ Papa Francisco, «Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum 155», acedido em setembro de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html#_ftnref15.

⁷⁸ Cf. LS 67.

⁷⁹ Silvonei José, «O Papa beija os pés dos líderes do Sudão do Sul pela paz», acedido em setembro de 2024, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-04/papa-francisco-sudao-sul-beija-pes.html>.

⁸⁰ Cf. Federico Piana, «O Pontificado de Francisco entre sinodalidade e o novo impulso do Evangelho», acedido em setembro de 2024, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-03/papa-francisco-11-anos-pontificado-comissao-teologica-2024.html>.

que, no Amor, liberta-nos de todos os pecados, das más escolhas, da tristeza, do vazio interior e do isolamento, levando-nos à fonte que faz nascer e renascer a alegria.⁸¹

2.3. A Igreja e a Liberdade no contexto da disciplina de EMRC

Após breve contextualização da liberdade no âmbito da eclesiologia, em que o Amor aparece como a máxima para a experiência do ser livre e feliz, colocamo-nos a nós mesmos o desafio de percebermos como a Igreja ambiciona, em sua missão, a implementação de espaços para refletir, aprofundar e viver o conceito de liberdade. Assim sendo, para não se tornar um subitem com características de evangelização, embora faça parte do exercício missionário da Igreja, faremos um olhar para fora dos templos católicos, onde o foco principal vai de encontro com as instituições educacionais. Enquanto missão, a Igreja se apresenta ao mundo de coração aberto para dialogar e reconhecer os sinais de bem, do sagrado, que se manifesta nas relações que trava com a humanidade.⁸² E é claro que esta reciprocidade dos encontros fora das paredes das Igrejas deve ser regada com a mesma graça que faz render bons frutos de paz e amor que libertam as pessoas de suas más paixões, proporcionando as fagulhas da verdadeira liberdade e felicidade.

A Igreja testemunha a liberdade na sua capacidade de confrontar-se com as outras ciências não teológicas, procurando enriquecer-se com o respaldo de outros saberes, sobretudo os da psicologia, sociologia, a pedagogia, filosofia, as ciências da educação, dentre outras.⁸³ As escolas católicas, neste sentido, têm características específicas que a relaciona com a missão evangelizadora da Igreja. No entanto, a educação cristã que se pretende em escolas católicas não perde sua sintonia com a mesma finalidade formativa da escola pública que dedica atenção aos jovens e ao zelo de educar para uma cultura do diálogo.⁸⁴

Sem o intuito de abrir mão de uma identidade própria, condição primeira para se travar um diálogo aberto,⁸⁵ a Igreja e as Escolas Católicas, procuram dar respostas aos desafios contemporâneos que se ilustram nas atitudes de individualismos, intolerância, divisões e

⁸¹ Cf. Papa Francisco, citado em André Luiz Boccado Almeida, «Papa Francisco e o específico da Teologia moral: análise do discurso à Academia Afonsiana pelos seus 70 anos de fundação», *Cultura Teológica* 29, nº 98 (2021): 160, <https://doi.org/10.23925/rct.i98.52404>.

⁸² Cf. DC 33a.

⁸³ Cf. DC 146.

⁸⁴ Cf. DC 309.

⁸⁵ Cf. Congregação para a Educação Católica (GEC), «A identidade da escola católica para uma cultura do diálogo 2», acessado em outubro de 2024, https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20220125_istruzione-identita-scuola-cattolica_po.html.

conflitos de todas as espécies⁸⁶. Respeitando as realidades locais em que ocorrem as rápidas mudanças globais, a GEC procurar dar o suporte, de caráter instrutivo, às Conferências Episcopais para, sob o suporte da liberdade religiosa, possam prover a mensagem de liberdade que se expressa no bem que emprega para o diálogo inter-religioso e intercultural.⁸⁷

Dito isso, ao relacionar o tema da liberdade e Igreja ao contexto da disciplina de EMRC, queremos enfatizar o aspeto que condiciona a presença do ensino religioso no espaço educacional. Assim sendo, não podemos avançar a reflexão sem perceber que a primeira característica a se destacar neste âmbito é que a disciplina de EMRC se enquadra dentro daquilo que a própria Igreja acredita, a saber: «a liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana [...] Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil.»⁸⁸ A liberdade da Igreja, no âmbito da EMRC, pretende ser uma proposta de salvaguardar a autêntica liberdade, com sentido de responsabilidade, ao que é verdadeiro e justo na colaboração com a ordem moral e a vida social.⁸⁹ Noutras palavras, a EMRC, respaldada pela liberdade da Igreja, que se expande nos espaços educacionais, é também uma forma de levar a sociedade ao conhecimento da verdadeira liberdade expressa no Amor que brotou da cruz, na Paixão de Jesus Cristo.⁹⁰

Considerando a diversidade religiosa e cultural, a disciplina de EMRC deve assumir sua missão de diálogo nos espaços educacionais, fazendo das salas de aulas um verdadeiro laboratório de relações pacíficas e colaborativas para a fraternidade de toda a família humana. O Ensino Religioso Católico não é, portanto, um ensino doutrinário, embora esteja alinhada com a missão evangelizadora da Igreja. Quer ser, antes de mais, um valioso contributo para a sociedade, levando a todas as pessoas, de diferentes culturas e religiões, a consciência da responsabilidade própria de cada um no que diz respeito ao bom uso da vontade que ilustra a autêntica liberdade e felicidade.⁹¹

A CEP, organismo que chancela a missão das Igrejas particulares nas escolas portuguesas, reconhece que a

⁸⁶ Cf. GEC, 7.

⁸⁷ Cf. GEC, 1.3.

⁸⁸ Papa Paulo VI, «Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa 2», acedido em outubro de 2024, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html.

⁸⁹ Cf. DH 8.

⁹⁰ Cf. DH 13.

⁹¹ Cf. DH 15.

educação é uma tarefa fundamental da sociedade. Dela depende, decisivamente, o desenvolvimento harmonioso das crianças, dos adolescentes e dos jovens, e a qualidade do progresso da sociedade. Porque está em causa a pessoa humana, razão de ser e objeto central da missão da Igreja [...], a Conferência Episcopal Portuguesa [...] expôs o seu pensamento e convidou todos os parceiros educativos a conjugarem esforços para melhorar a Educação em Portugal.⁹²

Pelo que se expõe no parágrafo anterior, através da liberdade religiosa, onde se ampara a missão da Igreja dentro das salas de aula, a Educação Católica evidencia sua preocupação com as questões sociais, procurando dar sempre o testemunho do Amor libertador proporcionado pelo encontro entre o Evangelho e os problemas com que cada pessoa se depara no cotidiano da vida.⁹³ Propondo a promoção integral de toda pessoa, para o bem comum da sociedade, a DSI (Doutrina Social da Igreja) anuncia a liberdade através da educação que é um dos direitos fundamentais de toda pessoa humana.⁹⁴ Em comunhão e apelo, a Igreja procura exortar e dialogar com as famílias para que o lar familiar, a Igreja doméstica, seja, para o bem comum da sociedade, a primeira escola das virtudes sociais, de que toda pessoa necessita.

As pessoas são ajudadas, em família, a crescer na liberdade e na responsabilidade, requisitos indispensáveis para se assumir qualquer tarefa na sociedade. Com a educação, ademais, são comunicados, para serem assimilados e feitos próprios por cada um, alguns valores fundamentais, necessários para ser cidadãos livres, honestos e responsáveis.⁹⁵

Por fim, a EMRC, em comunhão com a Igreja, visa a formação integral dos alunos incutindo aspetos morais, espirituais e académicos. Não obstante, num carácter de interdisciplinaridade, transversalidade e interculturalidade, busca respaldo em experiências de aprendizagens que vão além da sala de aula e do ensino religioso em si. Faz parte do programa de EMRC, para o desenvolvimento integral dos alunos, o anseio por cultivar uma liberdade com referência nos ensinamentos cristãos que se alicerçam em valores como o diálogo inter-religioso, a responsabilidade, a solidariedade, a justiça, a bondade, a paz, dentre outros, que são “fulcrais

⁹² CEP, «A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade 1», acedido em outubro de 2024, <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade/>.

⁹³ Cf. Pontifício Conselho Justiça e Paz, «Compêndio da Doutrina Social da Igreja 8», acedido em outubro de 2024, https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_c ompendio-dott-soc_po.html.

⁹⁴ Cf. DSI 166.

⁹⁵ DSI 238.

na construção da sociedade e no crescimento equilibrado de pessoas maduras, autônomas e responsáveis perante si próprias e perante a sociedade.⁹⁶

Posto estas duas lupas papais na contemplação do mundo e explicitado o contributo que a disciplina de EMRC pode ter na expressão do pensamento cristão sobre a liberdade, nos colocamos agora o desafio de, tendo em conta a lecionação de EMRC no contexto educativo português, verificar e entender a concordata entre Portugal e a Santa Sé que chancela a liberdade religiosa, a oferta obrigatória e escolha facultativa do ensino religioso nas escolas portuguesas.

2.4. EMRC na escola pública portuguesa: oferta obrigatória e escolha facultativa

A abordagem a que se pretende neste subitem é uma breve contextualização acerca do ensino religioso e católico nas escolas portuguesas. Ter conhecimento sobre a lei que possibilita a liberdade da Igreja Católica, para o livre exercício de desenvolver a educação cristã nas escolas particulares e públicas de Portugal, é fundamental para o objetivo deste trabalho. Mesmo de modo abreviado, a perceção do acordo entre Portugal e a Santa Sé nos ajuda na interpretação do conceito de liberdade. Podemos já adiantar que a liberdade observada nesta relação entre nações reflete dois caminhos possíveis para entender a liberdade no contexto educacional.

Em primeiro lugar, refletimos a liberdade religiosa conferida à Igreja para poder atuar no campo da educação e da cultura em solo português. O segundo momento, como veremos adiante, diz respeito à dimensão facultativa do ensino religioso nas escolas de Portugal. Dito isso, no âmbito histórico, foi no ano de 1940 quando a Igreja e o governo português assinaram uma concordata para selar vários acordos.⁹⁷ Dentre os temas tratados neste acordo podemos destacar o reconhecimento jurídico que Portugal confere à Igreja Católica, representada nas Igrejas Particulares (Dioceses) presentes em território português; a liberdade da Igreja para se organizar, possuir e administrar bens dentro das leis fiscais etc. Contudo, aqui nos interessa a particularidade da concordata que ressalta a liberdade de ensino religioso nas escolas.

A revisão da concordata em 2004 reafirmou a cooperação entre Portugal e a Igreja, fazendo-nos crer que a educação é do interesse comum entre Portugal e o Vaticano. O artigo 18,⁹⁸ por exemplo, afirma que a Igreja é livre para dar assistência em estabelecimentos de educação, garantindo a liberdade religiosa a todos os católicos que queiram se manifestar e aprofundar os

⁹⁶ Cf. SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: SNEC, 2007), 24-27.

⁹⁷ Cf. Ministério Público – Portugal, «Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé», acessado em outubro de 2024, <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/concordata-entre-republica-portuguesa-e-santa-se-0>.

⁹⁸ Cf. Diário da República, «Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé», acessado em outubro de 2024, <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2004/11/269a00/67416750.pdf>.

valores cristãos que identificam a universalidade da Igreja e do Evangelho de Cristo. Por conseguinte, o artigo 19, parágrafo 1, afirma:

A República Portuguesa, no âmbito da liberdade religiosa e do dever de o Estado cooperar com os pais na educação dos filhos, garante as condições necessárias para assegurar, nos termos do direito português, o ensino da religião e moral católicas nos estabelecimentos de ensino público não superior, sem qualquer forma de discriminação.⁹⁹

O enquadramento do parágrafo acima deixa transparecer que a liberdade em proporcionar a educação cristã nas escolas portuguesas é fruto de um interesse comum do Estado e da Igreja, mas não se limita a ela. A família também assume o protagonismo de assegurar a educação religiosa e moral aos seus educandos. Deste modo o Ensino Religioso passa por vários interesses que, na liberdade de optar, a concordata coloca ao centro seu objetivo primeiro, a saber: a educação integral dos jovens. Com este propósito, vale destacar que a finalidade da EMRC nas escolas é «proporcionar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade e reforçar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, [...] a formação do carácter e da cidadania, preparando o educando para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos.»¹⁰⁰

Por último, mas não menos importante, precisamos sempre recordar que a disciplina de EMRC, no âmbito confessional da Igreja Católica, não é uma oposição à cultura e às tradições portuguesa. O papel emergente da sua missão de EMRC, ao contrário, é

contribuir igualmente para o reforço da matriz cultural portuguesa [...] Nesta perspetiva, o programa de EMRC estabelece pontos de contacto entre a cultura portuguesa, nas suas vertentes literárias, patrimonial e artística e a mensagem cristã. De facto, a ponte entre a cultura portuguesa e o Cristianismo é uma realidade amplamente documentada.¹⁰¹

Agora que já temos clareza sobre o enquadramento da liberdade religiosa da Igreja, bem como a liberdade para ensinar EMRC nas escolas portuguesas, neste segundo momento cabe-nos perceber outro detalhe de muita valia para a pesquisa, a saber: a dimensão facultativa do ensino religioso nas escolas.

⁹⁹ Diário da República, «Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé».

¹⁰⁰ EDUCRIS, «Disciplina de EMRC: Enquadramento», acessido em outubro de 2024, <https://www.educris.com/v3/94-enquadramento>.

¹⁰¹ EDUCRIS, «Disciplina de EMRC: Enquadramento».

Como já percecionado acima, a concordata entre Portugal e o Vaticano habilita a missão educativa da Igreja nas escolas portuguesas. Neste sentido, a disciplina de EMRC é uma oferta obrigatória e tem o amparo do Estado português, conforme o artigo 19, parágrafo 1, da concordata já mencionada no subitem anterior. Por outro lado, no parágrafo 2, do mencionado artigo 19 da Concordata, fica claro que a «frequência do ensino da religião e moral católicas nos estabelecimentos de ensino público não superior depende de declaração do interessado, quando para tanto tenha capacidade legal, dos pais ou do seu representante legal.»¹⁰²

A escolha facultativa dos alunos ou de seus encarregados não desvaloriza a qualidade e pertinência desta disciplina no espaço educacional. Aliás, citando Alain Botton no seu reconhecimento ao insubstituível papel da religião e da educação religiosa na formação integral de cada ser humano, podemos afirmar a importância de EMRC naquilo que a diferencia da educação secular em termos de objetivo. Esta última se preocupa em transmitir informações, ao passo que a educação cristã se preocupa em mudar e transformar nossas vidas.¹⁰³

Não obstante, ainda na tentativa de legitimar a educação religiosa como uma disciplina comprometida com a missão de educar dos pais, com a educação integral da pessoa, com fidelidade à matriz histórica e cultural de Portugal, compreendendo os fenómenos sociais que desafiam os jovens da atualidade,

é de evidente interesse para a educação das crianças e dos jovens a existência de uma disciplina que, embora mantendo o seu carácter facultativo, dada a natureza confessional, tenha como objetivos fundamentais educar para a dimensão moral e religiosa e para a compreensão dos elementos mais profundos da cultura nacional, necessariamente aberta ao mundo.¹⁰⁴

É por este motivo, acima mencionado, que nos surge o questionamento que move o objetivo principal desta pesquisa. É de nosso interesse perceber se a frequência dos alunos na disciplina de EMRC está ou não condicionada a outras questões senão estas que estão elencadas nos parágrafos anteriores. Os alunos de educação religiosa estão mesmo interessados nesta proposta de desenvolvimento integral da pessoa? Estão mesmo preocupados em conhecer a riqueza cultural portuguesa onde se identifica a matriz cristã como parte integrante da história nacional? Existe alguma consideração dos alunos pela moral religiosa, pela fé ou espiritualidade que abordar as questões existenciais humanas? A verdade é que, de uma forma ou de outra, os

¹⁰² Diário da República, «Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé».

¹⁰³ Cf. SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: SNEC, 2014), **Apresentação 1, I**.

¹⁰⁴ EDUCRIS, «Disciplina de EMRC: Enquadramento».

alunos, por intermédio e incentivo dos encarregados, ou de terceiros, chegam às aulas de moral religiosa. A liberdade que move esta escolha, seja dos próprios alunos ou não, é ou pode estar condicionada a vários fatores. Como podemos configurar e analisar a liberdade que os faz frequentar a disciplina de EMRC? A tentativa de resposta a esta questão nos impele ao desenvolvimento dos capítulos posteriores. Eis o convite para irmos adiante nesta reflexão.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO

Para introduzir este capítulo, antes de nos deter à contextualização da comunidade, da escola e da turma, é de muita importância descrever algumas inquietações que motivaram a investigação, levando-nos a perceber os motivos que levam os jovens a frequentarem a disciplina de moral, no oitavo ano especificamente.

Assim sendo, durante a lecionação da PES foi possível verificar que existe uma diversidade de alunos em sala de aula. Mas não se trata apenas da diversidade no âmbito estereótipo, de status, idades, crenças e etnia. Na sala de aula, por vezes, também pode-se identificar algumas motivações que se expressam no comportamento e participação dos alunos. Por causa destes fatores e alguns dados estatísticos acerca dos jovens portugueses, constatamos que muitos alunos não têm familiaridade com o tema religião ou espiritualidade, sobretudo a que diz respeito ao modelo institucional.

Além da pouca afinidade com a religiosidade, os alunos assumem posturas que representam pouco interesse aos temas sugeridos em sala de aula. Desta constatação surgiu-nos algumas interrogações: se os alunos não têm conexão com a religião, porque se inscrevem na disciplina de ensino religioso? Foram livres na escolha por frequentarem EMRC? Se não dada a importância à religião, quais os condicionalismos presentes na liberdade de estarem inscritos na disciplina de ensino religioso? Será que alguns maus comportamentos ou desinteresses não indicam a falta de liberdade dos jovens que podem estar na sala apenas pelo interesse (imposição) dos pais?

Dito isso, queremos enfatizar que nosso propósito não é dar respostas objetivas, acabadas às interrogações apresentadas no parágrafo anterior. Por outro lado, este trabalho pode ser um despertar para outras abordagens futuras que relacionem o ensino religioso e a espiritualidade nas escolas. Talvez não seja uma urgência estas abordagens sugeridas, mas não podemos negar que existe um intenso fluxo e refluxo de informações e pluralidades que impulsionam uma

rapidez nas transformações sociais que dinamizam as transformações pessoais e que desestabilizam a vivência de valores ético-morais-sociais e transcendentais.¹⁰⁵ A verdade é que as sociedades contemporâneas tendem cada vez mais trilharem caminhos egocêntricos. Os jovens, no processo de sociabilização mediante os anos da sua escolaridade ou formação profissional, acabam por serem facilmente tocados por esta mentalidade antropocêntrica que se distancia cada vez mais da ideia de religião institucionalizada¹⁰⁶ que pode ser relacionada com a disciplina de EMRC, por exemplo.

Para não se ampliar o objetivo da pesquisa, que tem como foco o oitavo ano do 3º CEB do Agrupamento de Escolas Padre Benjamin Salgado (AEPBS), apresentamos agora alguns dados da caracterização do contexto escolar de onde extraímos as informações para a análise deste relatório. Assim, sigamos adiante com o segundo capítulo que, de forma abreviada, nos traz algumas características do meio, da escola e da turma onde foi desenvolvida a PES.

1. Caracterização do meio (comunidade)

Talvez a abordagem que apresentamos aqui não pareça pertinente, entendendo que o nosso objetivo é averiguar a compreensão dos alunos dos oitavos anos que frequentam a sala de aula da disciplina de EMRC. No entanto, a etnografia nos faz perceber que a sala de aula também é reflexo do que acontece fora do ambiente escolar. Não é razoável pensar e analisar os alunos em si, sem considerar os contextos em que eles estão inseridos. A comunidade, a família, os círculos de amizades podem, com certeza, contribuir para o desenvolvimento da personalidade, ideias e crenças dos alunos. Noutras palavras, as visões de comunidade, as memórias e histórias que envolvem os alunos nos abrem horizontes de maior compreensão deles, pois «é a vida que, pulsando fora da escola, também interfere na instituição.»¹⁰⁷

Dessa forma, começamos por apresentar a Freguesia de Joane, local onde se instala o AEPBS. Joane conta com uma longa história, com mais 950 anos de existência, antecedendo a formação da nacionalidade portuguesa. De acordo com os dados históricos, o nome «Joane» se associa a um primitivo proprietário da «vila», que desenvolvia uma unidade agrária durante o período românico.

¹⁰⁵ Cf. Teresa de Jesus Rodrigues Marques de Sousa Messias, «Espiritualidade cristã e identidade crente nas culturas juvenis», *Communio: Revista Internacional Católica* 29, nº 1 (2012), 115.

¹⁰⁶ Cf. Messias, «Espiritualidade cristã e identidade crente nas culturas juvenis», 114.

¹⁰⁷ Luís Paulo Cruz Borges e Paula Almeida de Castro, «A etnografia da escola: entrelaçando vozes, sujeitos, conhecimentos e culturas», *Periferia* 11, nº 2 (2019): 418, <https://doi.org/10.12957/periferia.2019.39126>.

Com uma área de 725 hectares e cerca de oito mil habitantes, atualmente Joane pertence, ao Concelho de Vila Nova de Famalicão. Estando a 11 quilómetros da sede do Concelho, Joane é um importante ponto de passagem de tráfego rodoviário intermunicipal. Com diversas atividades económicas, com maior referência nas indústrias locais, Joane é um dos centros mais desenvolvidos do Concelho. Mesmo após receber o título de vila 1986, continua a ser um polo de desenvolvimento em expansão.¹⁰⁸ Atualmente, possui mais de 20 associações que ilustram bem a diversidade cultural, folclórica, musical, desportiva e outras mais que caracterizam a vila.¹⁰⁹

Em nível cultural e religioso, Joane possui um grande património que remonta sua longa cronologia existencial. Dentre algumas datas antigas, citamos, por exemplo, a Capela de Nossa Senhora da Carreira, construída em 1501, com referências à sua existência em 1625.¹¹⁰ Podemos ainda apontar o Santuário Cristão, denominado por “Alminhas Brasileiras” monumento construído no ano de 1701.¹¹¹ Além destes dois patrimónios religiosos, não podemos deixar de citar o património cultural de Padre Benjamim Salgado (1916-1978), compositor musical e professor, de onde se originou a identificação do agrupamento escolar que acolheu a PES que protagonizou esta pesquisa.¹¹²

Portanto, a PES também reflete, de alguma forma, as realidades culturais, económicas e religiosas que estão ao redor do AEPBS. Além disso, pode-se intuir que AEPBS tem grande potencial de sociabilização, graças à diversidade que a envolve e que muito contribui para a qualidade de ensino, lapidado pela tolerância às diferenças e com características de inclusão. Mas não só isso! A Comunidade, destacada como um projeto em expansão, conta com seus cidadãos e, obviamente, com o AEPBS que, de modo geral, deve ser lugar da transmissão, cultivo e manutenção de toda herança patrimonial que enobrece a honra de toda a população local.

¹⁰⁸ Cf. Junta de Freguesia de Joane, «Percurso pela História», acedido em fevereiro de 2024, <https://jf-joane.pt/historia>.

¹⁰⁹ Cf. Junta de Freguesia de Joane, «Joane é uma terra com tradição no Associativismo», acedido em fevereiro de 2024, <https://jf-joane.pt/coletividades>.

¹¹⁰ Cf. Junta de Freguesia de Joane, «Capela de Nossa Senhora da Carreira», acedido em fevereiro de 2024, <https://jf-joane.pt/capela-de-nossa-senhora-da-carreira>.

¹¹¹ Cf. Junta de Freguesia de Joane, «Alminhas Brasileiras | Santuário Cristão», acedido em fevereiro de 2024, <https://jf-joane.pt/alminhas-brasileiras>.

¹¹² Cf. Junta de Freguesia de Joane, «Padre Benjamim Salgado», acedido em fevereiro de 2024, <https://jf-joane.pt/padre-benjamim-salgado>.

2. *Caracterização da escola*

Introduzindo este novo item no segundo capítulo de nossa pesquisa, queremos evidenciar o importante papel do ambiente escolar como lugar de aprendizagens, mas também de convivências. Por este viés, cabe-nos dizer que a escola, mesmo que indiretamente, reúne características que contribuem para o desenvolvimento dos alunos. A diversidade e suas relações interpessoais fazem da escola um lugar apropriado para o diálogo que gera a cultura da inclusão, condição essencial para que a escola seja verdadeiramente um laboratório de experiências de liberdades, direitos humanos, cidadania, moral e tantos outros valores que contribuem para o desenvolvimento integral dos jovens estudantes.¹¹³

Interessante ressaltar ainda que ao se voltar para o espaço geográfico da escola, não estamos a limitar o campo de relações entre professores, estudantes e serviços administrativos. A escola deve ser pensada de modo amplo onde os pais e outros membros da comunidade se tornem também protagonistas de saberes que ajudam e norteiam o processo de ensino aprendizagem dos alunos. «A multiplicidade de relações sociais que constituem o cotidiano em instituições educacionais forma a convivência na escola e, portanto, é produzida e reproduzida pelas experiências cotidianas compartilhadas entre estudantes, professores, pais, coordenação e outros membros da comunidade.»¹¹⁴

Assim sendo, o desenvolvimento integral do aluno passa por uma construção diária alicerçada também pelas experiências de convivência e vão muito além da absorção de conhecimentos e ideias científicas. O desenvolvimento passa pela riqueza de sentidos provindos das várias maneiras de se relacionar no ambiente escolar. Mas este processo não é exclusivo do aluno. Todos os membros da comunidade escolar também passam pelas construções de aprendizagens provindas destas relações interpessoais e multiculturais. Doutra maneira de explicar, queremos reforçar a ideia de que

a convivência é aprendida e ensinada por meio da experiência da escola. Por um lado, existem estratégias curriculares específicas que tratam das maneiras aceitas de se relacionar entre si na escola, como as regras de comportamento da instituição, os programas de gestão de paz e de conflito ou as disciplinas de cidadania. Estas estratégias poderiam ser compreendidas como processos explícitos de convivência na escola. Por outro lado, a convivência está sendo constantemente elaborada nas práticas cotidianas de interação e inter-relação entre todos os atores da escola, naquilo que poderia ser chamado de processos de convivência tácitos da escola.

¹¹³ Cf. Cristina Perales Franco, «Abordagem Etnográfica à Convivência na Escola», *Educação & Realidade* 43, n° 3 (2018): 887, <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623674800>.

¹¹⁴ Franco, «Abordagem Etnográfica à Convivência na Escola», 888.

Podem incluir ações como dialogar, participar, comprometer-se, obedecer, discutir, discordar, brigar, concordar, refletir etc.¹¹⁵

Já com a lucidez sobre a ideia de escola, enquanto ambiente de convivências que protagonizam as aprendizagens e o desenvolvimento integral da pessoa, façamos um breve olhar sobre a escola secundária do AEPBS, onde foi desenvolvida a PES. Assim, é importante salientar que o AEPBS surgiu a 28 de junho de 2012.¹¹⁶ Com base no seu Projeto Educativo, sabe-se que o agrupamento educacional se insere na região do Vale do Ave, pertencendo ao concelho de Vila Nova de Famalicão. Como o Concelho de Vila Nova de Famalicão tem uma extensão geográfica muito ampla, vale ressaltar que os alunos que frequentam este agrupamento de escolas provêm, em sua maioria, das freguesias de Joane, Mogege, Pousada de Saramagos e Vermoin. Estima-se que todo o agrupamento escolar atenda cerca de 2600 alunos distribuídos em 7 escolas assistidas por um total de 286 professores e outros 109 colaboradores técnicos e operacionais que auxiliam o bom funcionamento das rotinas escolares.¹¹⁷

Sabendo-se que todo o Agrupamento de Escolas mobiliza quase um terço da população fixa da comunidade e que a logística para a realização do projeto educacional, neste sentido, seria impossível num único local de ensino, destacamos os nomes das sete escolas que asseguram a missão escolar de seus educandos. Assim sendo, temos a Escola Secundária de Padre Benjamim Salgado, Escola Básica Bernardino Machado, Escola Básica de Joane, Escola Básica de Agra Maior/JI, Escola Básica de Pousada de Saramagos, Escola Básica de Estalagem e Escola Básica de Boca do Monte/JI.¹¹⁸

Dentre as escolas referenciadas, como dito nos parágrafos anteriores, nos interessa dar maior ênfase à Escola Secundária que acolheu os estagiários do Mestrado de Ciências Religiosas (MCR) na Universidade Católica Portuguesa (UCP). A Escola foi construída no biênio de 1983/85. A finalidade de sua existência é marcada pelo propósito de facilitar o acesso a alunos que anteriormente tinham que migrar às escolas de Famalicão e Guimarães. Atualmente dispõe de um currículo diversificado, com uma pluralidade de ofertas formativas, designadamente:

- 3º CEB, Ensino Secundário (ES);

¹¹⁵ Franco, «Abordagem Etnográfica à Convivência na Escola», 890.

¹¹⁶ Cf. Portal da Educação de Famalicão, «Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado», acessido em fevereiro de 2024, http://www.famalicaoeducativo.pt/_agrupamento_de_escolas_padre_benjamim_salgado.

¹¹⁷ Cf. AEPBS, «Projeto Educativo» 7, acessido em fevereiro de 2024, [Projeto_Educativo_2022-2026_AEPBS_20-03-2023_assinado.pdf](https://www.aepbs.net/site/index.php/o-agrupamento/escolas).

¹¹⁸ Cf. AEPBS, «Escolas do AEPBS», acessido em junho de 2024, <https://www.aepbs.net/site/index.php/o-agrupamento/escolas>.

- Cursos Científico-Humanísticos (CCH): Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades; Ciências Socioeconómicas e Artes Visuais;
- Cursos Profissionais (CP): Técnico de Auxiliar de Saúde; Técnico Design de Equipamentos; Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores; Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Manutenção Industrial – Mecatrónica Curso Profissional de Técnico de Multimédia; Técnico Programador Informática;
- Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA);
- Unidades de Formação de Curta Duração e Formação e Qualificação de Adultos (Centro Qualifica).

Para além do que se apresenta acima, existe ainda as ofertas no âmbito cultural, que abrangem a música e dança, e que são desenvolvidas em três escolas, a saber: Centro de Cultura Musical, Conservatório de Música Arteduca e o Conservatório de Dança, de Vila Nova de Famalicão. Esta proposta permite que 80 alunos frequentem o ensino articulado da dança e da música nos 2º e 3º Ciclos. O ano letivo 2023/2024 tem sido um grande marco da escola que, além de tantos feitos, regista uma diversidade multicultural que engloba 105 alunos de outras nacionalidades.

Indo de encontro com os pressupostos dos pilares do conhecimento enunciados pela UNESCO (aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e ser), para o século XXI, o AEPBS quer educar para os valores e para a construção do conhecimento «que acompanhe o ritmo da sociedade, levando os jovens ao prosseguimento de estudos ou à transição para a vida ativa, assim como a sua realização pessoal através da autodeterminação.»¹¹⁹

Em resumo, a Escola Secundária, dentro do contexto do AEPBS, enquanto plano de ação, pretende, entre 2022 e 2026, priorizar quatro metas, ou seja: melhorar a qualidade pedagógica, potenciando o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional (Prioridade 1); melhorar os resultados académicos e diminuir a indisciplina e abandono escolar, promovendo-se o sucesso educativo de todos (Prioridade 2); aumentar o contato com a comunidade, incrementando a cooperação com as famílias e outras instituições, através de ações conjuntas, estabelecimento de parcerias e protocolos (Prioridade 3) e rentabilizar os recursos materiais e humanos efetuando uma gestão criteriosa e eficaz dos mesmos (Prioridade 4).¹²⁰

¹¹⁹ AEPBS, «Projeto Educativo», 17.

¹²⁰ Cf. AEPBS, 20.

3. *Caracterização da turma*¹²¹

Ampliando nossa forma de compreensão da pesquisa, voltemo-nos a este subitem para pensar o cenário da turma que, além da relação com a comunidade, o meio e a escola, também é observada no contexto da sala de aula. Esta observação que procura caracterizar a turma não visa o propósito de ser um espelho do fenômeno observado. Por isso mesmo não pretende ser uma forma tendenciosa de perfeccionismo ou idealizada da turma. Buscando entender a maneira de conviver da turma, a partir da perspectiva do próprio grupo, nossa observação não quer ser uma maneira invasiva, como de um estranho, na sala de aula. A caracterização da turma é, neste contexto de pesquisa, um percurso que aspira a valoração da alteridade dos alunos, sem gerar o desconforto da sensação de julgamento por quem observa. Em resumo, como etnografia, o objetivo de caracterizar a turma é um itinerário de percepção das experiências humanas, precisamente o entendimento sobre o que elas fazem (comportamento cultural), o que sabem (conhecimento cultural) e o que elas produzem e utilizam no processo de aprendizagem (artefactos culturais).¹²²

Caracterizar a turma, nesta perspectiva, é uma tentativa de percepção das individualidades para levar o ensino aprendizagem a melhores resultados no exercício da lecionação. Neste caso específico a que nos colocamos, conhecer os alunos a fundo ajuda-nos a dar maior pertinência nas evidências das análises de intervenção que apresentaremos no quarto capítulo. Dito isso, o objetivo é expressar, com a maior veracidade, a maneira como a turma, cada aluno, entende o conceito de liberdade e se a escolha que fazem por frequentar a disciplina de EMRC está ou não condicionada a algo específico que não apenas o interesse pelo ensino religioso.

Como nosso interesse é investigar uma UL do oitavo ano, cabe-nos o dever de informar que a caracterização da turma se limita à sala de aula onde foi realizada a PES, ou seja, 8º ano H. Contudo, não é de estranhar que a intervenção decorreu em outras turmas do oitavo ano, do mesmo agrupamento, em que eram lecionadas as aulas de EMRC. O motivo dessa escolha se deu pela tentativa de coletar um número maior que o disposto numa única turma.

O 8º ano, turma “H” (ano letivo 2023/2024), era composto por dezanove alunos, sendo doze do sexo masculino e sete do sexo feminino. Sem exceções, todos eram de nacionalidade

¹²¹ O material de orientação para este tópico foi disponibilizado em PDF, pela direção de turma do 8º Ano, Turma H, através do Orientador Cooperante (OC), professor Sérgio Rocha.

¹²² Cf. Danusa Munford, Kely Cristina Nogueira Souto e Francisco Ângelo Coutinho, «A etnografia de sala e estudos na educação em ciências: contribuições e desafios para investigações sobre o ensino e a aprendizagem na educação básica», *Investigações em Ensino de Ciências* 19, nº 2 (2014): 265, <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/80>.

portuguesa e possuem a faixa etária entre doze e catorze anos. A Ação Social Escolar (ASE) regista apenas dois alunos do escalão B. Os demais alunos não possuem escalão. Na turma há a presença de dois alunos sob Necessidades Educativas Especiais (NEE), mas nenhum deles frequentam a disciplina de EMRC.

Com relação à aprendizagem, os alunos relatam aprender melhor em sala de aula. Contudo, dos dezanove alunos, dezasseis possuem computadores e dezoito dispõem de internet nos seus lares. Apesar do acesso às tecnologias, uma das grandes ferramentas para a aprendizagem, muitos alunos acabam por não contar com ajuda familiar, em nível de apoio e suporte para a expansão do conhecimento. Nesta turma específica os pais são identificados com formação académica limitada ao ensino básico, ou seja, onze deles não identificam nenhuma formação específica; dois possuem apenas o 1º CEB; três possuem o 2º CEB, dois alcançaram o 3º CEB e apenas um concluiu o ES. O quadro se altera quando a análise se volta à caracterização das mães. Das dezanove mães, quatro apontam formação desconhecida; três concluíram o 2º CEB; uma concluiu o 3º CEB e oito terminaram o ES. Destas últimas, uma obteve pós-graduação; uma possui licenciatura e outra alcançou o doutoramento. De modo global, os pais e as mães estão inseridos no mercado do trabalho, o que pode ser indicação da limitação de tempo para acompanhar os estudos escolares dos alunos no ambiente familiar. A faixa etária dos encarregados dos alunos está entre 39 e 50 anos.

Em relação à turma de EMRC, apenas onze alunos estão inscritos, sendo que dois destes se inscreveram em término do 1º período e início do 2º período. Do género masculino se identificam cinco alunos. Do género feminino são seis alunas. Tomando por referência a avaliação resultante do 1º período, relata-se que, de modo geral, a participação da turma é boa, sendo que um aluno aparece com avaliação qualitativa muito boa. O comportamento de quatro alunos recebe destaque com resultado de muito bom. Outros quatro alunos foram apontados com nível de bom e um aluno aparece com comportamento suficiente. Importante salientar que 2 alunos não foram contemplados nesta avaliação sumativa por não fazerem parte do grupo inscrito no primeiro período.

Em suma, diante do relatado acima, considerando as características que identificam a turma, a PES procurou evidenciar todas estas informações no momento de planeamento das aulas. Por assim dizer, algumas estratégias pedagógicas e didáticas foram assumidas com o intuito de tentar superar as lacunas na experiência de aprendizagem dos alunos, a saber: pouca atenção dos pais em relação ao desenvolvimento das aprendizagens que, em alguns casos, podem se estender à falta de acompanhamento no desenvolvimento da personalidade e de comportamento

dos educandos. Dito isso, o que iremos perceber adiante, nas planificações, são propostas que visam ressaltar a realidade de cada um dos discentes, mas também a tentativa de valorizar o lugar onde, aparentemente, os alunos alcançam maior êxito na aprendizagem, ou seja, a sala de aula. De modo geral, o objetivo principal das aulas lecionadas da UL 3, mas também nas ULs anteriores, foi a promoção da relação pedagógica, buscando fazer da sala de aula um ambiente familiar enriquecido com dinâmicas que valorizam o espírito de fraternidade, solidariedade e mútua ajuda, para que tenham a aprovação esperada e possam, acima de tudo, descobrirem caminhos mais eficazes para potencializar suas qualidades, favorecendo o aprendizado que corresponda as medidas políticas e educativas do PASEO.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE TEMÁTICA E COMPREENSIVA DA UL3 DO 8º ANO: “A LIBERDADE”

1. As Aprendizagens Essenciais e os Conteúdos da Unidade Letiva (UL) 3, do 8º ano: “A Liberdade”

As Aprendizagens Essenciais (AE) do oitavo ano, específicas do tema Liberdade, apresentam conceitos teológicos que refletem um modelo eclesiológico anacrónico em relação ao período em que o Despacho 6944-A/2018, sobre as AE, foi homologado.¹²³ Embora a publicação das AE seja do ano de 2018, dentro do pontificado do Papa Francisco, a redação evoca uma realidade muito latente ao modelo do pontificado de São João Paulo II. Como vimos no subtítulo 2.2. do primeiro capítulo, a teologia Woytyliana se empenhou em tratar a questão da liberdade como um exercício do aperfeiçoamento humano que atua na realidade. E é justamente esta a primeira proposta das Aprendizagens Essenciais previstas na UL 3: *«Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade.»*¹²⁴

Outra questão que se aproxima do modelo Woytyliano é o forte discurso que identifica a Liberdade no exercício do fazer o bem. A segunda AE salienta a necessidade de *«reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem»*. Este «bem», aqui evidenciado, ressalta a finalidade essencial de toda pessoa. Assim, a felicidade humana tem sua origem e raiz na livre vontade

¹²³ Cf. Direção-Geral da Educação, «Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico», acessado em abril de 2024, <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>.

¹²⁴ Nota: As AE presentes neste subitem terão por referência a indicação do site do EDUCRIS, «Aprendizagens Essenciais de EMRC», acessado em outubro de 2024, <https://www.educris.com/v3/352-aprendizagens-essenciais>.

que materializa o Bem para o bem de toda criação. O bem como expressão de liberdade, embora sem nenhuma citação de Santo Agostinho no Manual do oitavo ano,¹²⁵ parece fazer alguma alusão às proposições agostiniana, do tratado patrístico sobre o livre-arbítrio.¹²⁶ Para esta constatação basta conferir o que está explícito nas páginas do Manual onde se aborda o tema: Liberdade e opção pelo bem.¹²⁷

Por conseguinte, seguindo a ordem das AE, sugere-se o *apontamento de situações de manipulação da consciência humana e suas implicações no impedimento ao exercício da liberdade*. Nota-se então um Ensino Religioso preocupado com os riscos e prejuízos que a pessoa pode ter ao deixar-se manipular pelas novas realidades pós-modernas das tecnologias, que se utilizam das publicidades e propagandas de massa e que estimulam a busca do prazer pessoal e a construção de autoimagens falsas, possibilitadas pelos *softwares* especializados. A EMRC não se omite da verdade, comprometendo-se em denunciar todo o tipo de manipulação que põe em risco o desenvolvimento dos alunos. Assim sendo, considera toda manipulação como formas violentas, pois «privam de liberdade quem lhes é submetido. A manipulação condiciona a liberdade e a dignidade pessoais porque constrói uma mensagem baseada na mentira ou, pelo menos, na ocultação deliberada da verdade.»¹²⁸

As publicidades e as corporações das redes sociais, por exemplo, «cujo lucro é respaldado na venda de anúncios para pessoas físicas e jurídicas e em seus relatórios de frequência e de tempo de permanência dos usuários nas redes,»¹²⁹ dificilmente explicitam os possíveis prejuízos que pode levar os expectadores destes serviços. No máximo, destacam apenas os aparentes benefícios como a sensação de felicidade e liberdade decorrentes do fácil acesso às informações e facilitações de comunicação que atendem os interesses pessoais dos usuários.

Embora as redes sociais proporcionem tais vantagens, além da possibilidade de engajamento e sentimentos instantâneos de conexões e de bem-estar, muitos estudos relacionam o seu uso prolongado à consequências negativas as quais nunca foram alertadas pelas empresas detentoras de redes sociais: ou seja, como causadores de vício, sintomas de dependência, baixa autoestima, redução de produtividade,

¹²⁵ Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico* (Lisboa: FSNEC, 2022), 76-117.

¹²⁶ Cf. Agostinho, *O livre-arbítrio*.

¹²⁷ Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 85-9.

¹²⁸ SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 91.

¹²⁹ Ana Clara Falcão de Oliveira Almeida, *Redes sociais e liberdade: uma análise comportamental dos impactos das plataformas digitais* (Ponta Grossa – PR: Atena, 2022), 26, <https://doi.org/10.22533/at.ed.686220610.p.26>.

problemas de sono, deterioramento da saúde física e problemas psicopatológicos, como níveis altos de depressão e ansiedade.¹³⁰

Ainda nesta linha de raciocínio, percebemos algumas situações dramáticas que chamam a atenção quando se aborda os condicionamentos à liberdade, a saber: obstáculos à liberdade, liberdade que se autodestrói e as dependências que escravizam, nomeadamente as dependências das drogas, da internet, dos jogos e dos telemóveis. Todos estes temas são bem atuais e nos ajudam a refletir a necessidade de levarmos a cabo a busca pela verdadeira liberdade que se distingue de libertinagem ou do «fazer o que me apetece». A liberdade cristã, ao contrário, não é «uma liberdade baseada no instinto. Este tipo de liberdade, sem finalidades nem referências, seria uma liberdade vazia, [...] um modo libertino, segundo o instinto, desejos individuais e impulsos egoístas.»¹³¹

Ao se ater na AE que procura *reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade na realização pessoal*, percebemos uma antropologia teológica que procura configurar a pessoa humana no Cristo da Páscoa que morre ensinando o bem como caminho de libertação, onde passamos do medo e do pecado para a liberdade dos filhos de Deus, a plenitude da liberdade que inspira cada pessoa para o exercício do bem e da caridade. Se trata de uma liberdade que se expressa no serviço-doação e solidário. Ou melhor ainda: somos livres quando servimos e, portanto, liberdade é sinónimo de amor serviçal, tal e qual aquele ensinado por Jesus antes de sua Páscoa (Jo 13, 1-17). O Manual de EMRC trabalha esta AE nas páginas 101 à 106.

Não obstante, a última AE destaca a necessidade de serem assumidas *atitudes responsáveis promotoras de liberdade*, onde o texto referencial, no Manual, é a parábola do Pai misericordioso (Lc 15, 11-32). Vemos que é uma liberdade mais preocupada com a dignidade da pessoa humana, menos voltada para a ecologia integral, característica do pontificado de Francisco. A proposta letiva desta temática procura ilustrar a liberdade relacionada com outros atributos que ajudam a lapidar a pessoa humana para a verdadeira vivência da felicidade. O que se pretende, a partir desta AE é justamente a reflexão para a tomada de consciência acerca das consequências decorrentes das escolhas que fazemos; do decidir novamente; da relação entre liberdade, arrependimento e misericórdia, do respeito à liberdade alheia, mesmo aquelas que

¹³⁰ Almeida, *Redes sociais e liberdade: uma análise comportamental dos impactos das plataformas digitais* (2022), 26.

¹³¹ Papa Francisco, citado em Miguel Pérez Pichel, «Liberdade não significa fazer o que apetece, diz Papa Francisco», acedido em outubro de 2024, <https://www.acidigital.com/noticia/50075/liberdade-nao-significa-fazer-o-que-apetece-diz-papa-francisco>.

provém do mau uso do livre-arbítrio dentre outras reflexões que dignifica e valoriza a pessoa humana enquanto ser livre e responsável.

Assim, tomando como instrumento de reflexão as AE da disciplina de EMRC, verifica-se que o documento foi elaborado com a finalidade específica de proporcionar a formação integral da pessoa, particularmente com vista ao PASEO. Neste âmbito, não se pode alcançar este propósito sem estratégias que dialoguem com a Educação para a Cidadania, a Segurança, a Defesa, a Paz e o Desenvolvimento dos discentes.

Dito isso, a EMRC, no seu caráter confessional, se ocupa em responder os apelos das AE à luz dos três domínios das metas curriculares, a saber: Religião e Experiência Religiosa; Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida; Ética e Moral. Das dezassete metas, oito (E, G, H, I, J), fazem referência direta à mundividência cristã como fonte de conhecimento para os alunos. Das oito propostas evidenciadas ao cristianismo, cinco pertencem ao domínio da Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida (E, G, H, I, J) e três ao domínio da Ética e Moral (M, P, Q). Desta perspetiva podemos perceber que a proposta confessional da EMRC não é um modelo dogmático ou apologético que pretende inculcar conhecimento doutrinário católico como resposta às inquietações existenciais presentes na vida dos adolescentes que frequentam o Ensino Religioso nas escolas. A disciplina de EMRC é, sem dúvidas, um itinerário que aproxima a ciência cristã com os saberes de outras ciências religiosas. Do encontro das tradições e fenómenos religiosos suscita a abertura para o diálogo inter-religioso e a tolerância que constrói pontes para a efetivação da paz e da fraternidade que dignifica o cuidado que devemos ter uns para com os outros.

2. Análise dos conteúdos e a lecionação da UL 3

Olhando diretamente ao conteúdo apresentado no Manual de EMRC, diferentemente das AE, que ilustram o modelo eclesiológico do pontificado de São João Paulo II, percebemos características pedagógicas que retratam mais o modelo semântico do Papa Francisco. Esta percepção se dá pelo fato de um conteúdo pouco doutrinário, muito aberto para abordagens relacionadas com a fraternidade universal e o diálogo entre as religiões. A abertura do conteúdo apresenta São Maximiliano Kolbe como modelo de liberdade que promove a autorrealização que ajuda os outros a viverem em liberdade.¹³² As demais quarenta páginas acerca do tema liberdade não fazem menção a nenhuma personalidade do catolicismo, salvo exceção apenas

¹³² Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 78.

uma citação direta do Papa João Paulo II,¹³³ duas da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*¹³⁴ e uma do Papa Francisco.¹³⁵ O restante do conteúdo faz referência a autores civis, cristãos e não cristãos, como, por exemplo, Cecília Meireles e Vítor Hugo (poetas), Mahatma Gandhi (pacifista indiano), Johann Goethe (filósofo e cientista), Martin Luther King (ativista e pastor), Nelson Mandela (presidente da África do Sul), dentre outros.

Chama-nos a atenção que, em aparente contradição às AE, com características woitylianas, o conteúdo do Manual apresenta a citação adaptada de Leonardo Boff,¹³⁶ que no pontificado de João Paulo II sofreu um processo junto à Congregação para a Doutrina da Fé. Esta referência ao teólogo que fora condenado pela Santa Sé parece configurar-se mais à semântica do Papa Francisco que em 2015 anunciou o Ano da Misericórdia¹³⁷ para apresentar o Deus misericordioso que convida todas as pessoas a se reconciliarem, fomentando a paz, a unidade e a fraternidade universal entre os povos.

Por fim, as AE e os conteúdos de EMRC voltados para o tema da liberdade nos abrem grande possibilidade de fazer da lecionação um espaço para o diálogo das diferenças, com menos riscos de tornar o Ensino Religioso uma extensão da Catequese oficial da Igreja. E neste aspeto, valorizamos a importante contribuição do pontificado do Papa Francisco, sobretudo numa liberdade que leva a pessoa à busca incansável pela verdade encontrada no amor misericordioso que reconcilia o mundo.¹³⁸

2.1. Páscoa e o itinerário de Libertação

Dentre as várias reflexões sobre a Liberdade, apresentada no manual de EMRC, para o 8º ano do CEB, apresentamos o tema “Páscoa e o itinerário de Libertação” como um cenário bíblico que enobrece a importância da figura do Deus criador que anseia e vida e a liberdade a todas as pessoas. A Liberdade que veremos aqui conceitua a liberdade em oposição à escravidão e a capacidade de escolha incondicional pela vida, mesmo que a consequência seja a própria

¹³³ Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 94.

¹³⁴ Cf. SNEC, 114-5.

¹³⁵ Cf. SNEC, 117.

¹³⁶ Cf. SNEC, 81.

¹³⁷ Cf. Papa Francisco, «Carta do Papa Francisco com a qual se concede a indulgência por ocasião do Jubileu Extraordinário da Misericórdia», acessido em abril de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco_20150901_lettera-indulgenza-giubileo-misericordia.html.

¹³⁸ Cf. Papa Francisco, «Catequese sobre aos Gálatas 10. Cristo nos libertou», acessido em abril de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiencias/2021/documents/papa-francesco_20211006_udienza-generale.html.

morte. Ou seja, a liberdade é sempre uma passagem, um caminho que se constrói com um sim definitivo à vontade de Deus: que TODOS tenham vida e a tenham em abundância (cf. Jo 10, 10). Assim sendo, toda Liberdade é sempre um aceno contrário aos modelos de domínio e de morte e não faz distinção de pessoas; é um dom, um presente oferecido a todos os seres humanos. «O Deus bíblico quer a liberdade e a vida e recusa a escravidão e a morte. Ele é o Deus da vida e da liberdade e foi para a vida e para a liberdade que criou o ser humano.»¹³⁹

Na perspectiva judaico-cristã fica evidente que a liberdade não é uma condição exclusiva de uns apenas. Toda pessoa é convocada, à exemplo de Moisés e de Jesus, bem como de tantos outros personagens da história, a denunciar os sistemas que oprimem as pessoas e que procuram implantar a miséria e infelicidade nos povos. Não basta ser livre, mas todo ser livre deve ser um defensor da liberdade a quem quer que seja. Liberdade não é, por assim dizer, uma realidade vazia, limitada em si própria. Liberdade e responsabilidade são condições essenciais para que todos tenham vida plena. A pessoa livre é e deve ser um libertador que aponta sempre para a vida, para a fonte da vida, Deus.

A Liberdade humana abre-nos para a compreensão da importância do coletivo, do bem comum, onde olhamos ao outro com a certeza de que todos somos irmãos. Privar o outro da liberdade é um «não» à Deus e abre portas à própria destruição do homem. A falta de liberdade gera guerras, escravidões e mortes. Liberdade sem igualdade de direitos não é liberdade. Não pode um ser livre ter o que comer e o outro não. O processo de libertação a que toda pessoa é chamada a fazer deve incluir o propósito da partilha que dignifica toda pessoa. A liberdade é Páscoa, a memória atualizada do Deus que oferece o pão a todas as suas criaturas. No texto bíblico que segue, temos ilustrado esta ideia de Páscoa como itinerário de libertação, como caminho de fraternidade e igualdade.

Se uma família for pequena demais para um animal inteiro, deve dividi-lo com seu vizinho mais próximo, conforme o número de pessoas e conforme o que cada um puder comer [...]. Este dia será um memorial que vocês e todos os seus descendentes o comemorarão como festa ao Senhor. Comemorem-no como decreto perpétuo [...]. Não façam nenhum trabalho nesses dias, exceto o da preparação da comida para todos. (Ex 12, 4. 14. 16)

Não obstante, numa visão cristã, Jesus se apresenta como o verdadeiro alimento que sacia as gerações. É deste alimento que os povos nutrem suas esperanças, marchando para a

¹³⁹ SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 101.

liberdade. Não é mais Moisés que conduz o povo à libertação, mas o próprio Jesus, o Deus encarnado.

Em verdade, em verdade vos digo: Não foi Moisés que vos deu o pão do Céu, mas é o meu Pai quem vos dá o verdadeiro pão do Céu, pois o pão de Deus é aquele que desce do Céu e dá a vida ao mundo [...] Eu sou o pão da vida. Quem vem a mim no mais terá fome e quem crê em mim jamais terá sede. (Jo 6, 32-35)

Se permanecerdes fiéis à minha mensagem, sereis verdadeiramente meus discípulos, conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres [...]. Se o Filho vos libertar, sereis realmente livres. (Jo 8, 31-32.36).

A visão cristã da liberdade, embora não fique explícita no manual de EMRC, tem seu maior referencial na pessoa de Jesus. Sendo a liberdade, Jesus torna-se caminho de libertação e felicidade a todos os povos, como Ele próprio diz: «Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância». (Jo 10, 10) A liberdade cristã, a partir da antropologia teológica-bíblica, ressalta que Deus é a fonte de toda liberdade. Deus é a liberdade. «Somente um Deus livre pode chamar livremente a criação à existência. O ser humano não é fruto de uma necessidade ou de uma obrigação, mas da liberdade de Deus.»¹⁴⁰ Tanto a encarnação, como a paixão e Páscoa de Jesus, é um ato livre de Deus. «Jesus é a expressão máxima da liberdade cristã, pois foi livre diante de Deus e da realidade social, religiosa, política e cultural de sua época. A liberdade cristã é uma liberdade serviçal e em comunhão com a liberdade social, política, religiosa e civil.»¹⁴¹

Em síntese, a liberdade, relacionada ao evento da Páscoa, é um itinerário de libertação que leva todas as pessoas ao processo de passagem da morte, do pecado e da escravidão, para a vida, o bem e a plena felicidade.¹⁴² A liberdade bíblica, fundamentada no processo de libertação humana, é alimentada pelo querer de Deus que é sempre a favor da vida (cf. Dt 30, 16). Este querer divino não contradiz o livre-arbítrio das pessoas que também podem escolher o mal, precipitando o seu próprio estado de vida infernal.¹⁴³ Noutras palavras, «*poder hacer el mal es un defecto de la voluntad humana, que de suyo tiende al bien.*»¹⁴⁴ Páscoa é liberdade e pretende ser a toda pessoa humana um convite ao serviço do bem, ao abandono do mal presente na vida

¹⁴⁰ Renato Alves Oliveira, «Reflexões antropológicas sobre a liberdade humana», *Revista de Cultura Teológica* 29, n° 100 (2021): 170, <https://doi.org/10.23925/rct.i100.56363>.

¹⁴¹ Oliveira, «Reflexões antropológicas sobre a liberdade humana», 170.

¹⁴² Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 106.

¹⁴³ Cf. Oliveira, «Reflexões antropológicas sobre a liberdade humana», 170.

¹⁴⁴ Pietro Parente, Antonio Piolanti e Salvatore Garofalo. «Libertad (humana)», em *Diccionario de Teología Dogmática* (Barcelona: Editorial Litúrgica Española, 1955), 215.

social. «Páscoa é a festa da libertação que projeta o crente para a felicidade e para a esperança.»¹⁴⁵

2.2. *Amor de Deus e a liberdade humana*

Em continuidade ao que vimos no item anterior, introduzimos este novo tópico com a convicção de que a Páscoa Judaica e a Páscoa Cristã são dois eventos que colocam em destaque o tema da liberdade. Contudo, vale ressaltar que entre a Páscoa Judaica e a Cristã existem algumas diferenças. No primeiro caso, na Páscoa Judaica, na figura de Moisés, a liberdade é entendida como oposição à escravidão dos hebreus no Egito. O segundo caso, a Páscoa Cristã, na figura de Jesus, ressalta uma liberdade que supera todo o tipo de escravidão, sobretudo a do pecado (dizer não à Deus). A Paixão de Jesus aparece como um evento de remissão dos pecados da humanidade, o sacrifício expiatório que lava a humanidade da culpa original.

Diferentemente do conteúdo acerca da Páscoa, que não aparece nenhuma citação específica sobre os relatos bíblicos abordados, a proposta reflexiva sobre o Amor de Deus e a liberdade humana nos apresenta textos específicos que dão destaque ao que se pretende abordar e aprofundar. Desta maneira, a liberdade configurada na parábola do Pai misericordioso (cf. Lc 15, 11-32)¹⁴⁶ nos leva a perceber que as nossas más escolhas, o mal uso da liberdade, podem nos levar a situações de tristeza e sofrimentos. Não obstante, independentemente dos nossos maus comportamentos, por vezes irresponsáveis com o bem coletivo, pode ser superado ou compensado com a liberdade de perdoar a si próprio e ao próximo. Esta capacidade incondicional de amar e se amar, tal como Deus representado na imagem do Pai da parábola, desperta no ser humano a potencialidade, centrada na esperança, de uma conversão diária pelo bem que conduz as nossas escolhas à felicidade.

A visão religiosa da liberdade não desassocia o Deus de amor da condição livre da pessoa humana. Ao contrário, o Amor de Deus é gratuito, uma graça divina que potencializa a capacidade humana de amar livremente para a escolha e a realização do bem. Assim, mesmo que a pessoa tenha feito escolhas que a distancia de Deus, mesmo que esteja em condição de humilhação por causa dos próprios pecados (não à vontade de Deus), sempre haverá a liberdade de Deus que incansavelmente espera pelo retorno daqueles que se afastaram voluntariamente Dele.¹⁴⁷

¹⁴⁵ SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 106.

¹⁴⁶ Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 108.

¹⁴⁷ Cf. SNEC, 109.

Nisso é evidente, na perspetiva cristã, que a bondade e o amor de Deus respeitam a liberdade humana e quer sempre reintegrar as pessoas à dignidade que lhe é devida. Deus não impõe Sua vontade às pessoas, mas espera que suas criaturas livremente escolham o bem. A liberdade humana que se empenha no Amor de Deus cria uma repulsa à libertinagem que se alimenta da busca desenfreada por prazer imediato, de algo que mira apenas na satisfação da própria vontade.¹⁴⁸ Tal como Jesus, o ser humano é chamado à liberdade realizando a vontade do Pai, mesmo que isto implique muitos sacrifícios (cf. Mt 26, 39; Mc 14, 36; Lc 22, 42).

Não obstante, a liberdade cristã apela ao ser humano a capacidade de renunciar a si próprio, para imprimir na própria vida o querer de Deus (cf. Lc 9, 23). Desta forma, o ser humano livre não é escravo nem da própria vontade. Não faz o que lhe apete, mas aquilo que deve ser feito em vista do bem universal: vida e felicidade para todos (cf. 1 Cor 10, 23-24). «É preciso viver com responsabilidade. [...] Na ética cristã da vivência da liberdade é indispensável o discernimento do que posso e do que devo. [...] Liberdade, sim! Responsabilidade, também!»¹⁴⁹

Mediante a visão cristã apresentada acima, podemos ainda acrescentar alguns textos que não aparecem no manual, mas que podem dar grande contributo para a reflexão sobre a liberdade como expressão da adesão à vontade de Deus, ao viver ao modo de Jesus, a liberdade por excelência. Assim, dentre várias personalidades bíblicas, citamos Maria e o Apóstolo São Paulo que assumem livremente a responsabilidade de viver os sonhos de Deus, a boa vontade que contempla o bem de todos.

Mesmo sem entender bem o anúncio do anjo Gabriel, Maria diz «sim» ao convite de Deus (cf. Lc 1, 38). Seu sim, vale lembrar, é impulsionado pelo amor de Deus que a envolve. Ela está cheia da graça de Deus (Lc 1, 28). O amor de Deus a tem como predileta (ver nota de rodapé da Bíblia Sagrada, 2006). Envolvida por esta graça, sentindo-se amada pelo Amado, Maria não teme em dizer um sim à humanidade abrangendo todos os povos da Terra. Mesmo que tenha de assumir perigos pelos caminhos (Lc 1, 30ss) ou que tenha seu coração ferido de dor (Lc 2, 35) e muitos outros desafios, Maria torna-se modelo de liberdade e responsabilidade em vista do próximo. Não busca a própria satisfação ou alcançar privilégios. Se distancia da libertinagem porque deixa-se envolver pelo Espírito Santo. É portadora e veículo de Deus, fazendo chegar a todas as pessoas o Amor que habita nela (cf. Lc 1, 41). Noutras palavras, «Sem o ministério do

¹⁴⁸ Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 110.

¹⁴⁹ Cf. SNEC, 112-3.

Espírito Santo, o crente cairá na libertinagem ou no legalismo. O Espírito Santo protege o cristão contra a libertinagem, provendo a direção para o exercício da liberdade [...].»¹⁵⁰

Ainda com foco na liberdade como oposição à libertinagem que se deixa condicionar pelos próprios desejos, apresentamos a figura de São Paulo Apóstolo que, amando profundamente Jesus Cristo, passa a viver em prol do bem coletivo, com um olhar e um amor configurado ao de Jesus que quer vida plena a todos. Tão grande é o grau de sua liberdade que ousa afirmar: «E que eu pela Lei morri para a Lei, a fim de viver para Deus. Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim. E a vida que agora tenho na carne, vivo-a na fé do Filho de Deus que me amou e a si mesmo se entregou por mim. Não rejeito a graça de Deus [...]». (Gl 2, 19-21) Estes textos e outros, tais como Dt 30, 19-20 e Jr 20, 7, por exemplo, ressaltam a ideia do livre-arbítrio e a responsabilidade enobrecendo a dimensão da fé que não entende Deus como um ditador na vida dos seres humanos. A liberdade é algo sagrado e nem Deus pode manipular.

Por consequência, o subitem «Amor de Deus e a liberdade humana» nos possibilita um pequeno resgate à UL 1 do oitavo ano em que o tema principal é o amor.¹⁵¹ De igual forma, podemos revisitarmos o item 2.1 deste trabalho, no Capítulo I, em que abordamos a reflexão sobre Liberdade e o Amor. Melhor ainda: a Liberdade provém do amor de Deus; está limitada pelo amor (cf. Gl 5, 13-14), como uma nova «escravidão»¹⁵² que se expressa amando o Criador e ao próximo como a si próprio. Assim, parece lúcido reforçar esta ideia de liberdade relacionada ao verdadeiro amor como uma das grandes forças capazes de transformar a pessoa humana que necessita abandonar as próprias dependências que prejudicam a sua liberdade.

O amor de Deus, enquanto expressão de liberdade, é um apelo para que as pessoas privilegiem o ser, o pertencer, mais que o ter (cf. Mt 6, 25-26.28-34). A obsessão de acreditar que os bens materiais tornam as pessoas felizes pode ser um erro grosseiro que aprisiona grande parte das populações mundiais.¹⁵³ Infelizmente os modelos econômicos instigam as pessoas a tal globalização que, por vezes, chancelam padrões de felicidade que dificilmente cabem nos bolsos daqueles que vivem à margem da sociedade, à procura de serem vistos pelo resto do mundo. Com esta ambição, causada pela falta de amor recebido, a pessoa cria a ilusão de que os bens materiais irão igualá-las no «nível» das outras pessoas que sempre parecem estar de bem com a vida, gozando de todos os prazeres possíveis.

¹⁵⁰ Pfeiffer, «Liberdade», 1156.

¹⁵¹ Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 8-39.

¹⁵² Cf. Pfeiffer, «Liberdade», 1156.

¹⁵³ Cf. SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 111.

Mas o amor de Deus não espera que as pessoas sejam ricas de bens. Antes deseja que toda pessoa seja autêntica, descobrindo o seu próprio valor naquilo que é e não no que possui. Uma sociedade com base na concorrência do ter cada vez mais, impossibilita a felicidade para todos. Este tipo de liberdade que se deixa viciar pelo efêmero, pelo secundário, coloca em risco a beleza da vida que tem sentido na liberdade construída no serviço e no cuidado uns pelos outros. O trabalho e a solidariedade humana são, deste ponto de vista, algumas das maiores riquezas humanas que não sabem oferecer outra coisa senão a própria vida em prol do bem de todos. Este ensinamento cristão se ilustra na Paixão de Cristo, onde Jesus se apresenta despido de todos os bens materiais, não fazendo nada para si, mas ofertando a própria vida por muitos (Mt 27, 28-44).

Por fim, sob o prisma do Amor, liberdade não é outra coisa senão o deixar-se mover pelo verdadeiro amor de Deus que ama incondicionalmente seus filhos, possuidores natos da dignidade humana. Eis o próximo tópico deste capítulo.

2.3. Liberdade e Dignidade Humana

Movido pelo entendimento de que o ser humano é um ser inacabado que se modela pela liberdade de suas escolhas, intuímos que sua dignidade está na qualidade de sua condição em comparação ao restante das obras criadas. Aliás, de toda a criação, o ser humano não é uma obra boa, mas muito boa (cf. Gn 1, 31). Dito isso, a dignidade humana está atrelada à sua condição existencial. A dignidade é uma característica inalienável de toda pessoa. «Pelo simples fato de ser humana, a pessoa goza de valor inestimável e merece todo o respeito [...] A dignidade humana faz parte dele (ser humano) e não lhe pode ser retirada.»¹⁵⁴

Na perspetiva religiosa, é da liberdade de Deus que a pessoa humana passa a existir. A vida é um dom, um presente primordial. Todas as pessoas têm, como dívida, o dever de expressar gratidão a Deus cultivando e respeitando todas as existências. Por outro lado, mesmo que a pessoa não professe nenhuma crença em Deus, é natural que reconheça que não se origina de si mesma. A existência lhe é dada como uma dádiva que precisa ser cuidada com muito amor. Assim, a dignidade humana é a condição primordial do existir de todas as pessoas. Os valores existem por que a vida tem valor fundamental e deve ser preservada. A justiça conferida a

¹⁵⁴ SNEC, *Queremos ser! Manual do Aluno – EMRC: 9º ano do Ensino Básico* (Lisboa: FSNEC, 2023), 10.

alguém, por exemplo, só é possível à medida que reconhecemos o direito deste alguém existir.¹⁵⁵

A dignidade humana e a liberdade, assim, são condições ontológicas que não pode ser negada a qualquer pessoa que seja. Por consequência da dignidade que todas as pessoas merecem, o ser humano deve exercer sua liberdade em prol da vida. A liberdade não pode ser um caminho para a promoção do mal ou do prejuízo à sua própria espécie. Ser livre implica ser melhor para si e para o próximo. O livre-arbítrio, neste sentido, não poderia criar condições em seu desfavorecimento. Ao contrário disso, olhando nosso passado, percebe-se que as leis e os códigos de defesa da vida e da dignidade humana foram criados em variadas situações em que as pessoas tinham suas vidas comprometidas por via de agressão, negação e todo o tipo de violência que atentavam contra a própria existência.¹⁵⁶ Um exemplo clássico disso é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que continua a exprimir o grito humano de libertação de todas as formas de agressão para que todos possam ser felizes.

Parafraseando o renascentista Giovanni Pico Della Mirandola, o ser humano é merecedor da mais alta admiração por ser verdadeiramente um milagre, o toque final de Deus em Sua obra criadora.¹⁵⁷ Este louvor ao ser humano está justamente assente na indeterminação da condição humana. O ser humano é livre e pode decidir em todas as circunstâncias.¹⁵⁸ A beleza maior de toda a pessoa é que, mesmo no mau uso da liberdade, sua dignidade deve ser respeitada e preservada.¹⁵⁹ Mesmo que opte por uma vida de erros, segundo a visão de Pico (cf. 2015, p. 61), a pessoa deve esforçar-se por utilizar sua liberdade e razão para dirigir seus desejos ao conhecimento do bem que o faz mais próximo e unido à condição e semelhança divina.

A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina do homem. Exige, portanto, a dignidade do homem, que ele proceda segundo a própria consciência e por livre adesão, ou seja, movido e induzido pessoalmente desde dentro e não levado por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa. O homem atinge esta dignidade quando, libertando-se da escravidão das paixões, tende para o fim pela livre escolha do bem [...].¹⁶⁰

¹⁵⁵ Cf. SNEC, *Queremos ser! Manual do Aluno – EMRC: 9º ano do Ensino Básico*, 13.

¹⁵⁶ Cf. SNEC, *Queremos ser! Manual do Aluno – EMRC: 9º ano do Ensino Básico*, 15.

¹⁵⁷ Giovanni Pico, *Discurso pela dignidade do homem*, trad. Antonio A. Minghetti (Porto Alegre – RS: Editora Ffi, 2015), 56-8.

¹⁵⁸ Cf. Pico, *Discurso pela dignidade do homem*, 61.

¹⁵⁹ CF. Papa Paulo VI, «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo Atual 16», acedido em outubro de 2024, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html.

¹⁶⁰ SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 115; GS 17.

Regista-se ainda que este bem não é um bem com fim em si mesmo, na própria pessoa que a pratica. O bem esperado da boa vontade humana tem como propósito a promoção do bem-comum que

umenta a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, por ser superior a todas as coisas e os seus direitos e deveres serem universais e invioláveis. É necessário, portanto, tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção da sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa.¹⁶¹

Ser livre e libertar os outros deve ser o lema do tema acerca da liberdade e a dignidade humana. O grande desafio de toda pessoa é «ser livre, mas também libertar os outros das várias opressões a que estão sujeitos.»¹⁶² A liberdade e a dignidade da vida humana devem ser o centro do agir de toda pessoa de bem, de boa vontade. E nisto temos muitas referências bíblicas que nos inspiram à preservação e promoção da vida como, por exemplo o texto de Mc 3, 1-6, onde Jesus convida o homem para o meio, tirando-o da margem, dos excluídos, e ajudando a todas as pessoas perceberem que a dignidade da vida deve ser o centro de nossas ações. Tudo deve existir para que a vida seja plena para todos. Ninguém nasce para ser excluído, mesmo quando este alguém pratica o mal. A dignidade, em conexão com a liberdade, deve ser protegida em qualquer circunstância. Não se trata de defender o erro, mas acolher com amor aquele que erra, dando-lhe a oportunidade para que possa retornar à vida evitando cometer novos erros (cf. Jo 8, 1-11), pois são «infames [...] tudo o que viola a integridade da pessoa humana, tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana [...], que corrompem a civilização humana e ofendem a honra devida ao Criador.»¹⁶³

Em resumo: «somos livres na medida em que não nos deixamos escravizar por nada, sendo capazes de optar, com responsabilidade, por um projeto de vida dignificante e com sentido. Seremos tanto mais livres quanto mais procurarmos a liberdade para os outros.»¹⁶⁴ Dentre vários exemplos, que tal conhecer a história de Gianna Beretta Molla (1922-1962) e Martin

¹⁶¹ GS 26.

¹⁶² SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 116.

¹⁶³ GS 27.

¹⁶⁴ SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 117.

Luther King (1929-1968)¹⁶⁵ que marcaram a história dando seus contributos em prol da dignidade que se manifesta no dar a própria vida pelo outro? Eis um bom convite!

3. Gestão Curricular

As temáticas anteriores à UL 3, como a fecundidade do amor humano, escolha pela unidade na diversidade, sugerida pelo Cristianismo, e que reconhece todas as pessoas como irmãs umas das outras, passam pelo exercício pessoal do livre-arbítrio que assume a transformação do mundo, possível apenas na escolha pelo bem, pela vida. Destas escolhas podemos refletir e aprofundar o conceito de liberdade. A UL 3 aparece neste contexto de lecionação com o intuito de proporcionar e ampliar a reflexão sobre o entendimento que os jovens têm sobre liberdade e como suas escolhas podem levá-los ao crescimento em humanidade e verdade.

A liberdade, na perspectiva cristã, é uma proposta de escolha pelo bem e de modo incondicional. Neste sentido, o mau uso do livre-arbítrio é um condicionalismo para a falta de liberdade, para as privações que nos escravizam ao erro. Noutras palavras, escolher e fazer o bem é o «segredo» para a liberdade que dignifica a vida e faz florescer a felicidade. A liberdade, bem como o amor, são possibilidades concretas para que os jovens «alarguem a sua mente, o seu coração e as suas mãos para horizontes de uma vida com sentido, que se expande para além do tempo e do espaço e se abre aos outros, em doação livre e generosa.»

Atendendo a planificação anual, a UL 3 dispunha de dez aulas que, na prática, se resume em seis, por motivos contextuais que inviabilizaram a concretização do plano inicial. Desta maneira, esta UL vai priorizar alguns subtemas que se relacionam à liberdade, a saber: conceito de liberdade, páscoa e libertação, condicionamentos à liberdade, autonomia e heteronomia em liberdade. Com o intuito de ilustrar melhor o que nos referimos neste parágrafo, vejamos os quadros abaixo:

¹⁶⁵ Cf. SNEC, *Queremos ser! Manual do Aluno – EMRC: 9º ano do Ensino Básico*, 18-19.

Identificação da UL		Ano de escolaridade e turma	
A LIBERDADE		8º H	
Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Aulas Previstas
Religião e Experiência Religiosa	- Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade;	Conceitos de liberdade e livre-arbítrio	10
Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida	- Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem;	O exercício da liberdade	
Ética e Moral	- Apontar situações de manipulação da consciência humana e suas implicações no impedimento ao exercício da liberdade;	Páscoa: itinerário de libertação	
	- Reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade na realização pessoal;	Condicionamentos à liberdade	
	- Assumir atitudes responsáveis promotoras de Liberdade.	Liberdade: Autonomia e Heteronomia	

Tabela 1 - Planificação Global da UL 3 - A Liberdade

AULA	DATA	SUMÁRIO
20	11/03/24	Inquérito sobre Liberdade. Apresentação e Introdução da UL3.
21	18/03/24	Conceitos de Liberdade.
22	08/04/24	Páscoa: itinerário de libertação.
23	15/04/24	Condicionamentos à Liberdade.
24	22/04/24	Liberdade: Autonomia e Heteronomia
25	29/04/24	Inquérito. Revisão: Liberdade. Avaliação.

Tabela 2 - Calendarização das aulas: UL 3 - A Liberdade

Importante ressaltar que a PES desenvolvida deve, com o rigor necessário, descrever outros detalhes que compõem a observação da aula, além da lecionação em si e dos conteúdos abordados. Assim sendo, apontaremos os traços característicos referentes ao comportamento dos alunos como componente importante para analisar e interpretar as aprendizagens desenvolvidas e as dificuldades encontradas na gestão da sala de aula. Muito nos servirá, portanto, para uma análise crítica, os momentos de avaliação contínua que, aula por aula,

aparecerão nos relatórios consequentes das observações das aulas. Com isso, não estamos a dizer que não teremos presente a descrição de outros elementos avaliativos além da observação. Pelo contrário, as planificações também apontarão outros instrumentos avaliativos que, unido ao todo, configuram como parte da soma total da média dos alunos.



Avaliação Pedagógica	Total de aulas
De todas as ULs do oitavo ano, a número três, dedicada ao tema da Liberdade, é a que talvez mais crie empatia no interesse dos alunos. Explorar sobre a liberdade aos adolescentes é quase o mesmo que falar da identidade e anseios de qualquer aluno que frequente a disciplina de moral religiosa. A busca por liberdade é sempre algo muito intrínseco à condição humana. O agravante, neste sentido, é levar os jovens a lapidarem a forma como entendem o conceito de liberdade. Falar deste tema numa fase em que os adolescentes estão por construir a própria identidade é uma oportunidade para enobrecer a capacidade de escolha (livre-arbítrio) que cada pessoa carrega como parte essencial, fundamental da sua existência. Ao mesmo tempo, o tema da liberdade pode servir como um alerta aos riscos de dependências que os jovens assumem quando confundem liberdade com libertinagem, sem responsabilidade. Por fim, um outro detalhe a se considerar é o curto espaço de tempo que não possibilitou a realização das dez aulas previstas, tendo em vista a proposta de realizar a planificação anual que prevê mais uma UL na sequência desta. Eis o porquê da lecionação de seis aulas em vez de dez, como sugere a tabela acima.	06

Tabela 3 - Avaliação Pedagógica da UL 3 - A Liberdade

Neste enquadramento geral de profissionalização, o docente é desafiado a desenvolver todo este processo pedagógico que procura expressar a riqueza do Amor fecundo que engloba a experiência de toda a pessoa, portanto. A lecionação de EMRC vai além da transmissão de saberes. Passa, antes, pela escolha do bem, pela liberdade, que alimenta e fecunda o relacionamento pedagógico que, indiscutivelmente, contribui para a promoção da vida e a dignidade humana. Assim, numa perspetiva cristã, o professor de moral religiosa e católica assume a responsabilidade de orientar os jovens para a vivência da interioridade que ressignifica o sentido da vida que protagoniza a experiência da felicidade.

Assim sendo, apresentamos agora as planificações da UL 3 que foram lecionadas, seguindo a proposta da planificação global do AEPBS. Para além do que é apresentado na planificação em si, buscaremos fazer uma breve descrição de cada aula para ajudar na compreensão do que foi proposto e experimentado na lecionação, sob o auxílio do Orientador Cooperante.

4. Planificações de Aula da UL¹⁶⁶

 <p>REPÚBLICA PORTUGUESA EDUCAÇÃO</p> <p>CATOLICA FACULDADE DE TEOLOGIA <i>Mestrado em Ciências Religiosas – PES e Relatório</i></p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</p> <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRE BENJAMIM SALGADO</p> <p>Escola Secundária Padre Benjamim Salgado</p>	 <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE BENJAMIM SALGADO JOANE</p> <p>Ano letivo 2023/2024</p>
---	--	--

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3	Conceitos Nucleares	Ano Turma	Data
A Liberdade	Liberdade, Livre-arbítrio, responsabilidade, consciência	8º H	11/03/2024
Sumário	Breve Contexto Educativo	Aula nº	Tempo previsto
Inquérito sobre Liberdade. Apresentação e Introdução da UL3.	Com a conclusão da UL2, sobre o Cristianismo, percebemos que o principal referencial dos cristãos é Jesus Cristo, o grande marco na história da humanidade. Sabemos que o itinerário do cristianismo muito dependeu da liberdade dos que escolheram fazer de suas vidas um espelho da vida de Cristo. Daí sabemos que a transformação do mundo tem muito a ver com a liberdade e as escolhas que fazemos. Então, o que é a liberdade?	20	45'

Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Experiências de Aprendizagem	Recursos	Tempo	Avaliação Pedagógica
<i>Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade.</i>	Os conceitos de liberdade e livre-arbítrio.	Sumário: dia 04/03/24 – Licão 19 - Resumo da UL 2. / Aplicação do instrumento de avaliação quantitativo.	Quadro branco Marcador/caneta	2'	Atenção e Pontualidade
		-> Introduzir e contextualizar a UL3, apresentando a proposta da aula. -> Justificar a aplicação do inquérito a ser aplicado para compor o relatório final do professor estagiário. -> Aplicação do Inquérito – Anexo 1.	Questionário (anexo 1)	13'	Colaboração Execução da tarefa

¹⁶⁶ Duas notas importantes sobre as planificações. A primeira diz respeito à configuração que está no formato original utilizado na PES e por isso apresenta o cabeçalho do AEPBS. O segundo ponto, por conta da observação da primeira parte, o número da aula aparece com o que corresponde à sequência das lecionações desde a UL 1.

	<p>O ser humano e o exercício da sua liberdade</p>	<p>-> Dinâmica das correntes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A turma será dividida em pares (2-2-2-2-3). Cada dupla irá confeccionar uma corrente com tiras de papel. • Um membro da dupla será algemado. • Depois disso, professor continua a aula, introduzindo um cântico qualquer e aguarda a reação dos alunos acorrentados que, possivelmente estarão incomodados com as algemas. • Na primeira manifestação dos “algemados”, abre-se o espaço para a reflexão da dinâmica e do tema, propriamente dito. Perguntar se querem ajudar para arrebentar as algemas. <p>-> Ajudar a reflexão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porque fizeram a dinâmica? (livres ou obrigados) • Como decidiram quem seria algemado? Houve influências, condições, consentimentos ou foi por escolha voluntária? • Qual o sentimento de quem algemou? E qual o sentimento de quem foi algemado? • Alguém consegue relacionar a dinâmica com algum caso concreto do dia a dia de suas vidas? <p>-> Sem resposta objetiva às questões levantadas, apresentar o roteiro da UL para despertar curiosidade dos alunos para as próximas aulas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Liberdade e livre-arbítrio (conteúdo) • Liberdade e identidades; • O desejo humano de liberdade e felicidade; • Liberdade e opção pelo bem; • Liberdade (autonomia e heteronomia) e Influências (publicidade e propagandas); • Condicionamentos e Liberdade; • Liberdade e escravidão; • Páscoa e Liberdade – Nível espiritual (interior) <p>Registrar sumário: 11/03/24 – Licão 20 - Inquérito sobre Liberdade. / Apresentação e Introdução da UL3</p>	<p>Tiras de papel</p> <p>Fita dupla face</p> <p>Projeto PPT</p>	<p>15'</p> <p>13'</p> <p>2'</p>	<p>Participação Ativa Iniciativa Cumprimento de regras</p> <p>Motivação Interesse</p>
<p>Descritores do Perfil dos Alunos</p>	<p>Conhecedor / sabedor / culto / informado (A, B, I); Responsável / Autônomo (C, D, E, F, I)</p>	<p>Domínio de Avaliação</p>	<p>Ética e moral</p>		



ANEXO 1

INQUÉRITO INICIAL – LIBERDADE

Breve descrição da planificação

A aula vinte marca o início da UL 3, “A Liberdade”, dando continuidade e aprofundando a UL anterior, “Cristianismo em Caminho”. Assim sendo, os contributos do Cristianismo para a mundo tem muito a ver com a liberdade que caracterizou a vida de muitos cristãos que buscaram viver como um “espelho” do próprio Cristo. Disto cabe enfatizar, noutras palavras, que a transformação do mundo é consequência da liberdade e escolhas que todos nós fazemos diariamente. Então, o objetivo desta UL 3 é entender o que é a Liberdade.

Sabendo que esta UL 3 integra o Relatório Final da PES, destaca-se a aplicação do Inquérito sobre Liberdade. A sequência da aula terá lugar a apresentação e introdução ao tema Liberdade. Noutras palavras, pretende-se com isso investigar a perceção dos alunos acerca do que é liberdade e, na sequência da análise do inquérito, perceber se os discentes se sentem livres e se foram livres na escolha por frequentar a disciplina de Moral. Eis o porquê da explicação.

 <p>REPÚBLICA PORTUGUESA EDUCAÇÃO</p> <p>CATOLICA FACULDADE DE TEOLOGIA <i>Mestrado em Ciências Religiosas – PES e Relatório</i></p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</p> <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRE BENJAMIM SALGADO</p> <p>Escola Secundária Padre Benjamim Salgado</p>	 <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE BENJAMIM SALGADO JOANE</p> <p>Ano letivo 2023/2024</p>
---	--	--

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3	Conceitos Nucleares	Ano Turma	Data
A Liberdade	Liberdade, Livre-arbítrio, responsabilidade, consciência	8º H	18/03/2024
Sumário	Breve Contexto Educativo	Aula nº	Tempo previsto
Conceitos de Liberdade	A aula anterior, a partir da dinâmica das correntes, ilustrou algumas formas de entender a liberdade. Nesta aula apresentaremos alguns conceitos acerca da liberdade.	21	45'

Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Experiências de Aprendizagem	Recursos	Tempo	Avaliação Pedagógica
<i>Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade.</i>	Os conceitos de liberdade e livre-arbítrio.	Sumário: dia 11/03/24 – Licção 20 - Inquérito sobre Liberdade. / Apresentação e Introdução da UL3.	Quadro branco Marcador/caneta	3'	Atenção e Pontualidade
		-> Revisar a última aula: Inquérito e dinâmica das correntes.		10'	
<i>Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem.</i>	O ser humano e o exercício da sua liberdade	-> Atividade em grupos: <ul style="list-style-type: none"> A turma será dividida em 5 grupos (2-2-2-3). Cada grupo terá de montar um conceito de liberdade, a partir das palavras disponibilizadas em tiras. <ul style="list-style-type: none"> Liberdade é a condição e característica primeira do ser humano. Liberdade é agir sem submissão, condicionalismos e coação externa que obrigue a pessoa a atuar de determinada maneira. A liberdade não é absoluta. 	Tiras de papel	20'	Colaboração Execução da tarefa Iniciativa Cumprimento de regras



<ul style="list-style-type: none"> ➤ O livre-arbítrio é se determinar sem obedecer a outra regra que não seja a própria vontade. ➤ O livre-arbítrio permite escolher entre o bem e o mal. • Após montarem as frases, deixar que as duplas dialoguem e reflitam sobre o conceito que “montaram”. • Pedir que cada dupla diga, em voz alta, suas definições. 			
-> Projetar no quadro as definições para que possam copiar no caderno (diário).		Projetor PPT	Motivação Interesse
Registrar sumário: 18/03/24 – Licão 21 – Conceitos de Liberdade.			8' 4'
Objetivo: Que os alunos consigam registar, refletir e relacionar os conceitos de liberdade com o contexto de vida deles.			
Descritores do Perfil dos Alunos	Conhecedor / sabedor / culto / informado (A, B, I); Responsável / Autônomo (C, D, E, F, I)	Domínio de Avaliação	Ética e Moral

PARA REFLETIR

<ul style="list-style-type: none"> ➔ Liberdade é escolher aquilo que somos! ➔ Nascemos para o bem, para o alto. ➔ Não nascemos para ficarmos de cabeças baixas, como as galinhas, aceitando tudo que nos oferecem. ➔ Não precisamos viver as condições que nos querem impor. Nossa escolha deve ser sempre aquela voltada para o bem de si, mas sem desmerecer ou desprezar o bem coletivo. Por isso a necessidade da consciência humana que ajuda discernir entre o que é certo e o que é errado. ➔ Liberdade implica responsabilidade como fruto da nossa capacidade de fazer escolhas que nos façam bem, respeitando a liberdade do outro e procurando o bem comum. ➔ Recomeçar, reassumir nossa natureza, provoca alguns medos, mas é necessário escolher a liberdade que nos traz a alegria de viver. ➔ O que é o bem, bem maior, opção pelo bem? ➔ Discernimento e juízo crítico; nenhum valor justifica a maldade ou a ausência de bem para com as pessoas.
--

Breve descrição da planificação nº 21

Com o objetivo de refletir outros conceitos que estão relacionados à liberdade e que são necessários para a melhor compreensão do ser livre, foi aplicada uma interatividade. Foram formados cinco grupos e a cada um destes foram entregues algumas tiras de papel, com palavras isoladas. O objetivo era que cada grupo pudesse formar os conceitos de liberdade que se apresentam na planificação acima e que pudessem refletir, em diálogo, sobre o seu significado. Por fim, o professor iria projetar ou escrever os conceitos para que os alunos registassem em seus diários.

 <p>REPÚBLICA PORTUGUESA EDUCAÇÃO</p> <p>CATOLICA FACULDADE DE TEOLOGIA</p> <p>Mestrado em Ciências Religiosas – PES e Relatório</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</p> <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRE BENJAMIM SALGADO</p> <p>Escola Secundária Padre Benjamim Salgado</p>	 <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE BENJAMIM SALGADO JOANE</p> <p>Ano letivo 2023/2024</p>
---	--	--

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3	Conceitos Nucleares	Ano Turma	Data
A Liberdade	Páscoa e Liberdade	8º H	08/04/2024
Sumário	Breve Contexto Educativo	Aula nº	Tempo previsto
Páscoa: itinerário de libertação	Seguindo a proposta da aula anterior, esta aula pretende revisar os conceitos sobre liberdade, livre-arbítrio. Faremos isso refletindo a Páscoa e seus significados na Bíblia.	22	45'

Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Experiências de Aprendizagem	Recursos	Tempo	Avaliação Pedagógica
<p><i>Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem.</i></p> <p><i>Reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade na realização pessoal</i></p>	Os conceitos de liberdade e livre-arbítrio.	Sumário: dia 18/03/24 – Licão 21 - Conceitos de Liberdade.	Quadro branco Marcador/caneta	2'	Atenção e Pontualidade
		<p>-> Revisar os conceitos abordados na aula anterior.</p> <p>-> Abordar o tema da Páscoa e Liberdade.</p> <ul style="list-style-type: none"> Questionar o que sabem sobre a Páscoa: deixar que se expressem e que escrevam no quadro, se conveniente. Seguir proposta do PPT (anexo 2). 	PPT Projektor	5'	Participação ativa
	A Páscoa como itinerário de libertação	-> Projetar filme sobre Maximiliano Kolbe, ressaltando sua adesão aos ensinamentos de Jesus: liberdade à favor da vida (é um dever que vai além da própria vontade = “Liberdade não é eu fazer o que me apetece” Papa Francisco)			5'



	< https://www.youtube.com/watch?v=7eQt_uJw400 >.		
	-> Reforçar a mensagem da Páscoa, como libertação, escolha pelo bem, pela vida. -> Ressaltar e sugerir que leiam, em casa, a biografia de Maximiliano Kolbe na página 76 do manual de EMRC.	5'	Motivação Interesse
	Registrar sumário: 08/04/24 – Licão 22 – Páscoa: Itinerário de Libertação.	3'	
Objetivo: <i>Que os alunos percebam a Páscoa como uma celebração da vida; como proposta de mudança interior, de renúncia aos vícios que escravizam.</i>			
Descritores do Perfil dos Alunos	Conhecedor / sabedor / culto / informado (A, B, I); Responsável / Autónomo (C, D, E, F, I)	Domínio de Avaliação	Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida

ANEXO 2

UL 3 – LIBERDADE: AULAS 22 À 25

Breve descrição da planificação nº 22

Devido ao intervalo das aulas, para as festividades pascais, a planificação contemplou uma pequena revisão do que foi abordado na aula anterior. Por conseguinte, contemplando ainda o evento da Páscoa, pretendeu-se perceber o que os alunos fizeram na Páscoa e o que eles entendem ser a Páscoa. Sem fazer juízo de valor, o professor pensou utilizar os conceitos apresentados pelos alunos e ressaltar a ideia de Páscoa na cultura religiosa judaico-cristã. O objetivo principal da aula era fazer com que os alunos entendessem a Páscoa como a celebração da libertação humana de todo o tipo de escravidão. De tudo isso, a mensagem principal é a valorização do ser, mais que o ter, e a responsabilidade que devemos ter uns pelos outros, sempre no cuidado da vida. Por fim, como modo de ilustrar a mensagem cristã sobre a Páscoa, com base em trechos bíblicos, o professor pensou a projeção da biografia de São Maximiliano Kolbe, exemplo cristão de martírio para o resgate da vida de outras pessoas.

 <p>REPÚBLICA PORTUGUESA EDUCAÇÃO</p> <p>CATÓLICA FACULDADE DE TEOLOGIA</p> <p>Mestrado em Ciências Religiosas – PES e Relatório</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</p> <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRE BENJAMIM SALGADO</p> <p>Escola Secundária Padre Benjamim Salgado</p>	 <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE BENJAMIM SALGADO JOANE</p> <p>Ano letivo 2023/2024</p>
---	--	--

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3	Conceitos Nucleares	Ano Turma	Data
A Liberdade	Condicionamentos e Liberdade	8º H	15/04/2024
Sumário	Breve Contexto Educativo	Aula nº	Tempo previsto
Condicionamentos à Liberdade	Já com o conceito ampliado sobre a Páscoa, na perspetiva de superação dos modelos de escravidão, a aula de hoje pretende abordar os condicionamentos que parecem limitar a vivência da liberdade. Neste sentido, ainda iremos apontar as dependências que destroem a liberdade.	23	45'

Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Experiências de Aprendizagem	Recursos	Tempo	Avaliação Pedagógica	
Apontar situações de manipulações da consciência humana e suas implicações no impedimento ao exercício da liberdade	Condicionamentos (interiores e exteriores) à Liberdade	Sumário: dia 08/03/24 – Licão 22 - Páscoa: Itinerário de Libertação.	Quadro branco Marcador/caneta	2'	Atenção e Pontualidade	
		-> Apresentar conteúdo referente aos condicionamentos à liberdade (Anexo 3).	PPT Projektor	15'		
	Dependências que escravizam	-> Abordar o tema das Dependências que escravizam			15'	Participação ativa
		-> Projetar filme sobre a Parábola da Águia e da Galinha (ilustração de condicionamentos à liberdade) < https://www.youtube.com/watch?v=bUn9GsDYtp0 >.			4'	Respeito Colaboração



	-> Refletir o vídeo: superar as rotulações que nos impõem por causa do nosso contexto social, questões económicas, crenças etc. -> Se sobrar tempo (10 minutos, no mínimo), aplicar jogo da liberdade. Caso contrário, aplicar no início da próxima aula, como forma de revisão.		7'	Motivação Interesse
	Registrar sumário: 15/04/24 – Licão 23 – Condicionamentos à Liberdade.	Quadro branco Marcador/caneta	2'	
Objetivo: <i>Que os alunos consigam visualizar situações (condicionamentos e dependências) que oferecem riscos à vivência da Liberdade.</i>				
Descritores do Perfil dos Alunos	Conhecedor / sabedor / culto / informado (A, B, I); Responsável / Autónomo (C, D, E, F, I)	Domínio de Avaliação	Ética e Moral	

ANEXO 3

CONDICIONAMENTOS À LIBERDADE – SLIDES 11 À 16

Breve descrição da planificação nº 23

A planificação sugerida nesta terceira aula da UL 3 pretende refletir a liberdade a partir dos contextos de “escravidões”, destacando a felicidade como capacidade expressiva de renúncia a tudo o que fere a nossa dignidade. A liberdade, assim, é, por essência, a escolha pelo bem, pela vida. Para servir de alerta sobre os riscos à liberdade e à felicidade, a aula deve abordar os condicionamentos à liberdade que podem limitar e até destruir a vivência da própria liberdade.

 <p>REPÚBLICA PORTUGUESA EDUCAÇÃO</p> <p>CATOLICA FACULDADE DE TEOLOGIA <i>Mestrado em Ciências Religiosas – PES e Relatório</i></p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</p> <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRE BENJAMIM SALGADO</p> <p>Escola Secundária Padre Benjamim Salgado</p>	 <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE BENJAMIM SALGADO JOANE</p> <p>Ano letivo 2023/2024</p>
---	--	--

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3	Conceitos Nucleares	Ano Turma	Data
A Liberdade	Liberdade, Autonomia e Heteronomia	8º H	22/04/2024
Sumário	Breve Contexto Educativo	Aula nº	Tempo previsto
Liberdade: Autonomia e Heteronomia	A última aula nos possibilitou uma visão alargada do que é condicionamentos à liberdade, sobretudo aqueles que nos escravizam, como é o caso das drogas. A lecionação de hoje quer refletir a capacidade e abertura da Pessoa para a realização do bem. E nisto é importante ressaltar a autonomia na liberdade.	24	45'

Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Experiências de Aprendizagem	Recursos	Tempo	Avaliação Pedagógica
Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem.	O bem maior	Sumário: dia 15/04/24 – Licção 23 - Condicionamentos à Liberdade.	Quadro branco Marcador/caneta	2'	Atenção e Pontualidade
	Consciência Moral	-> Projetar, revisar e refletir, através do filme “Parábola da Águia e da Galinha”, os condicionamentos que nos manipulam. < https://www.youtube.com/watch?v=bUn9GsDYtp0 > (4min.) (Anexo 4) <i>Superar as rotulações que nos impõem por causa do nosso contexto social, questões económicas, crenças etc.</i>	Projetor Internet	15'	
	Heteronomia e Autonomia	-> Abordar o conteúdo: o bem maior, consciência moral, heteronomia e autonomia	PPT	15'	Participação ativa

	-> Projetar e refletir o filme “Simulação: Autonomia e Heteronomia” < https://www.youtube.com/watch?v=chQ1e0NYoS0 >. (Anexo 5) Registrar sumário: 22/04/24 – Licão 24 – Liberdade: Autonomia e Heteronomia.	Projetor Internet	10’	Respeito Colaboração
		Quadro branco Marcador/caneta	3’	
Objetivo: <i>Levar os alunos à percepção de que todos os dias temos o dever moral de discernir nossas ações e ser livre fazendo sempre a escolha pelo bem.</i>				
Descritores do Perfil dos Alunos	Conhecedor / sabedor / culto / informado (A, B, I); Responsável / Autónomo (C, D, E, F, I)	Domínio de Avaliação	Ética e Moral	

ANEXO 4



A PARÁBOLA DA ÁGUIA E DA GALINHA

ANEXO 5

SIMULAÇÃO – AUTONOMIA E HETERONOMIA

Breve descrição da planificação nº 24

O propósito da penúltima aula da UL 3 foi dedicar uma reflexão sobre a abertura da pessoa para a realização do bem, enquanto gesto que gera a liberdade e, conseqüentemente, a felicidade. Por este caminho destaca-se a necessidade da independência humana que se afasta das drogas, dos jogos e toda a espécie de compulsão que escraviza a pessoa no erro. A liberdade pressupõe a busca constante do autoconhecimento que enobrece a individualidade que possuímos e que essencialmente está relacionada ontologicamente à liberdade e à felicidade, fim último dos que são verdadeiramente comprometidos com a prática do bem (anexo 1). Faz parte da natureza humana o livre-arbítrio e exercício da boa vontade, mesmo quando temos inclinações a outras práticas que configuram a vaidade e paixões desenfreadas.

 <p>REPÚBLICA PORTUGUESA EDUCAÇÃO</p> <p>CATÓLICA FACULDADE DE TEOLOGIA</p> <p>Mestrado em Ciências Religiosas – PES e Relatório</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</p> <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRE BENJAMIM SALGADO</p> <p>Escola Secundária Padre Benjamim Salgado</p>	 <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE BENJAMIM SALGADO JOANE</p> <p>Ano letivo 2023/2024</p>
---	--	--

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3	Conceitos Nucleares	Ano Turma	Data
A Liberdade	Revisão, Avaliação, Inquérito	8º H	29/04/2024
Sumário	Breve Contexto Educativo	Aula nº	Tempo previsto
Inquérito / Revisão: Liberdade / Avaliação	Depois de concluir o tema relacionado à autonomia e heteronomia, no contexto de liberdade, realizaremos o inquérito que atende a proposta do relatório final da PES, do professor estagiário. Por conseguinte, faremos breve revisão dos conteúdos sobre a liberdade. Para encerrar a UL 3, aplicaremos um instrumento de avaliação para sondar o grau de compreensão que o aluno obteve sobre Liberdade.	25	45'

Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Experiências de Aprendizagem	Recursos	Tempo	Avaliação Pedagógica
Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem.	Inquérito	Sumário: dia 22/04/24 – Licção 24 – Liberdade: Autonomia e Heteronomia.	Quadro branco Marcador/caneta	2'	Atenção e Pontualidade
		-> Inquérito: < https://forms.gle/oYbXaQqj7JHh9DT58 > Anexo 6.	Projektor Internet	15'	
	Revisão	-> Revisão dos conteúdos da UL 3: A Liberdade	PPT	15'	Participação ativa
		-> Aplicar Avaliação: < https://forms.gle/sYXK9btFsnyAytZ6A > Anexo 7.	Projektor Internet	10'	Respeito Colaboração
	Avaliação	Registrar sumário: 29/04/24 – Licção 25 – Inquérito / Revisão: Liberdade / Avaliação.	Quadro branco Marcador/caneta	3'	

Objetivo: <i>Através do instrumento de avaliação quantitativo, verificar o grau de conhecimento objetivo que o aluno desenvolveu na UL 3.</i>			
Descritores do Perfil dos Alunos	Conhecedor / sabedor / culto / informado (A, B, I); Responsável / Autónomo (C, D, E, F, I)	Domínio de Avaliação	Ética e Moral

ANEXO 6

INQUÉRITO - UL3 - LIBERDADE - FINAL

ANEXO 7

UL 3 – AVALIAÇÃO - LIBERDADE

Breve descrição da planificação n° 25

Em resposta à planificação global da UL 3, a última aula sobre a Liberdade teve como objetivo apurar a perceção dos alunos referente ao tema desenvolvido nas cinco aulas anteriores. Porém, antes do instrumento avaliativo quantitativo, foi aplicado o inquérito final acerca da investigação que atende ao propósito deste relatório final.

5. Procedimentos de Avaliação Pedagógica

Após a visualização das planificações que dinamizaram a lecionação da UL 3, sobre a Liberdade, discorreremos agora uma reflexão sobre os procedimentos de avaliação pedagógica que fizeram parte da minha PES. Como é evidente, a avaliação faz parte da gestão curricular e, neste caso, deve contemplar a metodologia aplicada nas aulas. Enquanto metodologia, a EMRC tem um olhar para a totalidade da realidade onde atua o ser humano. A metodologia do ensino religioso católico, sob o prisma do método existencial e hermenêutico, procura conceituar o mundo de modo específico, levando a pessoa humana à experiência religiosa que apela um agir ético-moral.¹⁶⁷ Não obstante, toda a gestão curricular, incluindo a metodologia e a avaliação pedagógica, devem está alinhada com

[...] as necessidades, interesses e motivações dos alunos, em cada escola e em cada turma, facultando a ‘interpretação religiosa e ético-moral da realidade através de uma chave de leitura cristã, em que a dimensão religiosa surge não só como objeto e produto da cultura, mas também como processo de leitura, interpretação e conhecimento da cultura e da realidade’.¹⁶⁸

A avaliação pedagógica, por assim dizer, também acaba por ser uma metodologia que procura atingir as metas e os objetivos que estão agregados aos conteúdos e nas AE. Pretende então ser uma forma de perceção sobre o que o aluno passou a conhecer e a vivenciar a partir dos conteúdos lecionados. Noutras palavras, a avaliação pretende perscrutar o desenvolvimento do conhecimento e das competências adquiridas pelos alunos. Para tal, muito servem as aprendizagens cooperativas em que os alunos se empenham juntos, em espírito de cooperação, comunicação e diálogo, para o desenvolvimento do conhecimento e do agir ético-moral que nasce em sala de aula.¹⁶⁹

A EMRC, como outras áreas do saber, ambiciona o desenvolvimento das capacidades dos alunos para que estes possam identificar conceitos, resolverem problemas, transferirem conhecimentos, adquirirem competências religiosas, sociais e morais. Como termómetro deste propósito aplica-se avaliações para aferir o desempenho dos alunos. Por isso que

a primeira função da avaliação é a de se propor ajudar os professores, os alunos, e os pais (como parceiros indispensáveis do processo pedagógico escolar) a intervir de forma planeada e consequente no processo de ensino-aprendizagem, recolhendo

¹⁶⁷ Cf. SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: SNEC, 2007), 20.

¹⁶⁸ SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: SNEC, 2014), 154-5.

¹⁶⁹ Cf. SNEC, (2014), 157-8.

informações que visam a tomada de decisões orientada para aperfeiçoar a atividade pedagógica e melhorar as aprendizagens nos diversos domínios da personalidade de educadores e educandos.¹⁷⁰

De modo mais esclarecido, a avaliação pedagógica, «antes do mais, está ao serviço de quem aprende e de quem ensina, sendo, neste sentido, um processo destinado a melhorar as aprendizagens e o ensino.»¹⁷¹ Serve, portanto, como instrumento que apoia a tomada de decisões, seja do educador como do educando, sistematizando recursos alternativos para diagnosticar e superar as lacunas no processo de ensino-aprendizagem. Recolhendo as informações do processo avaliativo, finalidade da avaliação pedagógica, entende-se que a avaliação deve ser um percurso contínuo de auto e heteroavaliação dos membros envolvidos no ensino-aprendizagem, pois «os testes, exercícios, e relatórios não esgotam as possibilidades de recolha de informação, embora possa ser, por esta ordem, os mais usados.»¹⁷² Nota-se, no entanto, que existe uma variedade de possibilidades no âmbito da avaliação, incluindo, por exemplo, apresentações orais, portfólios e quizizz dentre outros. Embora sejam vários os recursos de avaliação pedagógica, todos eles vinculam-se à meta de mudanças e crescimento do aluno em nível dos conhecimento e competências.

Neste sentido, a avaliação deve ser de natureza essencialmente formativa, fornecendo feedback aos alunos e professores para regular a aprendizagem e o ensino. Isto significa que a avaliação formativa ou [...] a avaliação para as aprendizagens, proporciona informações fundamentais para que os alunos tomem consciência das suas dificuldades e dos meios e processos que as permitam ultrapassar.¹⁷³

Uma atenção, contudo, deve ser dada à avaliação pedagógica no sentido de não fazermos uma interpretação equivocada ou limitada do processo avaliativo. Sendo em nível sumativa ou formativa, a avaliação não é uma questão técnica apenas. A avaliação «não é um mero processo de produção de medidas nem um mero processo de construção e utilização de instrumentos. Acima de tudo, a avaliação pedagógica [...] é um processo eminentemente pedagógico e

¹⁷⁰ SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: SNEC, 2014), 160.

¹⁷¹ Domingos Fernandes, *Para uma fundamentação e melhoria das práticas de avaliação pedagógica no âmbito do Projeto MAIA. Texto de Apoio à formação - Projeto de Monitorização Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA)* (Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2021), 6.

¹⁷² SNEC (2014), p. 161.

¹⁷³ Fernandes, *Para uma fundamentação e melhoria das práticas de avaliação pedagógica no âmbito do Projeto MAIA*, 5.

didático com fortes relações com as aprendizagens dos alunos e com o ensino dos professores.»¹⁷⁴

Importante ressaltar ainda que a avaliação pedagógica, por mais rigorosa que seja, não é um sistema que calcula objetivamente as aprendizagens e os avanços dos alunos. O mais importante no processo avaliativo, assim sendo, é perceber que o resultado mais justo ou credível não provém do excesso de avaliações, mas da qualidade da avaliação que se articula entre o ensino, as aprendizagens, a participação e a reflexão que brotam da relação pedagógica. A avaliação pedagógica deve, por assim dizer, ser um processo de aceitação natural, tal e qual as demais relações sociais em que todos os sujeitos envolvidos têm na sua rotina diária.

A avaliação no espaço escolar deve ser assumida como uma prática social, sem a pretensão de uniformidade, de uma ciência exata que regista resultados padronizados a partir de respostas objetivas. Ao contrário disso, a avaliação deve ser simples, com clareza e transparência adequada, de modo que os alunos possam executá-la sem se sentirem ameaçados já na leitura dos enunciados das questões.¹⁷⁵ Por isso que a avaliação pedagógica deve ser diversificada e abrangente, considerando as experiências e práticas de vida dos alunos que, direta ou indiretamente, podem influenciar os resultados naquelas outras avaliações que foram aplicadas em momentos difíceis vividos pelos alunos, por exemplo. Por outro lado, a dica não é relacionar uma lista enorme de indicadores e descritores de avaliação aplicada aos alunos. A avaliação teve ser direcionada no essencial que reflete as capacidades globais dos alunos, sabendo-se que o primordial é o desenvolvimento integral destes.

Proveniente de tudo o que temos relatado acima, acerca da avaliação pedagógica, a PES nos possibilitou a somatória de recursos e critérios de avaliação que nos foi de grande valia para tornar o desenvolvimento da UL 3 um itinerário de leveza e participação ativa de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Sem intimidar os alunos, cada aula lecionada procurou reforçar a importância da relação pedagógica, criando na sala de aula um sentimento de pertença, onde todos assumem o protagonismo na construção do conhecimento. Neste sentido, sem medo de se expressar, num ambiente de respeito mútuo, os discentes sentiam-se livres para se expressarem, apresentando suas ideias e convicções em diálogo construtivo.

Como forma de ilustrar, disponibilizamos aqui alguns descritores que nos auxiliaram em sala de aula. São instrumentos, meios pedagógicos, que nos deram suporte para a percepção mais

¹⁷⁴ Fernandes, *Para uma fundamentação e melhoria das práticas de avaliação pedagógica no âmbito do Projeto MAIA*, 5-6.

¹⁷⁵ Cf. Fernandes, 11.

credível acerca das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. Seguindo o modelo disponibilizado pelo AEPBS, temos a seguinte grelha que apresenta os critérios de avaliação do segundo e terceiro ciclos para a disciplina de EMRC.

DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO	PERFIL DE APRENDIZAGEM					PESO	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO ¹
	NÍVEL 5 90% - 100% Muito Bom	NÍVEL 4 70%-89% Bom	NÍVEL 3 50%-69% Suficiente	NÍVEL 2 20%-49%	NÍVEL 1 0%-19%		
	Insuficiente						
(1) RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA	<ul style="list-style-type: none"> - Compreende, com clareza, o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa. - Constrói, com facilidade, uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. - Identifica, com precisão, o núcleo central das várias tradições religiosas. - Reconhece, sempre, o diálogo religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos. 	NÍVEL INTERMÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> - Compreende, com falta de clareza e rigor, o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa. - Constrói, com dificuldade, uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. - Identifica, com imprecisão, o núcleo central das várias tradições religiosas. - Nem sempre reconhece o diálogo religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos. 	NÍVEL INTERMÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> - Não compreende o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa. - Não constrói uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. - Não identifica o núcleo central das várias tradições religiosas. - Não reconhece o diálogo religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos. 	25%	<ul style="list-style-type: none"> Registos de observação direta; Fichas de trabalho e/ou avaliação em diversas plataformas (pickers; kahoot)
(2) CULTURA CRISTÃ E VISÃO CRISTÃ DA VIDA	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelece, com facilidade, um diálogo entre a cultura e a fé. - Conhece bem a mensagem e cultura bíblicas. - Identifica, claramente, os valores evangélicos. - Argumenta criticamente e com facilidade, a favor ou contra as ideias apresentadas; - Assume posições pessoais, mobilizando, sempre, valores cristãos, éticos e morais. 		<ul style="list-style-type: none"> - Estabelece, com dificuldade, um diálogo entre a cultura e a fé. - Tem dificuldade em conhecer a mensagem e cultura bíblicas. - Identificar, com pouca clareza, os valores evangélicos. - Argumenta, com dificuldade, favor ou contra as ideias apresentadas; - Procura, com dificuldade, assumir posições pessoais, mobilizando valores cristãos, éticos e morais. 		<ul style="list-style-type: none"> - Não estabelece um diálogo entre a cultura e a fé. - Não conhece a mensagem e cultura bíblicas. - Não identificar os valores evangélicos. - Não argumenta criticamente a favor ou contra as ideias apresentadas; - Não assume posições pessoais, mobilizando valores cristãos, éticos e morais. 		

<p style="text-align: center;">(3) ÉTICA E MORAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhece sempre a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. - Promove sempre o bem comum e o cuidado do outro. - Amadureceu totalmente a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo. - Identifica, com clareza, o fundamento religioso da moral cristã. - Reconhece sempre, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. - Respeita sempre as regras do Regulamento Interno; Respeita sempre os outros e as ideias alheias (mesmo quando mostra não concordar com elas); - Colabora com os outros sempre que necessário; - Participa voluntariamente, de forma dinâmica e pertinente, nas atividades desenvolvidas; - Revela total disponibilidade para participar em eventos, atividades curriculares ou de enriquecimento curricular que aprofundem os seus conhecimentos; - Recorre sempre às TIC para a realização de trabalhos que impliquem pesquisa, seleção, tratamento e mobilização da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nem sempre reconhece a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. - Poucas vezes promove o bem comum e o cuidado do outro. - Não amadureceu, ainda totalmente, a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo. - Identifica, com pouca clareza, o fundamento religioso da moral cristã. - Reconhece, sem profundidade, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. - Nem sempre respeita as regras do Regulamento Interno; - Nem sempre respeita os outros e as ideias alheias; - Colabora com os outros com alguma regularidade; - Participa involuntariamente, de forma pouco dinâmica e pouco pertinente, nas atividades desenvolvidas; - Revela pouca disponibilidade para participar em eventos, atividades curriculares ou de enriquecimento curricular que aprofundem os seus conhecimentos; - Nem sempre recorre sempre às TIC para a realização de trabalhos que impliquem pesquisa, seleção, tratamento e mobilização da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não reconhece a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. - Não promove o bem comum e o cuidado do outro. - Não amadureceu a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo. - Não identifica o fundamento religioso da moral cristã. - Não reconhece, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. - Não respeita as regras do Regulamento Interno; - Não respeita os outros e as ideias alheias; - Não colabora com os outros quando é necessário; - Não participa nas atividades desenvolvidas; - Revela total indisponibilidade para participar em eventos, atividades curriculares ou de enriquecimento curricular que aprofundem os seus conhecimentos; - Não recorre às TIC para a realização de trabalhos que impliquem pesquisa, seleção, tratamento e mobilização da informação. 	<p style="text-align: center;">50%</p>	<p style="text-align: center;">Avaliação dos produtos elaborados</p> <p style="text-align: center;">Auto e heteroavaliação.</p>
--	---	--	---	--	---

Descritores operativos do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO)

- A. Linguagens e textos:** usar linguagens verbais e não-verbais para significar e comunicar; compreender, interpretar e expressar factos, opiniões, conceitos, pensamentos e sentimentos (oralmente e por escrito); identificar, utilizar e criar diversos produtos (em diferentes linguagens).
- B. Informação e comunicação:** Pesquisar sobre matérias escolares e temas de interesse; recorrer à informação disponível em fontes documentais físicas e digitais; avaliar, validar e organizar a informação recolhida, de forma crítica e autónoma; apresentar e explicar conceitos, ideias e projetos em grupos; expor o trabalho resultante das pesquisas feitas, junto de diferentes públicos.
- C. Raciocínio e resolução de problemas:** Colocar e analisar questões a investigar; definir e executar estratégias adequadas para investigar e responder às questões iniciais; analisar criticamente as conclusões, reformulando, se necessário, as estratégias adotadas; generalizar as conclusões, criando modelos/produtos para representar situações hipotéticas ou da vida real; usar e avaliar modelos para explicar um determinado sistema/situação.
- D. Pensamento crítico e pensamento criativo:** Observar, analisar e discutir ideias, processos ou produtos centrado-se em evidências; construir argumentos para a fundamentação das tomadas de posição; testar e decidir sobre a exequibilidade das suas ideias; avaliar o impacto das decisões adotadas; desenvolver ideias e projetos criativos.
- E. Relacionamento interpessoal:** Valorizar a diversidade de perspetivas sobre as questões em causa; desenvolver e manter relações diversas e positivas entre si e com os outros; aprender a considerar diversas perspetivas e a construir consensos; resolver problemas de natureza relacional de forma pacífica, com empatia e com sentido crítico.
- F. Desenvolvimento pessoal e autonomia:** Reconhecer os seus pontos fracos e fortes; ter consciência da importância de crescer e evoluir; ser capazes de expressar as suas necessidades e de procurar ajuda; desenhar, implementar e avaliar, com autonomia, estratégias para conseguir atingir metas; ser confiante, resiliente e persistente, construindo caminhos personalizados de aprendizagem de médio e longo prazo.
- G. Bem-estar, saúde e ambiente:** Ter consciência de que os seus atos e as suas decisões afetam a sua saúde, o seu bem-estar e o ambiente; assumir responsabilidade para cuidar de si, dos outros e do ambiente; fazer escolhas que contribuam para a sua segurança e a das comunidades; ter consciência da importância da construção de um futuro sustentável; envolver-se em projetos de cidadania ativa.
- H. Sensibilidade estética e artística:** Desenvolver o sentido estético, mobilizando os processos de reflexão, comparação e argumentação; Valorizar as manifestações culturais das comunidades; Participar autonomamente em atividades artísticas e culturais como público, criador ou intérprete; Perceber o valor estético das experimentações e criações a partir de intencionalidades artísticas e tecnológicas.; Valorizar o papel das várias formas de expressão artística e do património material e imaterial na vida e na cultura das comunidades.
- I. Saber científico, técnico e tecnológico:** Compreender processos e fenómenos científicos e tecnológicos; colocar questões, procurar informação; aplicar conhecimentos adquiridos na tomada de decisão informada; trabalhar com recurso a materiais, instrumentos, máquinas e equipamentos tecnológicos; relacionar conhecimentos técnicos, científicos e socioculturais.

¹Cada instrumento de avaliação pode avaliar um ou vários domínios. A lista de instrumentos de avaliação apresentada é apenas uma sugestão tendo o/a professor/a autonomia para fazer as opções pedagógicas mais adequadas às necessidades, interesses e perfil de aprendizagem dos alunos.

A classificação a atribuir no final de cada período e ano letivo assenta no princípio da avaliação contínua, e resulta da ponderação atribuída a cada um dos domínios. Para cada domínio, é recolhida informação com base nos instrumentos definidos nos critérios de avaliação.

CAPÍTULO 4 – A LIBERDADE NO CONTEXTO DA DISCIPLINA DE EMRC: UMA PROPOSTA A PARTIR DO QUE NOS DIZEM OS ALUNOS

1. Metodologia de investigação e estratégia de intervenção

Chegada à última parte deste relatório, nos encontramos no conteúdo que protagonizou este trabalho sistemático acerca da UL 3 «A Liberdade». A lecionação desta temática foi iniciada como consequência de algumas inquietações pessoais que me foram brotando durante a PES. O desenvolvimento das planificações, bem como a prática da docência dinamizada pelos vários recursos pedagógicos de exposição, avaliação e principalmente a observação, me levaram a questionar sobre as reais motivações que impulsionam os discentes à inscrição no ensino religioso católico.

É verdade que na maioria das vezes a PES me oportunizou grandes momentos de satisfação em sala de aula. Por outro lado, e não menos importante, tive instantes de interrogações inquietantes. A pouca participação e os comportamentos de indisposição, por parte dos alunos, levaram-me à autointerrogação sobre o porquê de os alunos estarem ali a frequentar uma disciplina facultativa, não obrigatória. Se tinham real interesse de frequentarem as aulas de EMRC não deveriam ser mais participativos, abertos à lecionação? Se gostam mesmo do ensino religioso, quais os quesitos mais pertinentes para eles? Por outro lado, se não estão dispostos à proposta dos conteúdos, porquê então optaram por frequentar as aulas de EMRC?

Na verdade, todas as interrogações descritas acima me levaram a outra questão mais profunda que está relacionada diretamente com o tema que eu viria a desenvolver na sequência da PES, a saber: a liberdade. Em síntese, meu desejo era saber qual a perceção que os alunos têm sobre liberdade e se esta liberdade está, ou não, alinhada com o conceito de liberdade sugerido na UL 3 do 8º ano do CEB. E mais ainda! Além de entender a perceção de liberdade que os alunos têm, esta investigação pretende sondar se a inscrição na disciplina de EMRC foi fruto de uma opção pessoal, livre e responsável, ou se foi condicionada por fatores externos. Por fim, será que o pensamento bíblico da Páscoa judaico-cristã pode contribuir para aprofundar o conceito de liberdade, possibilitando que os alunos possam ter maior aproveitamento no seu desenvolvimento integral?

A EMRC, diferente de outras disciplinas que exigem a frequência obrigatória, nos faz refletir sobre as motivações que levam os alunos à escola e à sala do ensino moral e religioso. O debate sobre a liberdade de escolha no ensino frequentemente gera tensões que, por vezes, limitam os alunos ao alcance da proposta de ensino-aprendizagem. Muitos alunos, quando questionados

sobre a liberdade de estarem na escola, imediatamente manifestam-se dizendo que estão lá obrigados. De facto, muitas vezes nem sequer podem escolher a escola onde querem estudar, ficando alocados na escola pública por área de residência. A única alternativa seria a opção por escolas privadas o que, em muitos casos, está fora do alcance da maioria dos discentes devido aos elevados custos exigidos.

Frente ao desafio de obter respostas mais assertivas sobre as questões apresentadas acima, podemos afirmar que o método utilizado para caracterizar esta pesquisa fundamentou-se na recolha de inquérito, no formato de jogo ou game. Pretende-se, portanto, sondar, de maneira objetiva, o entendimento que os alunos têm sobre liberdade e se exercem essa liberdade para frequentar a aula de moral religiosa. Além deste recurso objetivo também recorreremos à recolha de informações no estilo etnográfico, ouvindo diretamente os alunos no contexto de aula. Vale lembrar que a proposta é a aplicação de dois questionários: um antes de iniciar a leção da UL3, e outro ao término da UL3. O propósito destes dois momentos é perceber de que forma a UL lecionada pode ou não ampliar a compreensão do aluno sobre a liberdade e se esse conhecimento adquirido possibilita transformação no comportamento e desenvolvimento pessoal do aluno.

Em outras palavras, não queremos limitar a pesquisa a dados objetivos que podem não refletir fielmente o que os alunos desejam expressar. Temos consciência de que a entrevista exploratória, mesmo em forma de questionário, pode estar condicionada por ideais contrários à realidade concreta e vivenciada pelos respondentes. Assim, num primeiro instante, temos o propósito de contextualizar e fundamentar os objetivos que motivam este trabalho sistemático. É claro que a teorização sobre o tema liberdade é uma maneira de ampliar e definir estruturas de hipóteses que serão coladas à prova para obter resultados a favor ou contra as suposições iniciais da pesquisa. Este trabalho, assim dizendo, se caracteriza por uma metodologia qualitativa que não prende simplesmente a recolha de números estatísticos, como é comum nas abordagens quantitativas.

A metodologia, em suma, não estará resumida à sondagem por via de questionários. A pesquisa também terá o apoio das aulas ministradas durante a leção da UL 3, possibilitando um equilíbrio entre o que os alunos irão relatar nos questionários e aquilo que expressarão em seu comportamento em sala de aula. Esta abordagem de campo poderá trazer elementos para uma melhor interpretação das possíveis variáveis percebidas nos questionários aplicados. A soma de tudo isso, junto às fontes bibliográficas e outros documentos do acesso

público, virtual e digital, dentro e fora do AEPBS, nos ajudará a contextualizar as respostas obtidas na análise final, de maneira a responder se os alunos se sentem livres e se frequentam EMRC por liberdade ou obrigação.

Portanto, o que apontamos sobre metodologia tem conexão direta com o propósito de ajudar os alunos no desenvolvimento das motivações aos estudos, pois uma interpretação equivocada sobre o conceito de liberdade pode fazer muita diferença no humor e expectativas dos alunos frente ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, no contexto escolar, pensar a sala de aula como obrigatoriedade pode indispor os discentes para a abertura ao aprendizado. No âmbito de EMRC, sabendo-se uma disciplina de escolha facultativa, a escolha livre pode ser uma grande aliada para motivar os alunos para o comprometimento com o aprendizado e a participação ativa, consciente e moral em sala de aula e conseqüentemente, como reflexo, nas decisões que regem a vida coletiva nas sociedades.

Dito isso, antes de avançarmos ao próximo item, ressaltamos que os questionários aplicados foram respondidos pelo total aproximado de 78 alunos, no primeiro inquérito, e 51 alunos no segundo inquérito. Todos os respondentes pertencem ao oitavo ano, incluída a turma H, na qual foi realizada a PES.

2. Apresentação, análise e discussão dos resultados da intervenção

A segunda parte deste último capítulo pretende ilustrar a análise da recolha de informações provindas dos inquéritos aplicados no início e no término da UL 3, do oitavo ano. Assim, nosso propósito é expor os resultados adquiridos e refletir os mesmos com o intuito de entender a pertinência da abordagem do tema liberdade como fator fundamental para a melhor participação dos alunos na disciplina de EMRC e nas demais ofertas curriculares propostas na instituição educacional.

Verifica-se ainda que os resultados não pretendem ser um diagnóstico universal, considerando o número reduzido de respondentes. Por outro lado, mesmo que a amostra tenha caráter particular de uma instituição educacional, não significa que os resultados obtidos não possam dar contributo considerável para pensar a mesma temática noutros ambientes educacionais. Portanto, façamos a leitura dos resultados com um olhar alargado refletindo o contexto educacional português.

2.1. Resultados da aplicação do Inquérito sobre a Liberdade dos alunos em EMRC

Dos que responderam o primeiro inquérito temos os dados ilustrados nos gráficos que seguem abaixo. Observa-se, porém, que do total de alunos, alguns se omitiram em alguma das questões apresentadas. Noutras questões, ao contrário, alguns responderam mais que uma alternativa, como é o caso da quarta questão referente à participação em atividade eclesiais, por exemplo.

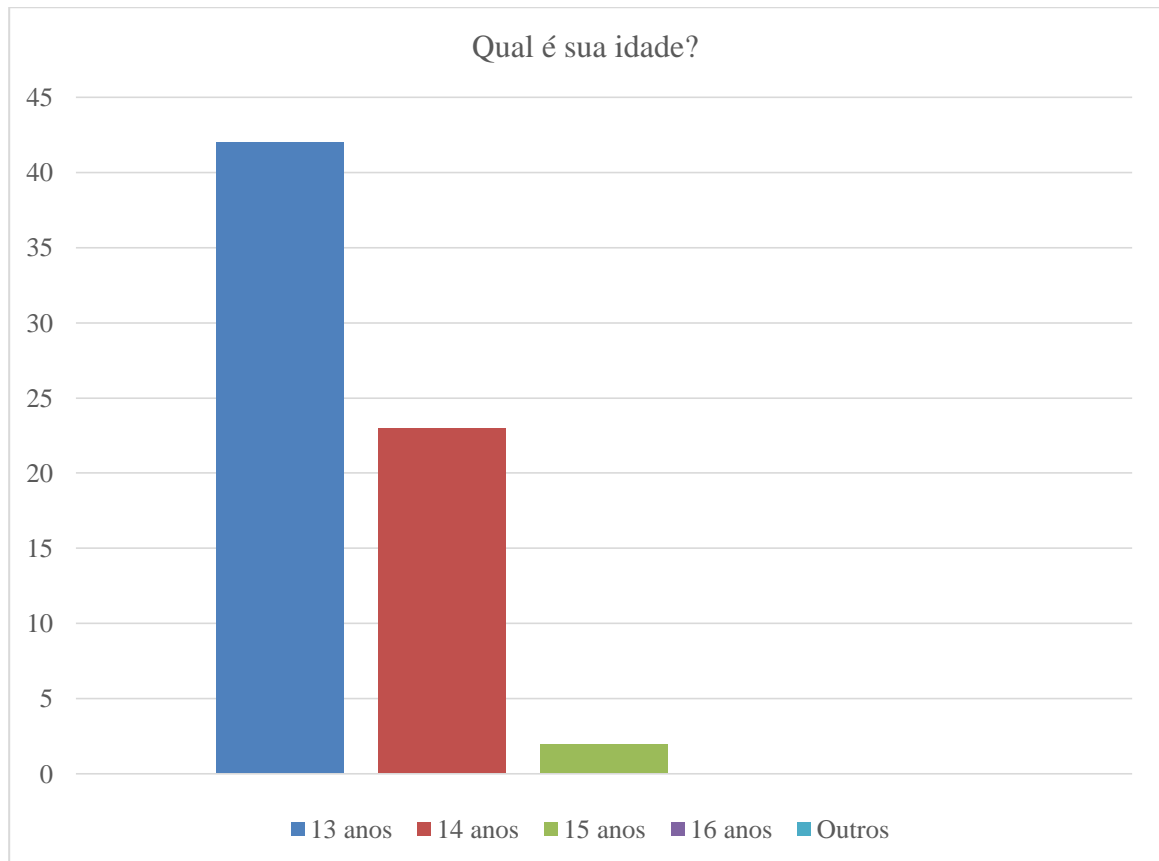


Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos.

O gráfico 1, sobre a faixa etária, retrata os números correspondentes a 67 respondentes. A maioria, precisamente 42 alunos, respondeu que tinha treze anos. Isto equivale a 62,68% do total. Os que responderam 14 anos representa 34,32% e os que se identificaram com 15 anos foram apenas 2 alunos, ou seja, 2,98%. Observa-se ainda que 11 alunos se omitiram em responder esta questão.

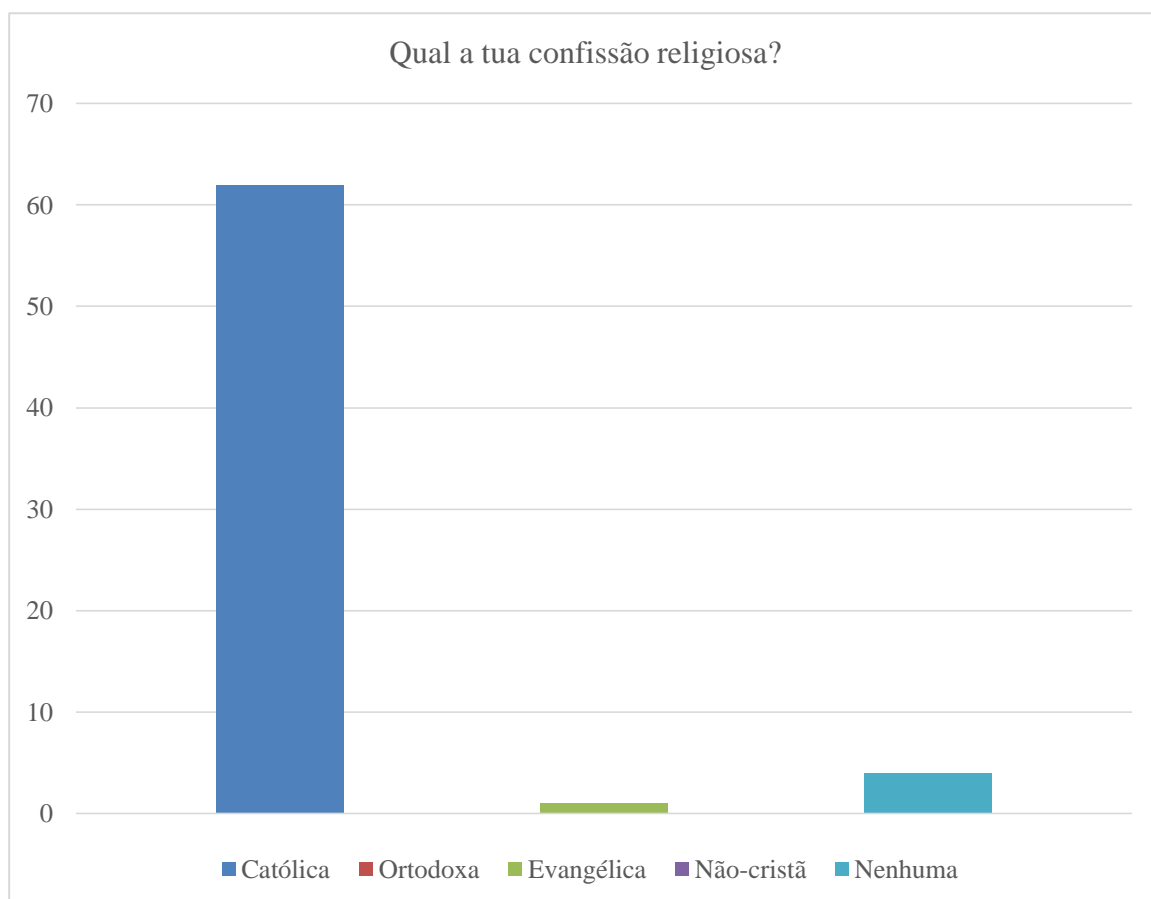


Gráfico 2 - Religião do aluno.

O segundo gráfico indica a religião predominante dos alunos. Neste sentido, a maioria se identifica como católico. São 62 estudantes do total de respondentes, 67 alunos. Assim, dos que frequentam a disciplina de EMRC, 92,53% são católicos, 1,49%, são evangélicos (1 aluno), de alguma Igreja da Reforma Protestante, e 5,97% afirmam não ter religião, 4 alunos. Seis alunos se omitiram.

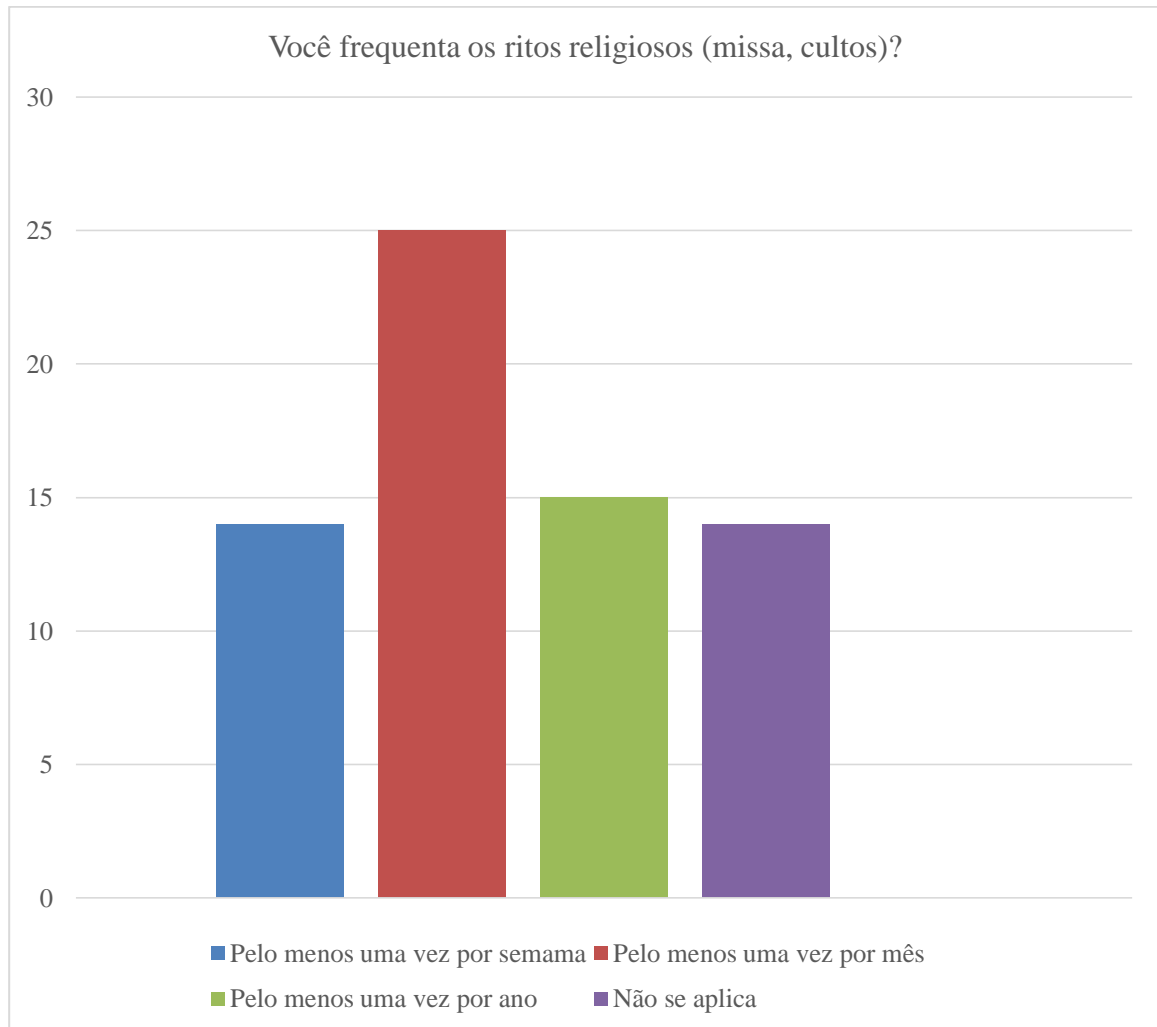


Gráfico 3 – Frequência dos alunos nos ritos religiosos.

O total de respondentes sobre a frequência nos ritos religiosos são 68 alunos. Assim, a percentagem maior, 36,76%, se refere a 25 alunos que vão aos ritos pelo menos uma vez por mês. Os que vão pelo menos uma vez por ano equivalem a 22,05%, 15 alunos do total. Os que vão pelo menos uma vez por semana, 14 alunos (20,58%), se iguala ao mesmo número dos que não participam em nenhuma celebração religiosa. Em resumo, e considerando o gráfico 2, os alunos, apesar de se identificarem como católicos (92,53%), não têm hábito semanal de ir à missa. Por outro lado, o número dos que não participam é elevado, somando um pouco mais dos 20%. Salienta-se, no entanto, que 10 alunos não responderam esta questão.

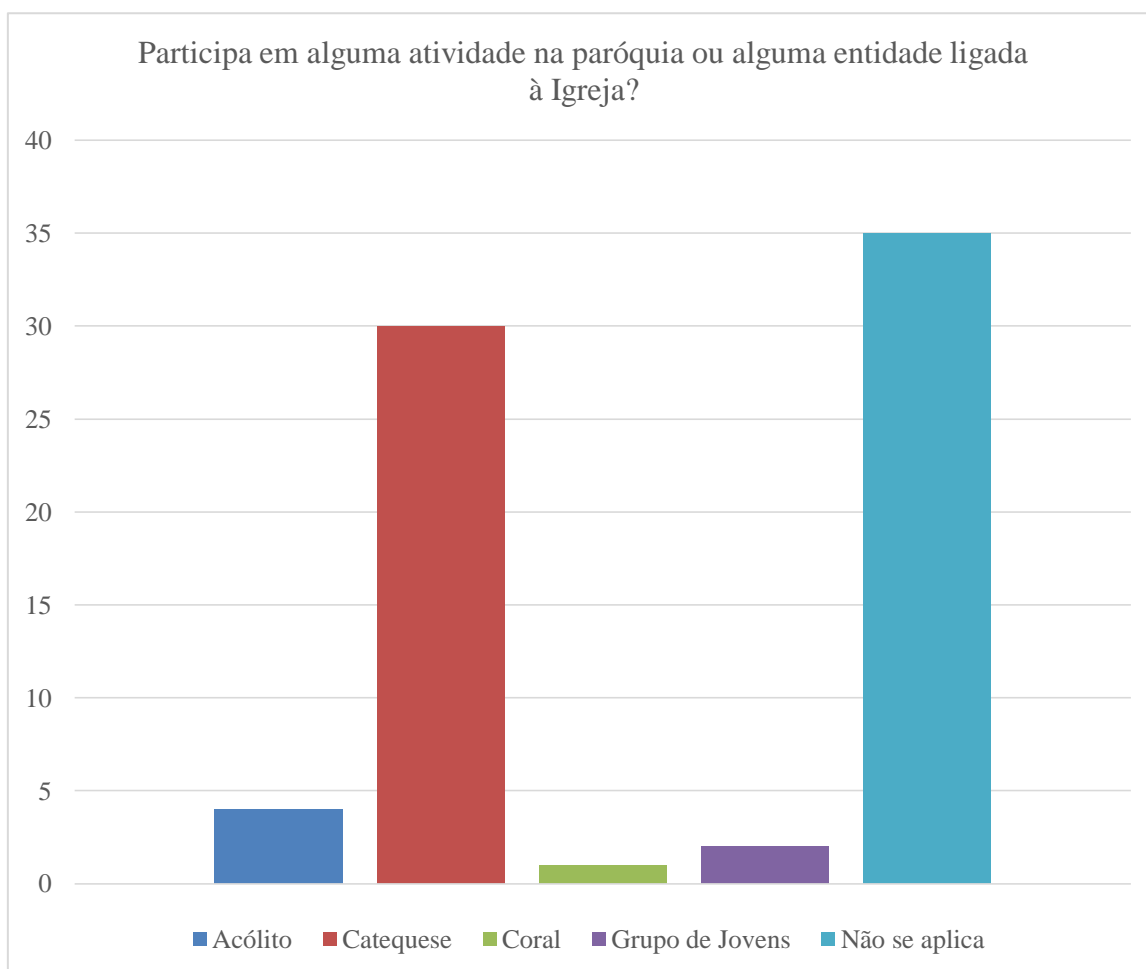


Gráfico 4 – Atividade do aluno ligada à Igreja.

O gráfico 4 representa a resposta de 68 alunos, sendo que 10 se omitiram. Do total, alguns responderam mais que uma alternativa, fazendo oscilar para mais a percentagem final. Em resumo, sobre participação em alguma atividade pastoral, 35 alunos, 51,47%, afirmam não terem engajamento eclesial. Um pouco abaixo da média anterior, 30 alunos, equivalente a 44,11%, afirmam participar da catequese. No serviço de acolitamento, 4 alunos assinalaram a participação, representando apenas 5,88%. Os que participam de grupo de jovens e coral representam apenas 4,41% do total das respostas.

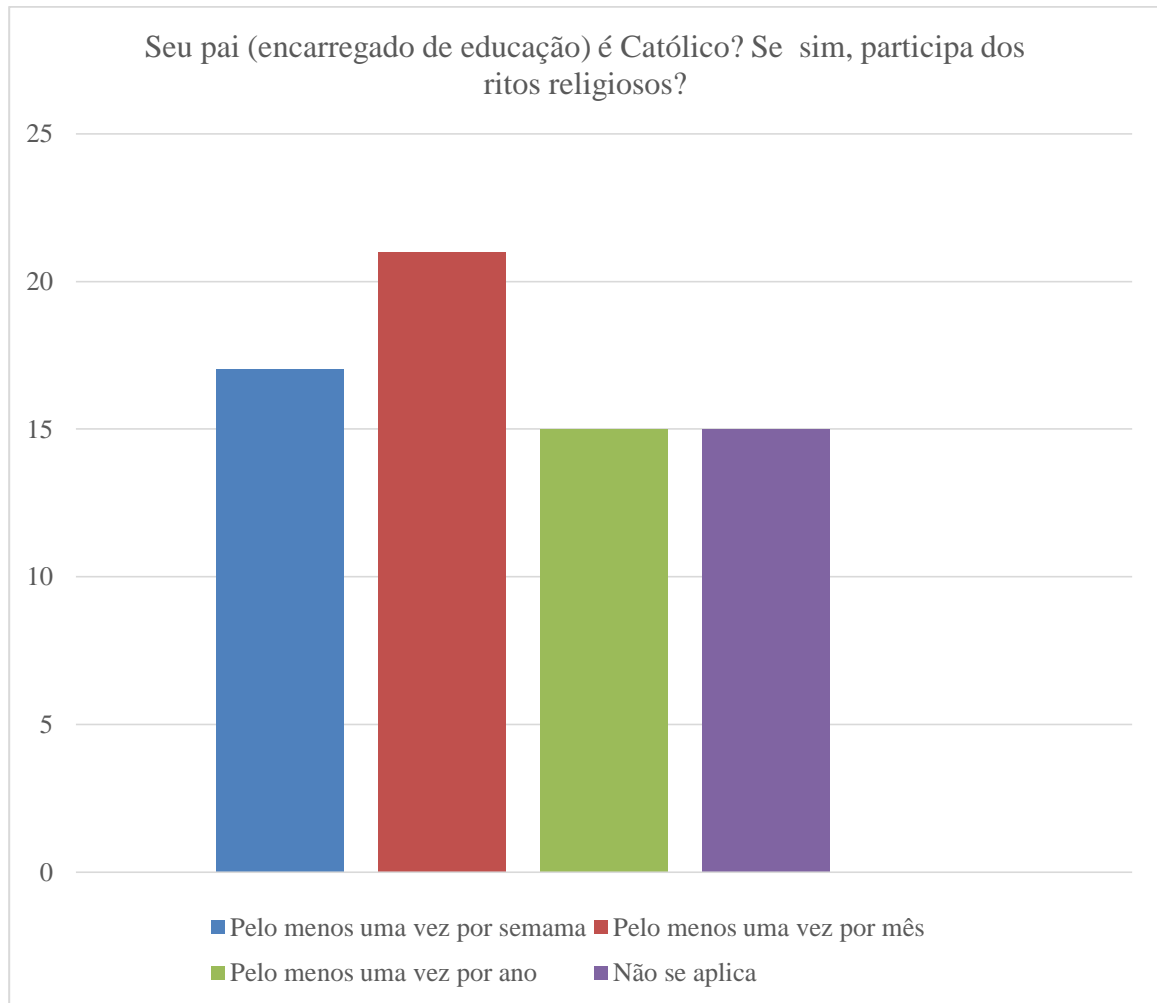


Gráfico 5 - Da religião e participação dos pais nos ritos.

A representação gráfica que temos acima afirma que dos 68 inquiridos, 53 pais são católicos. Dos que são católicos, 21 vão à missa pelo menos uma vez por mês e 17 vão pelo menos uma vez por semana. Os pais que vão à missa pelo menos uma vez por ano, 15 encarregados, 22,05%, correspondem ao mesmo número dos que são identificados como pertencentes às Igrejas da Reforma, dos não cristãos ou que não professam nenhum credo religioso (22,05%). Ou seja, a maioria dos que participam dos ritos religiosos vão apenas uma vez por mês, correspondendo a 30,88%. Os que caracterizam maior grau de religiosidade relacionada à participação nos ritos semanais, somam apenas 25% dos pais.

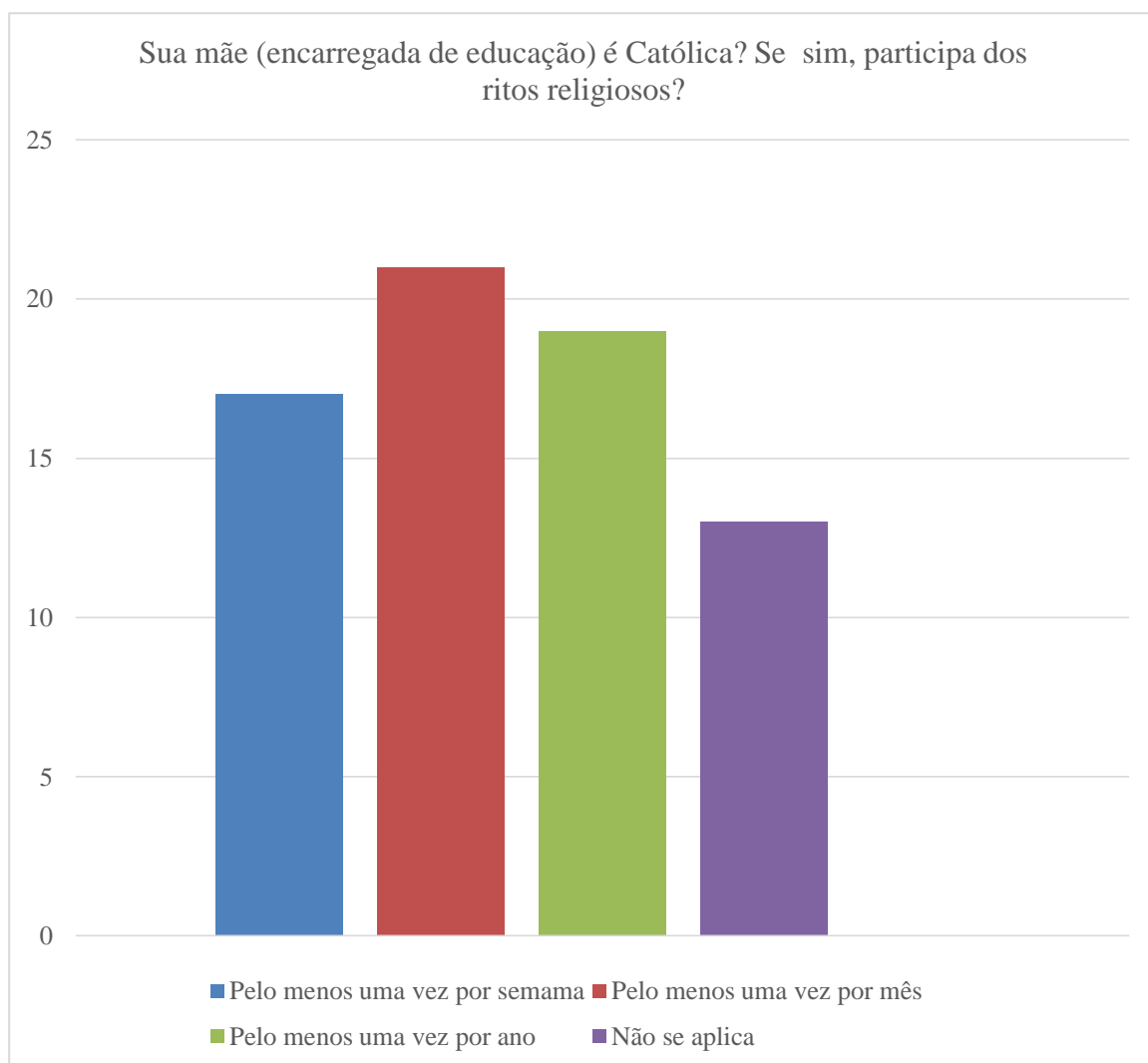


Gráfico 6 - Da religião e participação das mães nos ritos.

Em comparação com o gráfico anterior, a questão referente às mães dos alunos, percebemos duas respostas a mais. Assim, verifica-se que 81,42% das mães dos alunos são católicas, identificadas por 57 mães. Deste total, 30% das mães vão à missa pelo menos uma vez por mês. O grupo mais assíduo nas missas, uma vez por semana, é representado por 17 mães e equivale a 24%. As encarregadas de educação que vão à missa com menos frequência, uma vez por ano, equivale a 27,14%, exatamente 19 mães.

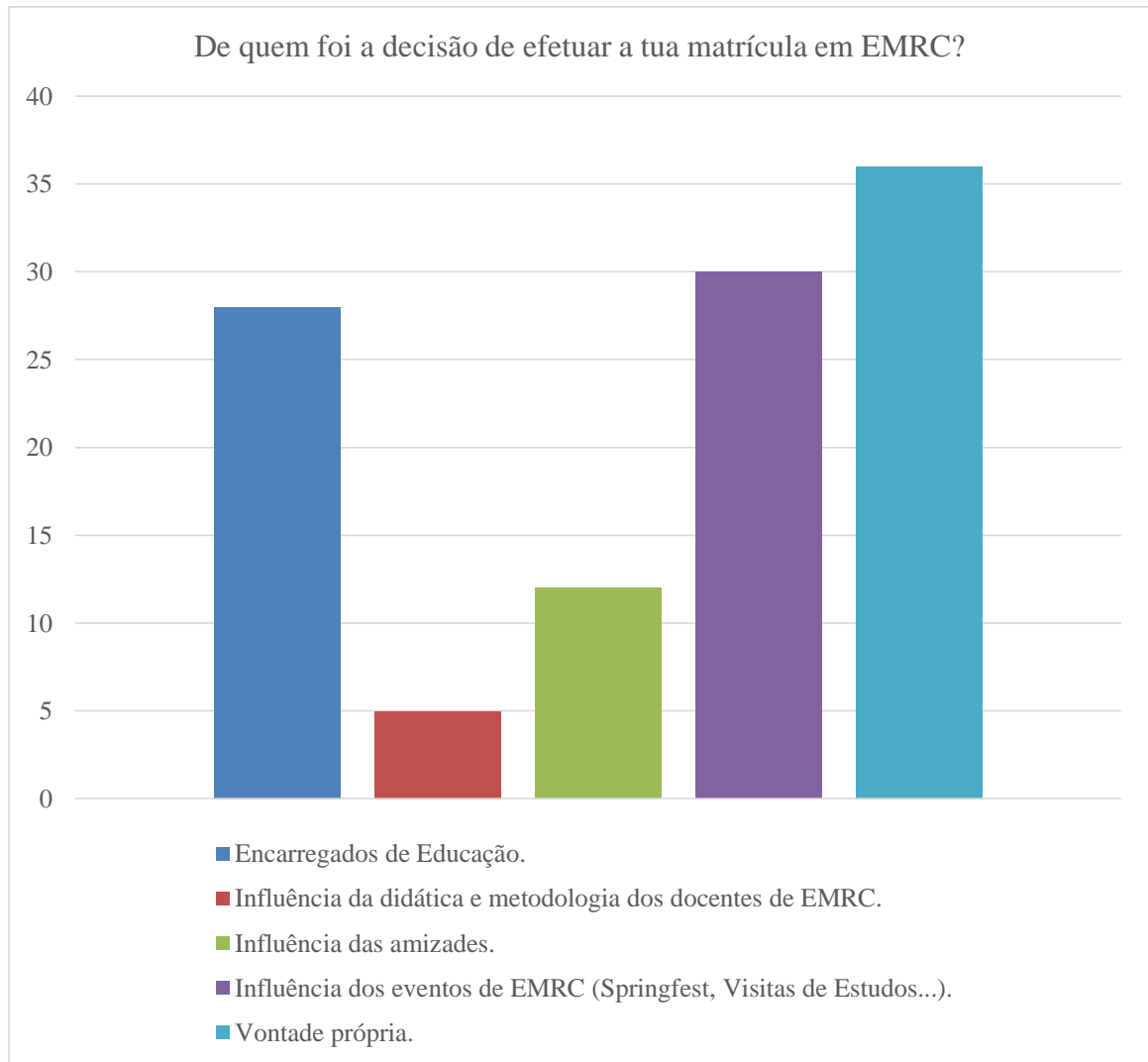


Gráfico 7 - Sobre a liberdade de escolha ao fazer a matrícula em EMRC

Esta questão foi respondida por 65 alunos. Contudo, na soma geral, é evidente que alguns alunos escolheram mais que uma opção. Em todos os casos, é importante salientar que a maioria está inscrita na disciplina de EMRC por vontade própria, 36 respostas. Na sequência, mais de 46%, 30 alunos, assinalaram que a efetuação da inscrição em EMRC esteve condicionada à possibilidade de participarem nos eventos que a disciplina organiza durante o ano letivo. Com um pouco menos de influência, em relação à resposta anterior, os encarregados de educação somam 43% da influência na inscrição dos alunos em EMRC. A influência das amizades ou dos docentes é uma percentagem baixa em comparação aos quesitos anteriores.

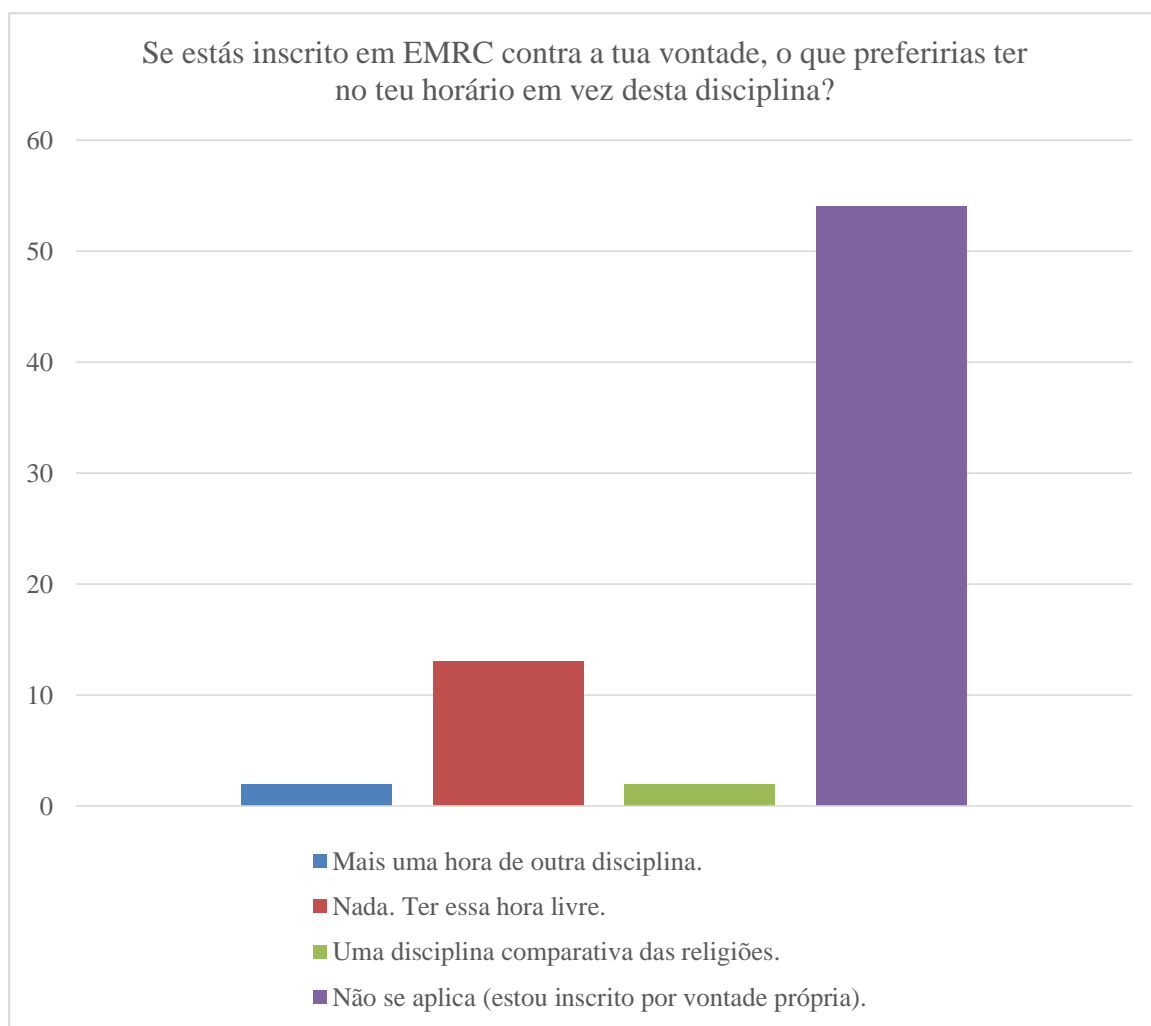


Gráfico 8 - Preferências em substituição a EMRC.

O gráfico 8 apresenta as respostas de 71 inquiridos. Não há dúvidas de que a maioria optaria em continuar inscrito em EMRC em vez de ter outra disciplina ou atividade em substituição do ensino religioso católico. Assim, 76%, que representam 54 alunos, assumiram esta posição em defesa da manutenção da disciplina de EMRC. Caso não houvesse EMRC, 13 alunos (18,30%) prefeririam não ter nada neste horário. Os que prefeririam ter outra disciplina e/ou uma disciplina comparativa das religiões, por exemplo, somam apenas 5,63%.

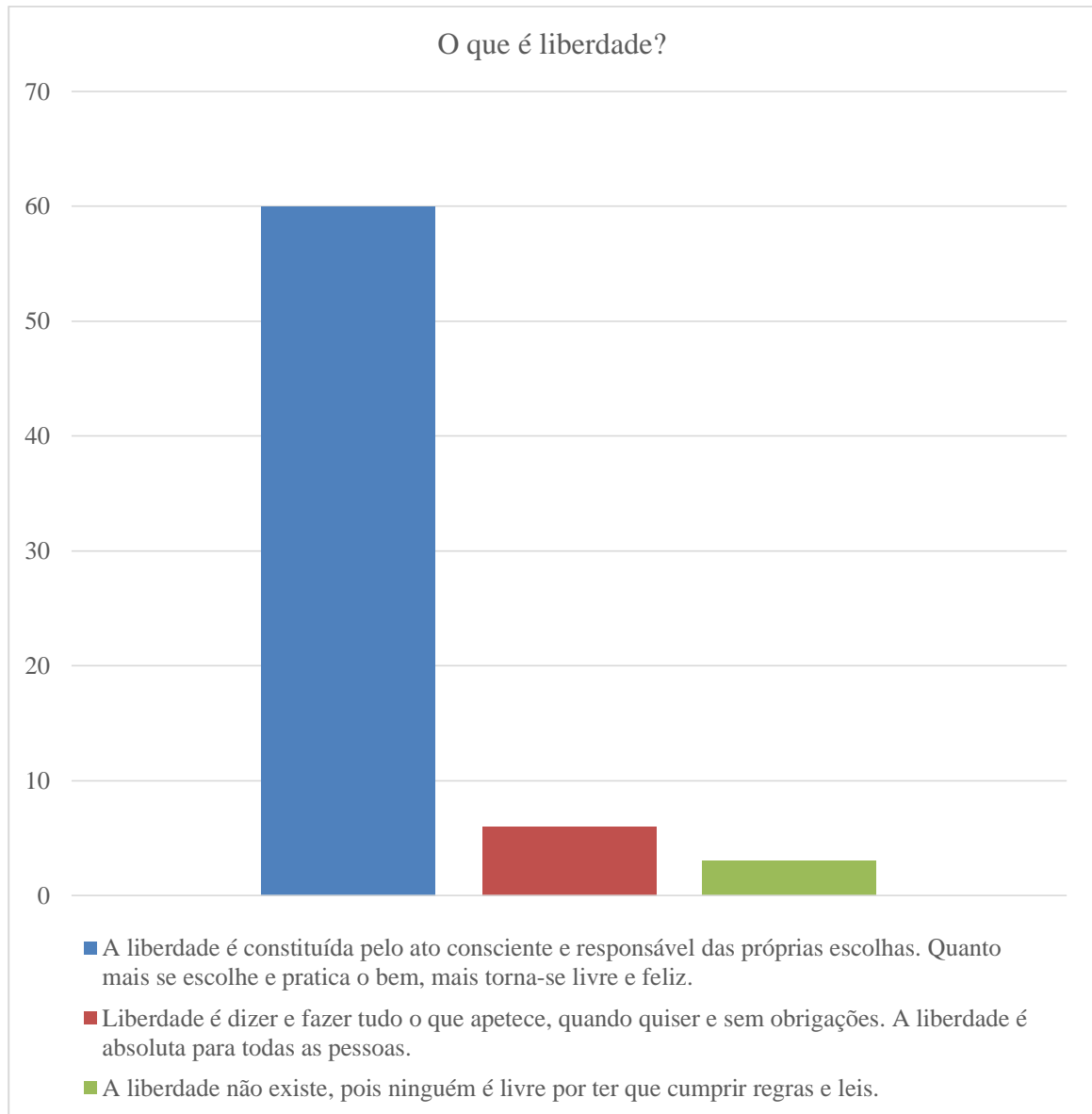


Gráfico 9 - Sobre o conceito de liberdade.

Respondendo sobre o conceito de liberdade, 86,95% dos alunos assinalaram a percepção de liberdade relacionada com a responsabilidade e a prática do bem. Em outras palavras, 60 inquiridos compreendem que a liberdade é uma escolha consciente que implica o assumir as consequências das opções feitas. Do total de respostas, uma minoria de 8,69%, representada por 6 alunos, acreditam que liberdade é absoluta para todas as pessoas e que essas podem fazer o que apetece sem se preocuparem com obrigações. Por fim, o gráfico 9 ilustra um grupo descrente à liberdade. A percentagem de 3,34%, exatamente 3 respondentes, afirmam que a liberdade não existe, já que todas as pessoas estão sujeitas a cumprirem regras e leis.

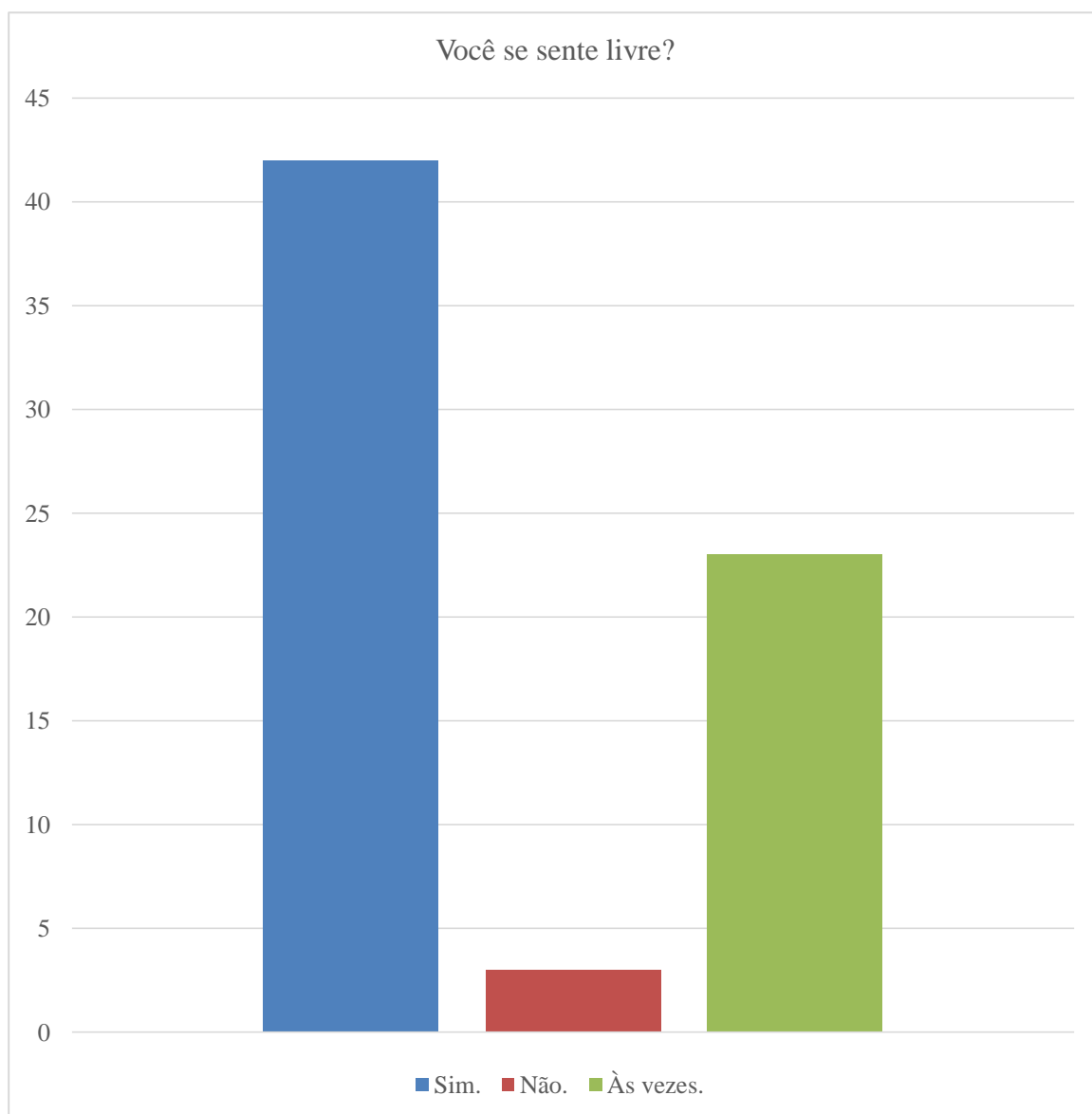


Gráfico 10 - Sentimento de liberdade.

O gráfico acima retrata o que os alunos sentem sobre eles próprios, se acreditam que são livres ou não. Dos 68 respondentes, a maioria se sente livre. A percentagem dos que responderam “sim” equivale a 61,76% dos alunos, 42 elementos. Alguns alunos se sentem livres às vezes. Os que representam este grupo que acredita na oscilação do sentimento de liberdade são 33,88%, 23 alunos. Os que não se sentem livres, 3 alunos (4,41%), talvez representam o mesmo grupo que negou a existência da liberdade no gráfico 9.

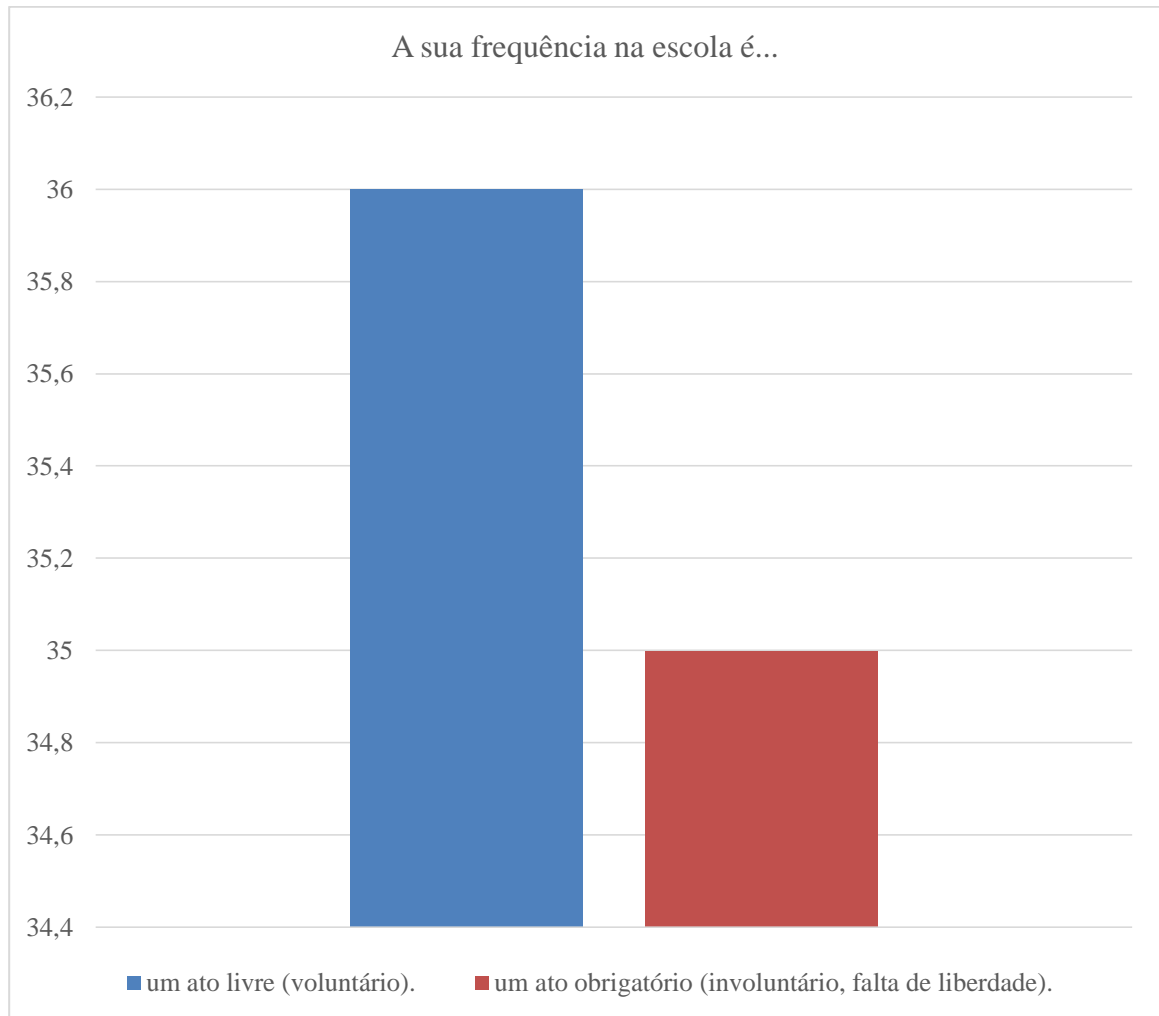


Gráfico 11 - Frequência na Escola: ato livre ou obrigatório?

A última questão abordada no inquérito se refere à escolha por frequentar a escola. Considerando o número dos que responderam, 71 alunos, podemos detetar o leve equilíbrio dos que afirmam ir à escola por obrigação ou não. Em resumo, o gráfico 11 demonstra que 50,70%, 36 alunos, vão escola de maneira livre. Na contramão do primeiro grupo, 35 respondentes, 49,29% dos alunos, afirmam que vão à escola por obrigatoriedade.

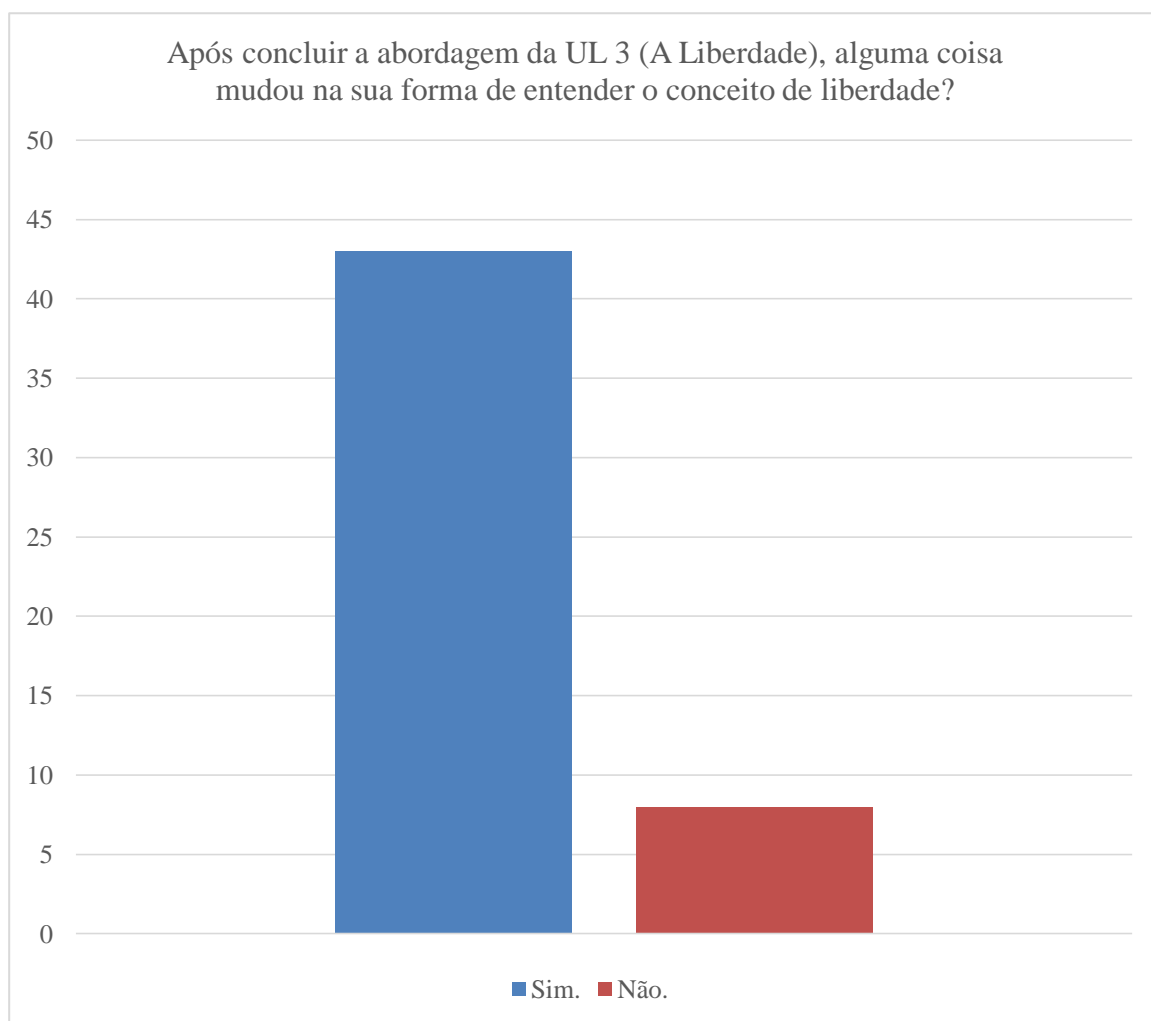


Gráfico 12 - Houve mudança na percepção do conceito liberdade?

Os gráficos que seguem daqui para frente foram aplicados após a conclusão da UL 3, sobre a Liberdade. O gráfico 12 demonstra que a lecionação da UL 3 do oitavo ano foi um contributo para a mudança de percepção sobre o conceito de liberdade. Dos 51 inquiridos, 43 elementos, 84,31%, responderam que a UL 3 trouxe alguma novidade na percepção sobre o tema relacionado à liberdade. Por outro lado, 8 alunos, que representam apenas 15,68%, disseram que não houve nenhuma mudança, que o tema da liberdade não acrescentou novidades no entendimento que tinham antes da participação das aulas sobre liberdade.

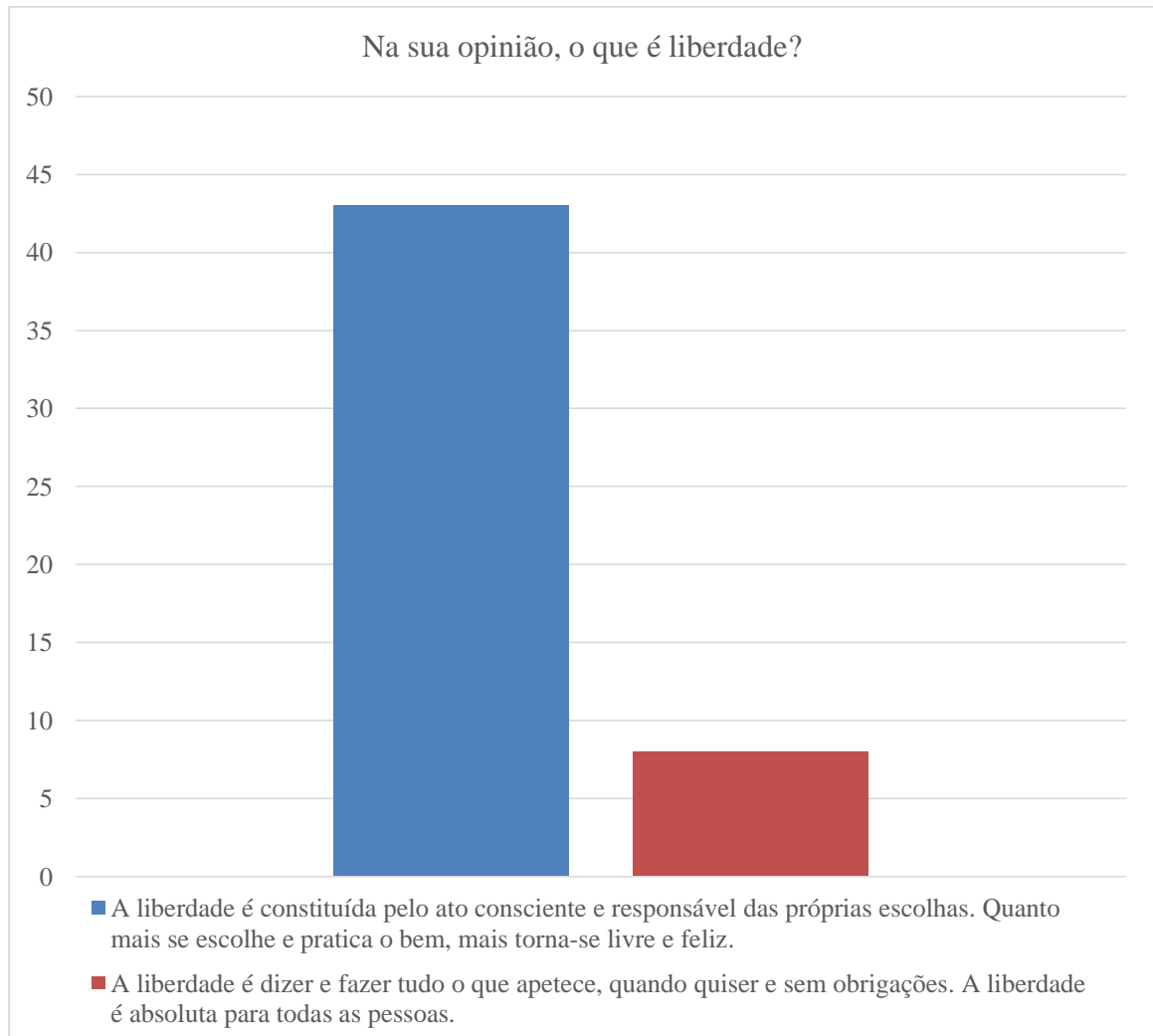


Gráfico 13 - O que é liberdade?

Retomando a mesma questão do primeiro inquérito, o gráfico 13 representa uma grande parcela dos alunos que defendem a liberdade sugerida no manual de EMRC. Com outras palavras, 84,31% dos alunos, 43 respondentes, entendem que a liberdade tem conexão com outras questões fundamentais, a saber: responsabilidade, consciência moral e felicidade. Os que pensam a liberdade numa linha de libertinagem, onde é permitido fazer tudo o que deseja, sem assumir consequências somam 8 alunos, exatamente 15,68%.

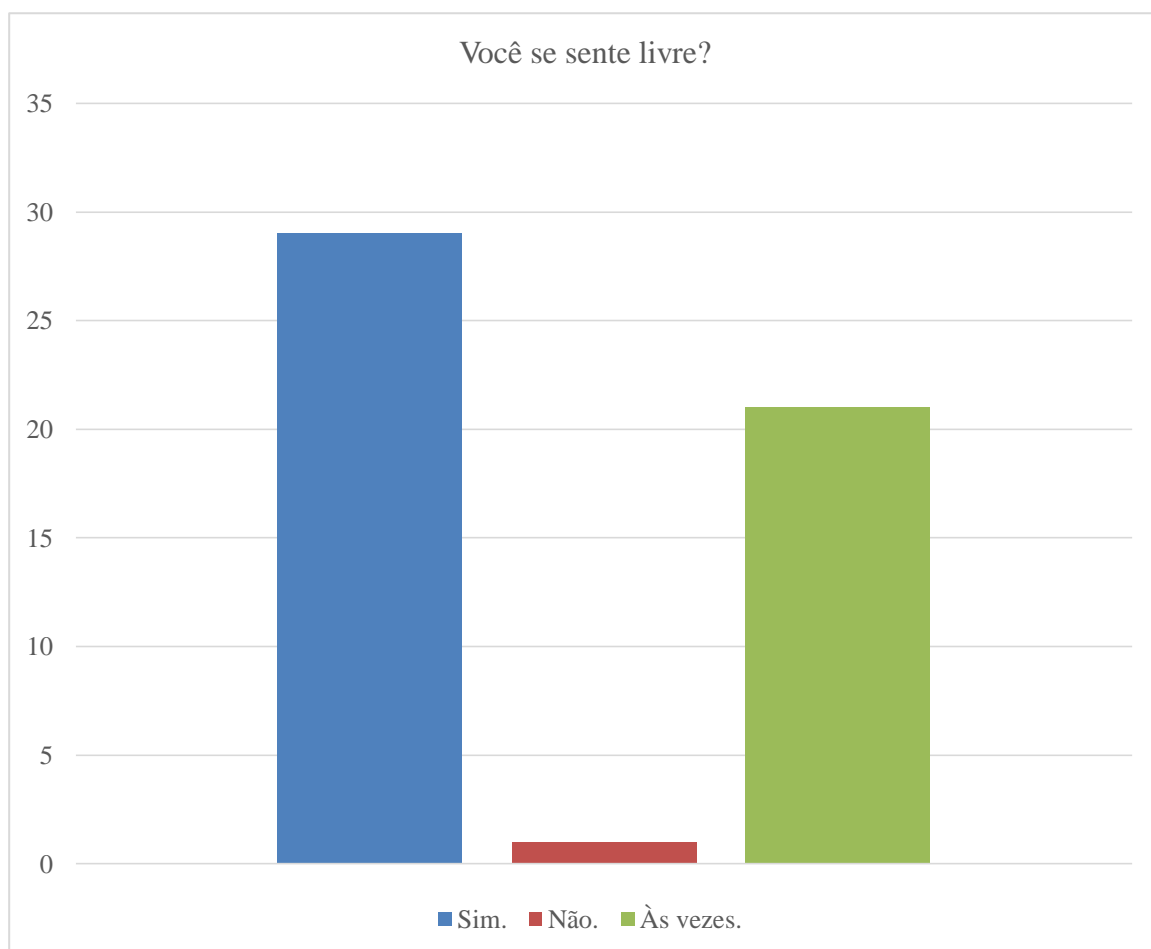


Gráfico 14 - Sou livre?

Ao retornar a esta questão sobre o sentimento de liberdade, o gráfico 14 constatou que 29 alunos, dos 51 inquiridos, se sentem livres. Isto equivale a 56,86% da soma total dos respondentes. Seguindo a ordem da maioria, 21 alunos, representando 41,17%, dizem se sentirem livres apenas algumas vezes. Apenas um aluno assinalou não se sentir livre, representando 1,96%.

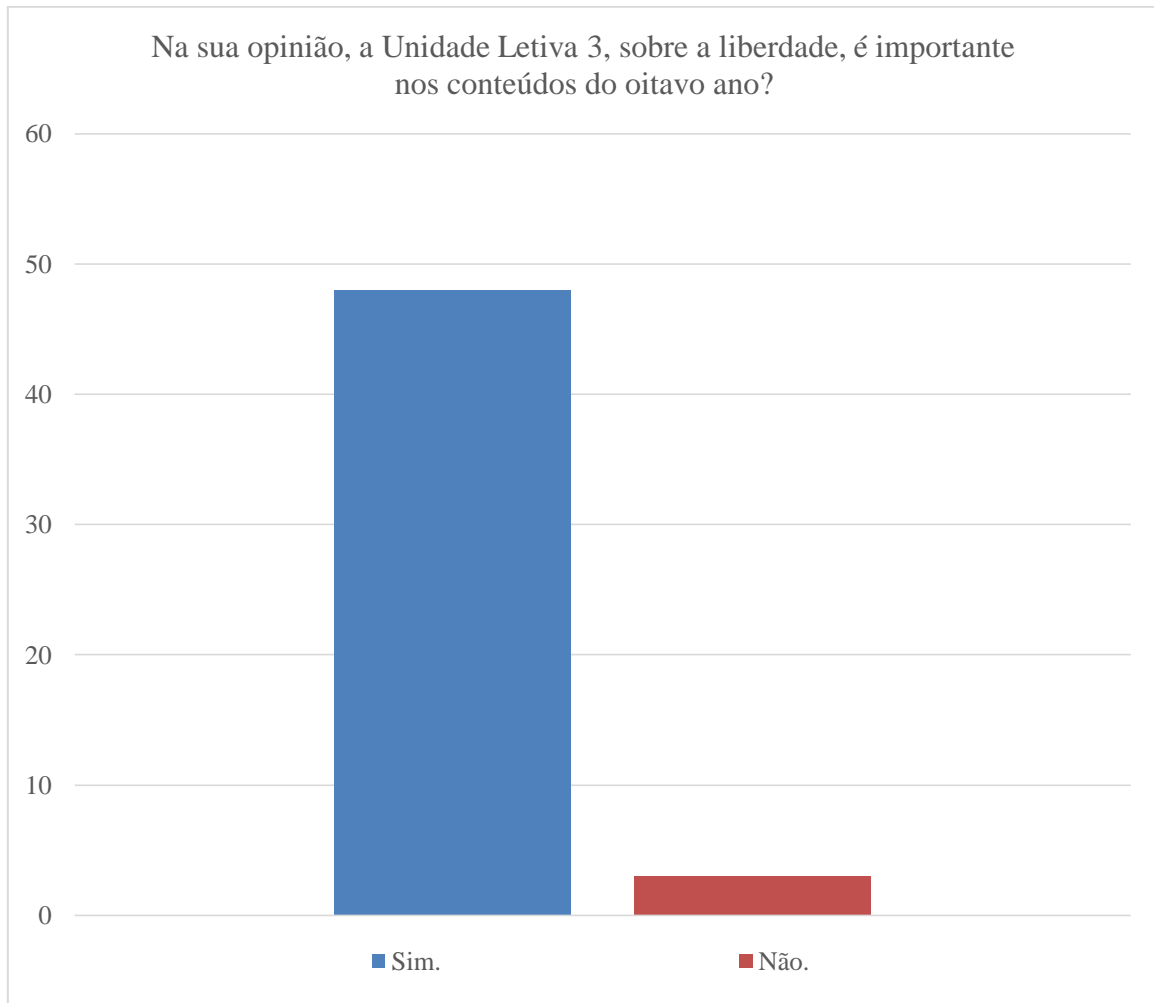


Gráfico 15 - Pertinência do tema liberdade em EMRC.

O último gráfico vem ressaltar a pertinência da UL 3, do oitavo ano, que reflete o tema da liberdade. Para 94,11% dos alunos, esta abordagem é pertinente e sugere que a sua permanência no programa de EMRC. Dos 51 alunos, 48 se manifestaram positivamente à lecionação da UL 3. Apenas 3 alunos foram contrários ao entendimento de que a temática sobre liberdade tenha relevância para o programa de EMRC ao oitavo ano e a percentagem deste grupo se representa em 5,89%.

E com todos estes resultados demonstrados nos quinze gráficos, seguimos agora para a nossa reflexão sobre o desenvolvimento e aplicação dos inquéritos. Não obstante, tentaremos responder algumas daquelas inquietações apresentadas no início deste quarto capítulo.

2.2. *Reflexão (discussão e projeção) sobre a pertinência de EMRC para a vivência da liberdade dos alunos*

Sem recorrer ao simplismo de repostas objetivas, antes de relatar as impressões obtidas dos inquéritos, cabe-nos ressaltar que a EMRC é assumida pela CEP como um direito e um dever da missão da Igreja a serviço de todos. A educação cristã, mesmo em sua complexidade de um trabalho árduo que busca descobrir e orientar as capacidades de cada um dos educandos, se esforça em «transmitir valores morais universais sobre os quais se alicerça uma vida com sentido e com futuro. Neste processo, vai-se desenvolvendo a capacidade de escolha consciente e de decisão livre.»¹⁷⁶

Pensar a liberdade nesta linha de raciocínio é condicionar todo o empenho da EMRC para uma harmonia social que supera os modelos de libertinagens e anarquias que ofuscam os princípios democráticos e de cidadania da sociedade. Com o propósito de formar pessoas,

a educação moral e religiosa [...], longe de prejudicar a liberdade pessoal e a inserção social, propõe aos educandos uma interpretação integral da existência pessoal e do compromisso social e orienta-os na definição de um projeto de vida enriquecido pelos valores humanizantes do Evangelho que dão conteúdo à liberdade e fundamento à dignidade e à responsabilidade pessoais.¹⁷⁷

Por falar de formação integral dos educandos, não podemos omitir a importância da dimensão espiritual que muito contribui para a interpretação sobre o conceito de liberdade. Desta forma, a EMRC, seguindo a reflexão de Camargo (2023), sobre espiritualidade,

é entendida de forma multidimensional, integrando as diversas dimensões do fenômeno educacional (cognitiva, emocional, psicológica, social, cultural e espiritual) em um todo indissociável, indivisível e unitário. Por meio da integração e interação dos diferentes campos do saber (arte, ciência, filosofia e religião) é que se pode esmerar a totalidade da aprendizagem humana e direcionar as ações de cunho integral.¹⁷⁸

Dito isso, a partir dos inquéritos aplicados, diagnosticamos uma juventude que é capaz de distinguir a liberdade da libertinagem, apesar de experimentar a transição da primeira para a

¹⁷⁶ EDUCRIS, «Carta Pastoral sobre a Educação: Direito e Dever – Missão Nobre ao Serviço de Todos, 3», acessado em novembro de 2024, <https://www.educris.com/v3/101-conferencia-episcopal-portuguesa/893-carta-pastoral-sobre-a-educacao-direito-e-dever---missao-nobre-ao-servico-de-todos>.

¹⁷⁷ EDUCRIS, «Carta Pastoral sobre a Educação: Direito e Dever – Missão Nobre ao Serviço de Todos, 5.

¹⁷⁸ Thiago Dutra de Camargo, «Educação Integral e espiritualidade: os benefícios dessa relação para a formação integral do ser humano», *Especialização em Educação Integral na Escola Contemporânea* (Porto Alegre: UFRGS, 2023): 2, <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117566>.

segunda fase da adolescência, entre os 13 e 14 anos (Gráfico 1), período em que passa a ter «atitudes de inconformismo e corre risco de ter comportamentos negativos e agressivos para com os outros.»¹⁷⁹ Os Gráficos 9 e 13 nos dão uma média de 85% dos alunos que identificam a liberdade contrária ao fazer tudo o que apetece. Neste sentido, podemos afirmar que a perceção que os alunos dos oitavos anos têm sobre liberdade está alinhada com os conceitos do manual de EMRC. Contudo, mesmo percebendo a liberdade como o exercício do livre-arbítrio na realização da boa vontade, na prática do bem, os alunos apresentam algumas dificuldades no âmbito da responsabilidade, ofuscando ou distanciando-os da felicidade, do prazer de ser e fazer o que deve ser feito em sala de aula e na sociedade.

Os alunos inquiridos, na sua maioria (61,76%) – Gráfico 10 –, se percebem livres e frequentam a escola como um ato da própria liberdade (50,70%) – Gráfico 11. Afirmam ainda que estão inscritos na disciplina de EMRC por vontade própria. Em percentagem aproximada, a liberdade de escolha por EMRC está condicionada à influência dos pais e dos eventos que o ensino religioso organiza durante o período letivo (Gráfico 7). Os encarregados da educação, neste sentido, assumem grande importância e protagonismo na inscrição dos alunos em EMRC. Embora não sejam tão assíduos nos ritos, os pais parecem ter alguma preocupação de que os filhos possam ter este complemento espiritual e moral em sua formação escolar.

O grande desafio é fazer com que os alunos consigam superar o sentimento oscilante de liberdade (Gráfico 10). Talvez seja esta percentagem (33,88%), juntamente com os que não acreditam ser livres (4,41%), que leva os alunos à dificuldade de perceção de que a escola e as disciplinas curriculares são um bem que deve ser assumido com responsabilidade. Ir à aula de EMRC, sob o efeito de uma liberdade condicionada por interesses pessoais e secundários, moldados pela ideia de fazer apenas o que deseja, desconsiderando as normas da sala de aula, podem criar prejuízo no saber estar e no desenvolvimento do aluno durante a leção. A indisposição, vinculada à obrigatoriedade, pode gerar estresse nos relacionamentos e cooperação que devem caracterizar o ensino-aprendizagem.

Abordar o tema da liberdade no contexto de sala de aula é dar a oportunidade aos alunos de poderem descobrir alternativas eficazes para superarem o peso da “obrigatoriedade” da escola. Enquanto disciplina de moral religiosa, a EMRC pode descentralizar o foco na obrigação para assumir a verdadeira libertação que provém do ato responsável de escolher o bem para si e para os outros. Perceber que as escolhas que me fazem melhor e que dar à sociedade um grande

¹⁷⁹ SNEC, *Queremos saber! Manual do Aluno – EMRC: 7º ano do Ensino Básico* (Lisboa: FSNEC, 2021), 89.

contributo de paz pode levar os discentes à percepção de que eles também são protagonistas da construção de um mundo melhor. Esta tomada de consciência do aluno é, sem dúvidas, a chave para a sua transformação pessoal no seu processo de ensino aprendizagem, que desperta experiências concretas que vão além do modelo de memorização ou adestramento de conteúdos. Ou seja, «uma experiência que não seja realizada pela própria pessoa, com plena liberdade de iniciativa, deixa de ser, por definição, uma experiência, transformando-se em simples adestramento, destituído de valor formador por falta de compreensão suficiente dos pormenores das etapas sucessivas.»¹⁸⁰

A liberdade, no contexto escolar e sob o prisma do ensino moral e religioso católico, deve ser pensada e vivida com o propósito de equilibrar a pessoa humana em todas as suas dimensões,¹⁸¹ desenvolvendo a sua formação integral e gerando o indivíduo completo e autônomo frente ao mundo que apela a responsabilidade com o bem e a felicidade de todos. A dimensão espiritual, contributo que caracteriza também a proposta pedagógica da EMRC, ajuda os alunos a transcenderem a ideia de liberdade, levando-os para o autoconhecimento e o encontro do sentido de vida, tão necessário para a vivência madura e responsável que dignifica e enobrece toda a criação. Liberdade não pode ser uma pólvora para as guerras, mas para acender a paz universal que brota da boa vontade e da prática do bem que se harmoniza com os valores do amor, do respeito e da solidariedade.

Recordando a ideia de liberdade pensada por santo Agostinho, utilizamos as palavras da Igreja Católica Portuguesa que afirmar o seguinte:

‘É só na liberdade que o homem se pode converter ao bem [...]. A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina no homem’. A dignidade humana exige que o exercício da liberdade seja fruto de uma construção interior, moldada pela superação das inclinações negativas e pelo enriquecimento das capacidades próprias, com verdadeira autonomia, e não sob coação externa [...]. A educação tem a tarefa nobre de motivar para a construção da responsabilidade, em prática progressiva da liberdade, guiada por valores que se tornam convicções, resultando em reconhecimento e gosto de si próprio, em reconhecimento dos outros e em vontade de articulação social alegre e empenhada. A educação para a liberdade inclui o gradual exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana e o cumprimento dos respetivos deveres. Inclui ainda o respeito dos direitos dos outros e a consciência da solidariedade, fruto de uma inteligência esclarecida, de uma vontade ativa e de uma afetividade equilibrada.¹⁸²

¹⁸⁰ Jean Piaget, *Para onde vai a educação?*, trad. Ivete Braga (Rio de Janeiro: José Olympio, 2002) 17, citado em Camargo, «Educação Integral e espiritualidade: os benefícios dessa relação para a formação integral do ser humano», 14.

¹⁸¹ Cf. EDUCRIS, «Carta Pastoral sobre a Educação: Direito e Dever – Missão Nobre ao Serviço de Todos, 9.

¹⁸² EDUCRIS, «Carta Pastoral sobre a Educação: Direito e Dever – Missão Nobre ao Serviço de Todos, 10.

Refletir a liberdade no contexto educacional implica pensar o aluno no seu desenvolvimento de maturação e consciência sobre o bem. É talvez e somente por esta via que o aluno pode desenvolver sua capacidade de decisão pelo bem, dominando suas más inclinações e avaliando as ruturas que devem acontecer para se impor a ética e a responsabilidade que verdadeiramente move o ser humano para a autonomia da felicidade.

Ao olhar para a disciplina de EMRC e percebendo seu verdadeiro propósito, entendemos que o cumprimento de seu objetivo se fundamenta na busca por «formar personalidades juvenis ricas de interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar bem a liberdade pessoal.»¹⁸³ Não existe, para tal, um modelo pedagógico milagroso, senão o apelo para uma educação original que não se corrompe com ideologias falsas de que os alunos são sempre os culpados por não termos os resultados esperados em sala de aula. Não basta o docente ter os conhecimentos pertinentes à lecionação dos conteúdos de EMRC. Não é apenas um transmitir informações, como se os alunos fossem cofres ou, para lembrar a obra de Paulo Freire,¹⁸⁴ uma agência bancária que apenas recebe as riquezas (conhecimentos) que lhes são depositadas.

A sugestão que podemos propor, como projeção para a abordagem sobre liberdade, a partir da EMRC, é o modelo de educação que se constrói a partir da curiosidade, onde os alunos são despertados em seus interesses, sendo eles próprios, com os docentes, construtores de saberes que satisfazem ou que respondem suas inquietações. «É um estilo pedagógico semelhante ao de Jesus, que pode ser atribuído a “uma de suas formas mais recorrentes de ensino, as parábolas”. Um meio “simples e acessível a todos” – “e todos entendem... todos”.»¹⁸⁵

Como parte da missão e presença da Igreja no Ensino Público, a EMRC não pode se vincular aos modelos ideológicos e uniformes, que muitas vezes servem interesses políticos e económicos, que seguem princípios que afetam o amadurecimento e a dignidade humana e a busca pela verdade¹⁸⁶. Neste sentido, para a EMRC, a sala de aula deve ser um laboratório para

¹⁸³ EDUCRIS, «Nota Pastoral: a EMRC na Escola Pública: um contributo para a Civilização e para a Cultura (2001)», acedido em novembro de 2024, <https://www.educris.com/v3/102-comissao-episcopal/901-nota-pastoral-a-emrc-na-escola-publica-um-contributo-para-a-civilizacao-e-para-a-cultura---2001>.

¹⁸⁴ Cf. Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido* (Rio de Janeiro¹⁷: Paz e Terra, 1996).

¹⁸⁵ Papa Francisco, citato em Vatican News, «Papa: as ideologias são inimigas da educação. Aprendamos com a curiosidade das crianças», acedido em novembro de 2024, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-11/papa-simposio-universitate-service-learning-pacto-educativo.html>.

¹⁸⁶ Cf. Papa Francisco, citato em Vatican News, «Papa: as ideologias são inimigas da educação. Aprendamos com a curiosidade das crianças».

a vivência da liberdade, onde os alunos sejam despertados e provocados para o compromisso com as gerações.

A disciplina de moral e religião católica deve renovar e despertar a paixão por uma educação aberta e inclusiva, paciente, com diálogo construtivo e mútua compreensão. Parafraseando o Papa Francisco,¹⁸⁷ a escola deve ser uma extensão do lar familiar que tem suas regras, direitos e deveres, a participação de todos. Em outras palavras, a educação e a liberdade se constroem com o apoio e ajuda de todos, onde o desenvolvimento de uma criança depende de toda a casa, toda a aldeia, toda a comunidade educativa. A primeira responsabilidade começa no lar familiar e se estende com o apoio das outras comunidades educativas.¹⁸⁸ A atividade educacional, portanto, «vai além das “salas de aula” ou das bibliotecas. “Continua na vida, continua nos encontros e nos caminhos que percorremos todos os dias. Escutar o outro, refletir sobre o diálogo: este é o caminho para a educação”.»¹⁸⁹

Em análise e em resposta à última questão do segundo inquérito, verificamos que os alunos acreditam que o tema da liberdade é pertinente na disciplina de EMRC. Foram 94% dos alunos (Gráfico 15) que expressaram interesse em manter esta reflexão no programa de EMRC. Esta opção talvez esteja relacionada com os resultados do Gráfico 12, onde a maioria dos inquiridos revelaram que a lecionação sobre o tema liberdade mudou alguma coisa na vida deles, seja na forma de pensar o conceito ou mesmo de vivê-lo.

Desta forma, como sugestão, acredito que a UL 3 poderia ser o primeiro tema a ser abordado no oitavo ano. A UL 1, que propõe a reflexão do amor, poderia aparecer na sequência da lecionação da liberdade, tendo em vista que um dos conceitos do amor, e talvez o mais pertinente, está relacionado com a escolha pessoal de viver «o amor como decisão de acolher e fazer feliz o outro, sendo nós mesmos felizes nesse dinamismo e decisão.»¹⁹⁰ E não só isso! A UL 4, do sétimo ano, cuja temática é «A Paz Universal», pode ser retomada, como introdução, no oitavo ano, enfatizando que a construção da paz é fruto da liberdade, do bom uso do livre-arbítrio, da boa vontade, que se manifesta na escolha e na vivência do bem. A paz é fruto da liberdade que, na visão cristã, é sinónimo do Amor-Jesus que é compreendido como dedicação e cuidado do outro e que promove alegria.

¹⁸⁷ Cf. Vatican News, «Papa: as ideologias são inimigas da educação. Aprendamos com a curiosidade das crianças».

¹⁸⁸ Cf. EDUCRIS, «Carta Pastoral sobre a Educação: Direito e Dever – Missão Nobre ao Serviço de Todos, 16.

¹⁸⁹ Vatican News, «Papa: as ideologias são inimigas da educação. Aprendamos com a curiosidade das crianças».

¹⁹⁰ SNEC, *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*, 11.

Além de despertar os alunos para uma participação ativa, comprometida e responsável, o tema da liberdade pode ser uma boa introdução para pensar o conceito do amor, a vivência das manifestações do amor e sobretudo a paternidade e a maternidade responsável que deve ter relação direta com a escolha do bem coletivo. O tema do Cristianismo se tornaria a UL 3. O tema dos seus contributos do cristianismo para cultura ocidental, bem como o processo de aproximação, de diálogo ecumênico e inter-religioso pode ser bem ilustrado a partir da liberdade e da vivência do Amor. O afastamento e a ausência do Amor são a carência da liberdade e, portanto, um itinerário para a infelicidade.

A bordagem do tema liberdade é, com certeza, muito pertinente nos conteúdos de EMRC. Pensar a liberdade no contexto escolar, nas aulas de ensino religioso, é fundamental para que o Ensino Cristão dê seu contributo às escolas portuguesas. Refletir a liberdade como um exercício da consciência que nos move para a responsabilidade do bem comum é dar os educandos a oportunidade para que se sintam parte, pertença e protagonistas da construção de um mundo melhor, começando da sala de aula atingindo os lares familiares e toda a rede social de relacionamentos. Com uma pedagógica, muitas vezes, enriquecidas com recursos dinâmicos e interatividades, a EMRC prioriza a relação de proximidade que desperta a curiosidade e o interesse dos alunos para a construção do conhecimento com sentido.

A EMRC, entende que «a relação pedagógica é o desafio fundamental na educação. O único suporte didático consistente é o amor, sobretudo, na educação integral que inclui a educação religiosa. Este é o itinerário que respeita e privilegia o educando como protagonista principal em todo o processo educativo.»¹⁹¹

Portanto, a construção do conhecimento, lapidado por uma ética e moral religiosa responsável, deve considerar a liberdade, enquanto escolha do bem, como uma proposta pedagógica para uma participação livre e crítica dos educandos. Nas palavras de Paulo Freire, a visão da liberdade, neste aspeto, «é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos.»¹⁹² Em suma, seja na escolha por frequentar a disciplina ou na forma de participar nas aulas de EMRC, os alunos devem encontrar no ensino religioso uma proposta de liberdade que deve libertá-los da opressão e dominação do tédio, da acomodação e de tudo o que sacrifica

¹⁹¹ EDUCRIS, «Carta Pastoral sobre a Educação: Direito e Dever – Missão Nobre ao Serviço de Todos, 14.

¹⁹² Paulo Freire, *Educação como prática da Liberdade* (Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Ltda / Distribuição pela Editora Civilização Brasileira S.A. 1967), 4.

a capacidade criativa de amar e de ser feliz.¹⁹³ Aliás, é falso acreditar que a felicidade está na liberdade de ter e fazer tudo o que quer e com menos sacrifício. Querer o que não convém, o que não é bom para si e para os outros, isso sim é a maior infelicidade e falta de liberdade.¹⁹⁴

CONCLUSÃO

A complexidade do conceito liberdade é evidente a qualquer estudo científico. Elucidar o que significa a liberdade é um grande desafio, sobretudo quando temos a pretensão de entendê-la na prática e em contexto educacional, onde a frequência é obrigatória. Neste cenário é inevitável não se questionar sobre como motivar os alunos que estão na escola sob a pressão da obrigação. Este relatório final, sem dúvidas, se empenhou em algo que toca diretamente o ensino-aprendizagem e a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), que é de oferta obrigatória, mas de escolha facultativa nas escolas portuguesas. O itinerário de liberdade percorrido nas páginas anteriores demonstra a tentativa de diálogo entre os vários saberes que tentam sintetizar a ideia de liberdade como prática do bem e da responsabilidade pessoal que promove a fraternidade e a dignidade de todas as pessoas.

Com o anseio de levar os alunos à superação das inquietações existenciais presentes nas suas vidas, a liberdade abordada neste trabalho é fruto do diálogo e interação entre várias correntes de saberes. A interdisciplinaridade, no âmbito da educação, é verdadeiramente uma «engenharia» que deve construir pontes rumo à paz e a solidariedade que dignifica o zelo amoroso que devemos ter uns para com os outros. A sala de aula, compreendida na presença do aluno, do professor, do caderno e da caneta, articulada com a liberdade, na prática responsável do bem, é um laboratório de humanização e felicidade que transforma e melhora o mundo para todos.

Seguindo a estrutura desse relatório podemos perceber que a abordagem do tema liberdade evidentemente não cabe num acúmulo de apenas seis ou dez aulas. Há muito a que refletir e nada disso penetra a mente e o coração dos alunos senão através de uma boa hermenêutica combinada com empatia e relação pedagógica. A convicção desta afirmação é consequente da percepção de que a disciplina de EMRC lida cada vez mais com jovens que pouco se identificam com espiritualidade e com a instituição religiosa (Igreja). O cenário fica mais desafiador pelo

¹⁹³ Cf. Freire, *Educação como prática da Liberdade*, 42.

¹⁹⁴ Cf. Mário A. Santiago Carvalho. «Diálogo sobre a Felicidade», em Coleção Grandes Pensadores. *Santo Agostinho – vida, pensamento e obra* (Lisboa: Jornal O Público, 2008), 340.

que relatamos acima, quando o aluno está ou se sente obrigado a frequentar o ensino religioso. Eis aqui a problemática a que tentamos responder, a saber: a percepção que os alunos têm sobre liberdade e se esse conceito está alinhado com aquele que é apresentado no manual da disciplina de EMRC.

Nossa crença inicial é de que a sala de aula pode ser um ambiente mais leve, com mais humor e menos estresse, quando a liberdade for entendida como o uso responsável da boa vontade que promove a felicidade a quem oferece e a quem recebe o bem. Conceber a liberdade nessa lógica pode ser um passo para a superação da indisposição e comportamentos indevidos dos alunos como a falta de pontualidade, a distração, conversas paralelas e muitos outros hábitos que podem decorrer da obrigatoriedade de estar em sala de aula.

Diante da reflexão e posicionamento que apresentamos acima, concluímos, a partir dos inquéritos, que os alunos do oitavo ano percebem a liberdade como um ato, mais do que uma ideia, e que implica consequências. Esta liberdade, por assim dizer, tem a ver com a consciência moral e responsável que se alinha com a prática do bem. Liberdade é, por assim dizer, uma construção alicerçada na boa vontade humana. Quanto mais se realiza o bem, mais livre se torna a pessoa. Não obstante, este conceito tem plena conexão com o que é apresentado no programa de EMRC, previsto no manual do oitavo ano. A liberdade, neste modelo de entendimento, tem muito a contribuir para a dignidade e a felicidade humana.

Embora os alunos tenham consciência da liberdade como a escolha do bem, o que implica a escolha pela educação, os inquéritos revelaram que os encarregados de educação desempenham forte influência na frequência dos alunos na disciplina de EMRC. De igual modo, mesmo a maioria dos alunos acenando que foram livres na escolha pela disciplina, não fica dúvidas de que algumas atividades realizadas pela EMRC condicionam a escolha dos alunos pelo ensino religioso. Tudo isso pode demonstrar que o propósito da EMRC em prover o desenvolvimento integral do aluno tem grande apoio e envolvimento familiar.

A proposta bíblica, identificada no evento da Páscoa, muito serve para ilustrar a perspetiva libertadora que brota da bondade humana que fixa o olhar no bem comum. Quem é livre tem a responsabilidade de lutar pela libertação dos que são oprimidos e escravizados pelas más condutas humanas. Este pensar, de alguma forma, pode despertar o coração dos alunos para uma espiritualidade aberta para a interioridade e o autoconhecimento, tão necessários para o desenvolvimento integral da pessoa.

Como desafio, considerando a pertinência da abordagem sobre liberdade em EMRC, fica a proposta de levar os alunos à percepção da escola como um lugar de crescimento, uma escolha certa pelo bem de si próprio e da sociedade. A escola deve ser assumida como liberdade e oportunidade para torna-se protagonista na construção de uma sociedade mais justa e solidária para o bem-estar coletivo. Eis o motivo pelo qual acreditamos que a UL 3, sobre “A Liberdade”, poderia abrir o ano letivo dos oitavos anos, de modo a maximizar o grande impacto da disciplina de EMRC para o estímulo da vivência da liberdade e da responsabilidade que promove o próprio desenvolvimento dos alunos, melhorando seus comportamentos e participação dentro e fora da sala de aula.

Por fim, a abordagem sobre a liberdade e a autonomia dos alunos na disciplina de EMRC enfatiza a pertinência do ensino religioso no contexto educacional português. Primeiramente porquê a liberdade, alinhada na perspectiva do amor, são valores universais e fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social da humanidade. Em segundo lugar, porquê faz parte da EMRC a proposta de levar os alunos a compreender e viver aquilo que é aprendido como ético e moral. O ensino religioso em Portugal é um valioso contributo para os que sonham uma educação libertadora que não compactua com o mau, com os modelos corruptos que viciam as pessoas ao erro e ao comodismo que normaliza as desigualdades que ferem e matam a dignidade da vida e de toda criação. Em outras palavras, o desafio e apelo que deixamos a todas as pessoas de bem que farão eco dessa pesquisa: que assumamos a liberdade como docentes, alunos, encarregados de educação e cidadãos para criarmos uma rede do bem que se alegra com a responsabilidade criativa do amor que protagoniza a construção do novo homem, da nova sociedade e da nova Terra, mais humana e vital.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes e Documentos

- Agostinho. *O livre-arbítrio*. Traduzido por Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.
- Bento XVI. «Carta Encíclica *Deus caritas est* sobre o amor cristão». Acedido em setembro de 2024. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html.
- Bíblia Sagrada. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 5ª ed., 2006.
- Catecismo da Igreja Católica. *Edição Revisada de acordo com o texto oficial em Latim*. São Paulo: Editora Loyola, 2000.
- Coleção Grandes Pensadores. *Santo Agostinho – vida, pensamento e obra*. Lisboa: Jornal O Público, 2008.
- Conferência Episcopal Portuguesa. «A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade». Acedido em abril de 2024. <https://www.educris.com/v3/101-conferencia-episcopal-portuguesa/891-a-educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade>.
- Congregação para a Educação Católica. «A identidade da escola católica para uma cultura do diálogo (Vaticano, 2022)». Acedido em outubro de 2024. https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20220125_istruzione-identita-scuola-cattolica_po.html.
- Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização. *Diretório para a Catequese*. Brasília: Edições CNBB, 2020.
- Francisco. «A verdadeira liberdade (13/04/2018)». Acedido em setembro de 2024. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2018/documents/papa-francesco-cotidie_20180413_verdadeira-liberdade.html.
- _____. «Carta do Papa Francisco com a qual se concede a indulgência por ocasião do Jubileu Extraordinário da Misericórdia». Acedido em abril de 2024. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco_20150901_lettera-indulgenza-giubileo-misericordia.html.
- _____. «Carta Encíclica *Fratelli Tutti* sobre a Fraternidade e a Amizade Social». Acedido em setembro de 2024.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html#_ftnref2.

_____. «Carta *Encíclica Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum». Acedido em setembro de 2024.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html#_ftnref15.

_____. «Catequese sobre aos Gálatas 10. Cristo nos libertou». Acedido em abril de 2024.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2021/documents/papa-francesco_20211006_udienza-generale.html.

_____. «Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual». Acedido em setembro de 2024.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html.

Parente, Pietro, Antonio Piolanti e Salvatore Garofalo. «Libertad (humana)». Em *Diccionario de Teología Dogmática*. Barcelona: Editorial Litúrgica Española, 1955.

Paulo VI. «Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja». Acedido em setembro de 2024.

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html.

_____. «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo Atual». Acedido em outubro de 2024.

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html.

_____. «Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa». Acedido em outubro de 2024.

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html.

_____. «Declaração *Nostra Aetate* sobre a Igreja e as Religiões não-cristãs». Acedido em setembro de 2024.

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html#.

Pontifício Conselho Justiça e Paz. «Compêndio da Doutrina Social da Igreja». Acedido em outubro de 2024. https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html.

2. Estudos e Ensaios

Abbagnano, Nicola, «Liberdade». Em *Dicionário de Filosofia*, 5ª ed.: 605-613. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Adriano, José. «As grandes linhas do pensamento social do Papa João Paulo II, segundo as encíclicas *Laborem Excercens*, *Sollicitudo Rei Socialis* e *Centésimus Annus*, no 25º ano de seu Pontificado». *Revista de Cultura Teológica* 11, nº 43 (abr/jun 2003): 7-22. <https://doi.org/10.19176/rct.v0i43.24955>.

Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado. «Escolas do AEPBS». Acedido em junho de 2024. <https://w.aepbs.net/site/index.php/o-agrupamento/escolas>.

_____. «Projeto Educativo». Acedido em fevereiro de 2024. [Projeto_Educativo_2022-2026_AEPBS_20-03-2023_assinado.pdf](https://w.aepbs.net/site/index.php/o-agrupamento/escolas/Projeto_Educativo_2022-2026_AEPBS_20-03-2023_assinado.pdf).

Almeida, Ana Clara Falcão de Oliveira. *Redes sociais e liberdade: uma análise comportamental dos impactos das plataformas digitais*. Ponta Grossa – PR: Atena, 2022. <https://doi.org/10.22533/at.ed.686220610>.

Almeida, André Luiz Boccado. «Papa Francisco e o específico da Teologia moral: análise do discurso à Academia Afonsiana pelos seus 70 anos de fundação». *Cultura Teológica* 29, nº 98 (jan./abril 2021): 153-174. <https://doi.org/10.23925/rct.i98.52404>.

Aquino, João Emiliano Fortaleza de. «Diferença e singularidade: Notas sobre a crítica de Hegel a Spinoza». *Revista Conatus - Filosofia de Spinoza* (ISSN 1981-7509) 1, nº 2 (Dezembro, 2008): 23-36. <https://revistas.uece.br/index.php/conatus/article/view/1670>.

Boas, Alex Villas. «Francisco e a Teologia da Cultura». *Revista Pistis & Praxis* 8, nº 3 (set./dez. 2016): 761-788. <http://dx.doi.org/10.7213/2175-1838.08.003.DO09>.

Borges, Luís Paulo Cruz e Paula Almeida de Castro. «A etnografia da escola: entrelaçando vozes, sujeitos, conhecimentos e culturas». *Periferia* 11, nº 2 (maio/ago. 2019): 404-423. <https://doi.org/10.12957/periferia.2019.39126>.

- Camargo, Thiago Dutra de. «Educação Integral e espiritualidade: os benefícios dessa relação para a formação integral do ser humano». *Especialização em Educação Integral na Escola Contemporânea*. Porto Alegre: UFRGS, 2023. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117566>.
- Chauí, Marilena. «A posição do agente da liberdade na Ética V». Universidade de São Paulo (USP), *Cadernos Espinosianos – Estudos sobre o século XVII*, nº XXII (jan-jun / 2010): 11-25. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2010.89380>.
- Cunha, Mariana P. Sérvulo da. «Comentários sobre a Liberdade e o livre-arbítrio da vontade em Agostinho: uma reflexão sobre De Libero Arbítrio». *Veritas* (Porto Alegre) 42, nº 3 (setembro 1997): 493-503. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.1997.3.35715>.
- Diário da República. «Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé». Acedido em outubro de 2024. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2004/11/269a00/67416750.pdf>.
- Direção-Geral da Educação. «Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico». Acedido em abril de 2024. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>.
- Educação Cristã (EDUCRIS). «Aprendizagens Essenciais de EMRC». Acedido em outubro de 2024. <https://www.educris.com/v3/352-aprendizagens-essenciais>.
- _____. «Carta Pastoral sobre a Educação: Direito e Dever – Missão Nobre ao Serviço de Todos – 2002». Acedido em novembro de 2024. <https://www.educris.com/v3/101-conferencia-episcopal-portuguesa/893-carta-pastoral-sobre-a-educacao-direito-e-dever---missao-nobre-ao-servico-de-todos>.
- _____. «Disciplina de EMRC: Enquadramento». Acedido em outubro de 2024. <https://www.educris.com/v3/94-enquadramento>.
- _____. «Nota Pastoral: a EMRC na Escola Pública: um contributo para a Civilização e para a Cultura – 2001». Acedido em novembro de 2024. <https://www.educris.com/v3/102-comissao-episcopal/901-nota-pastoral-a-emrc-na-escola-publica-um-contributo-para-a-civilizacao-e-para-a-cultura---2001>.
- Fernandes, Domingos. *Para uma fundamentação e melhoria das práticas de avaliação pedagógica no âmbito do Projeto MAIA. Texto de Apoio à formação - Projeto de Monitorização Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA)*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2021.
- Franco, Cristina Perales. «Abordagem Etnográfica à Convivência na Escola». *Educação & Realidade* 43, nº 3 (jul./set. 2018): 887-907. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623674800>.

- Freire, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Ltda / Distribuição pela Editora Civilização Brasileira S.A., 1967.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed., 1996.
- Gilson, Etienne. *Introduction à l'étude de saint Augustin*. Paris: Vrin, 1929.
- Globo.com - G1. «Os números do Pontificado de João Paulo II» (28 de abril de 2011). Acedido em setembro de 2024. <https://glo.bo/1vbKBK>.
- Guimaraens, Francisco e Maurício Rocha, «Spinoza e Clastres: Estado, democracia e Liberdade», em *Spinoza, filosofia & liberdade*, editado por Felipe Jardim Lucas *et al.*, 324-332. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020, 325.
- José, Silvonei. «O Papa beija os pés dos líderes do Sudão do Sul pela paz». Acedido em setembro de 2024. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-04/papa-francisco-sudao-sul-beija-pes.html>.
- Junta de Freguesia de Joane. «Alminhas Brasileiras | Santuário Cristão». Acedido em fevereiro de 2024. <https://jf-joane.pt/alminhas-brasileiras>.
- _____. «Capela de Nossa Senhora da Carreira». Acedido em fevereiro de 2024. <https://jf-joane.pt/capela-de-nossa-senhora-da-carreira>.
- _____. «Joane é uma terra com tradição no Associativismo». Acedido em fevereiro de 2024. <https://jf-joane.pt/coletividades>.
- _____. «Padre Benjamim Salgado». Acedido em fevereiro de 2024. <https://jf-joane.pt/padre-benjamim-salgado>.
- Kant, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Traduzido por Fernando Costa Mattos. Petrópolis, RJ: Vozes⁴; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco (Coleção Pensamento Humano), 2015.
- Leão, João Antônio Johas. «João Paulo II, um pouco de seu pontificado (Redação A12, abril de 2021)». Acedido em setembro de 2024. <https://www.a12.com/redacaoa12/santo-padre/joao-paulo-ii-um-pouco-de-seu-pontificado>.
- Lucrécio, T. *La Naturaleza*. Traduzido por Francisco Socas. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 2003.
- Matias, Antonio Augusto Nogueira. «O livre-arbítrio da vontade e a liberdade como ação política configuradas nas obras de Santo Agostinho e Hannah Arendt». *Sapere Aude* (Belo Horizonte) 13, n. 25 (jan-jun 2022): 257-276. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2022v13n25p257-276>.

- Messias, Teresa de Jesus Rodrigues Marques de Sousa. «Espiritualidade cristã e identidade crente nas culturas juvenis». *Communio: Revista Internacional Católica* 29, nº 1 (jan. 2012): 113-128.
- Ministério Público – Portugal. «Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé». Acedido em outubro de 2024. <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/concordata-entre-republica-portuguesa-e-santa-se-0>.
- Munford, Danusa, Kely Cristina Nogueira Souto e Francisco Ângelo Coutinho. «A etnografia de sala e estudos na educação em ciências: contribuições e desafios para investigações sobre o ensino e a aprendizagem na educação básica». *Investigações em Ensino de Ciências* 19, nº 2 (agosto 2014): 263–288. <https://www.proquest.com/docview/1664453212?sourcetype=Scholarly%20Journals>.
- Nair, Rogéria. «Curiosidades sobre a vida e pontificado de João Paulo II» (Redação Canção Nova, 9 de abril de 2014). Acedido em setembro de 2024. <https://noticias.cancaonova.com/especiais/canonizacao-joao-paulo-ii-e-joaoxxiii/curiosidades-sobre-a-vida-e-pontificado-de-joao-paulo-ii/>.
- Oliveira, Renato Alves. «Reflexões antropológicas sobre a liberdade humana». *Revista de Cultura Teológica* 29, nº 100 (set-dez 2021): 168-205. <https://doi.org/10.23925/rct.i100.56363>.
- Pfeiffer, Charles F., Howard F. Vos e John Rea. «Liberdade». Em *Dicionário Bíblico Wycliffe*. Traduzido por Degmar Ribas Júnior. 2ª ed.: 1154-1157. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- Piaget, Jean. *Para onde vai a educação?* Traduzido por Ivete Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- Piana, Federico. «O Pontificado de Francisco entre sinodalidade e o novo impulso do Evangelho». Acedido em setembro de 2024. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-03/papa-francisco-11-anos-pontificado-comissao-teologica-2024.html>.
- Pichel, Miguel Pérez. «Liberdade não significa fazer o que apetece, diz Papa Francisco». (ACIdigital, 20 de outubro de 2021). Acedido em outubro de 2024. <https://www.acidigital.com/noticia/50075/liberdade-nao-significa-fazer-o-que-apetece-diz-papa-francisco>.
- Pico, Giovanni. *Discurso pela dignidade do homem*. Traduzido por Antonio A. Minghetti. Porto Alegre – RS: Editora Fi, 2015.

- Pikaza, Xabier. «João Paulo II: balanço de um pontificado». Acedido em setembro de 2024. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/599365-joao-paulo-ii-balanco-de-um-pontificado-artigo-de-xabier-pikaza>.
- Piro, Isabel. «Francisco, o Papa do diálogo no caminho da evangelização». Acedido em setembro de 2024. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-03/papa-francisco-anniversario-pontificado-12-marco-2022.html>.
- Platão. «A República» (*by Civilization Republic Ideal*). Acedido em agosto de 2024. <https://archive.org/details/PlataoARepublica/page/n1/mode/2up>.
- Portal da Educação de Famalicão. «Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado». Acedido em fevereiro de 2024. http://www.famalicaoeducativo.pt/_agrupamento_de_escolas_padre_benjamim_salgado.
- Portier, Philippe. «Cristianismo e Modernidade no Pensamento de João Paulo II». *Numen* 12, nº 1 e 2 (2009): 59-80. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21783>.
- Resumos. «O que é: Númeno na Filosofia». Acedido em agosto de 2024, <https://resumos.soescola.com/glossario/o-que-e-numeno-na-filosofia/>.
- Secretariado Nacional de Educação Cristã (SNEC). *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: SNEC, 2007.
- _____. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: SNEC, 2014.
- _____. *Queremos descobrir! Manual do Aluno – EMRC: 8º ano do Ensino Básico*. Lisboa: FSNEC, 2022.
- _____. *Queremos saber! Manual do Aluno – EMRC: 7º ano do Ensino Básico*. Lisboa: FSNEC, 2021.
- _____. *Queremos ser! EMRC. Manual do Aluno – EMRC: 9º ano do Ensino Básico*. Lisboa: FSNEC, 2023.
- Spinoza, Benedictus de. *Ética*. Traduzido por Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- Teodoro, Viviane. «Patrística». Acedido em agosto de 2024, <https://escolaeducacao.com.br/patristica/>.

- Vatican News. «Bento XVI e os anos do pontificado». Acedido em setembro de 2024.
<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-12/bento-xvi-anos-pontificado.html>.
- _____. «Papa: as ideologias são inimigas da educação. Aprendamos com a curiosidade das crianças». Acedido em novembro de 2024.
<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-11/papa-simposio-universitate-service-learning-pacto-educativo.html>.
- _____. «Sua Santidade João Paulo II: Biografia, Pontificado – Alguns dados significativos do Pontificado de João Paulo II». Acedido em setembro de 2024.
https://www.vatican.va/beatificazione_gp2/documents/pontificato_gp2_po.html#2003.
- Vaticano. «Perfil Biográfico de João Paulo II (1920-2005)». Acedido em setembro de 2024.
https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/biografia/documents/hf_jp-ii_spe_20190722_biografia.html.

ANEXOS

Anexo 1 INQUÉRITO INICIAL – LIBERDADE

Voltar à aula 20

1. Qual é a sua idade?				
13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	Outra

2. Qual a tua confissão religiosa?				
Cristão Católico	Cristão Ortodoxo	Evangélica ou outra confissão da Reforma	Outra religião não cristã	Nenhuma, não tenho

3. Você frequenta os ritos religiosos (missa, cultos...)?	
Pelo menos uma vez por semana	Pelo menos uma vez por mês
Não se aplica	Pelo menos uma vez por ano

4. Participa em alguma atividade na paróquia ou alguma entidade ligada à Igreja?				
Acólito	Catequese	Coral	Grupo de Jovens	Não se aplica

5. Seu pai (encarregado de educação) é Católico? Se sim, participa dos ritos religiosos?			
Uma vez por semana	Uma vez por mês	Uma vez por ano	Não se aplica

6. Sua mãe (encarregada de educação) é Católica? Se sim, participa dos ritos religiosos?			
Uma vez por semana	Uma vez por mês	Uma vez por ano	Não se aplica

7. De quem foi a decisão de efetuar a tua matrícula em EMRC?	
Dos Encarregados de Educação	Por influência da didática e metodologia dos docentes de EMRC
Por influência das amizades	Por influência dos eventos de EMRC (Springfest, Visitas de estudos...)
Por vontade própria	

8. Se estás inscrito em EMRC contra a tua vontade, o que preferirias ter no teu horário em vez desta disciplina?	
Mais uma hora de outra disciplina.	Nada. Ter essa hora livre.
Uma disciplina comparativa de Religiões.	Não se aplica (estou inscrito por vontade própria).

9. O que é liberdade?	
A liberdade é constituída pelo ato consciente e responsável das próprias escolhas. Quanto mais se escolhe e pratica o bem, mais torna-se livre e feliz.	Liberdade é dizer e fazer tudo o que apetece, quando quiser, e sem obrigações. A liberdade é absoluta para todas as pessoas.

A liberdade não existe, pois ninguém é livre por ter de cumprir regras e leis.	
--	--

10. Você se sente livre?		
Sim	Não	Às vezes

11. A sua frequência na escola é...	
Um ato livre (voluntário)	Um ato obrigatório (involuntário, falta de liberdade)

Anexo 2 UL 3 – LIBERDADE: AULAS 22 À 25 Voltar à aula 22

Anexo 3 CONDICIONAMENTOS À LIBERDADE – SLIDES 11 À 16 Voltar à aula 23

Anexo 4 A PARÁBOLA DA ÁGUIA E DA GALINHA Voltar à aula 24

Anexo 5 SIMULAÇÃO – AUTONOMIA E HETERONOMIA Voltar à aula 24

Anexo 6 INQUÉRITO - UL3 - LIBERDADE - FINAL Voltar à aula 25

1. Após concluir a abordagem da UL 3 (A Liberdade), alguma coisa mudou na sua forma de entender o conceito de liberdade?	
Sim	Não

2. Na sua opinião, o que é liberdade?	
A liberdade é constituída pelo ato consciente e responsável das próprias escolhas. Quanto mais se escolhe e pratica o bem, mais torna-se livre e feliz.	A liberdade é dizer e fazer tudo o que apetece, quando quiser e sem obrigações. A liberdade é absoluta para todas as pessoas.

3. Você se sente livre?		
Sim	Não	Às Vezes

4. Na sua opinião, a Unidade Letiva 3, sobre a liberdade, é importante nos conteúdos do oitavo ano?	
Sim	Não

Anexo 7 UL 3 – AVALIAÇÃO - LIBERDADE

Voltar à aula 25